



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ROBSON LOPES COSTA

**O SETOR SUCROENERGÉTICO E A RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO:
reflexos da dinâmica espacial no município de Goiatuba (GO) entre 2004 e 2013**

CATALÃO (GO)

2014

ROBSON LOPES COSTA

**O SETOR SUCROENERGÉTICO E A RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO:
reflexos da dinâmica espacial no município de Goiatuba (GO) entre 2004 e 2013**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Câmpus Catalão, como requisito para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Geografia e Ordenamento do Território

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientadora: Prof^a. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes

CATALÃO (GO)

2014

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BSCAC/UFG**

Costa, Robson Lopes.
C837s O setor sucroenergético e a relação capital e trabalho:
[manuscrito] reflexos da dinâmica espacial no município de
Goiatuba (GO) entre 2004 e 2013/ Robson Lopes Costa. -
2014.
171 f.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Estevane de Paula Pontes
Mendes.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Regional Catalão, Departamento de Geografia, 2014.

Bibliografia.

Apêndices e Anexos

1. Sucroenergético. 2. Territorialização. 3. Goiatuba (GO).
I. Título.

CDU:633.61(817.3)

TERMO DE APROVAÇÃO

ROBSON LOEPES COSTA

O SETOR SUCROENERGÉTICO E A RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO: reflexos da dinâmica espacial no município de Goiatuba (GO) entre 2004 e 2013

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Câmpus Catalão, como requisito obrigatório para obtenção do título de mestre em Geografia. Área de concentração: Geografia e Ordenamento do Território.

Catalão (GO), 11 de março de 2014

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes (UFG/CAC)
Orientadora

Prof.^a Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa (UFG/CAC)

Prof. Dr. Manuel Calaça (UFG/IESA)

DEDICATÓRIA

A Deus que por sua infinita misericórdia nos conduz pelos caminhos instigantes da vida.

A minha família, fonte de inspiração e alegria

A todos que acreditam na busca por uma educação de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Sempre tive em minha mente que gratidão é uma das palavras mais belas que existem, pois seu significado representa a lembrança por aqueles que, com carinho, contribuíram para o nosso crescimento. Assim, gostaria de dizer algumas palavras para aqueles que por um gesto de grandeza, contribuíram para a realização desta dissertação.

Primeiramente, rendo meus agradecimentos a Deus por nos momentos mais difíceis ter sido a minha grande armadura. Por nos momentos onde eu pensava que não mais era capaz e Jesus me conduzia na caminhada acadêmica. Peço desculpas meu Deus pela minha fé sempre tão fraca e oscilante, mas lhe agradeço por não desistir de mim.

Como não agradecer a você meu AMOR (CINTIA OLIVEIRA) sempre tão amorosa, companheira, parceira, daquelas pessoas raras que, por amor, sempre deixou-me livre para seguir minha carreira acadêmica. Jamais vou esquecer o momento que proferiu as seguintes palavras: “Vou trabalhar por 60 horas aula e se no trabalho não puderam te liberar, eu mantenho a nossa casa, mas com a graça de Deus, você vai fazer este mestrado!” Não foi preciso, mas naquele momento tive ainda mais certeza o quanto você é especial!

Professora Marta de Paiva Macêdo, a senhora foi minha primeira orientadora. Muito obrigado pelos ensinamentos no período da graduação. Jamais vou esquecer o “Filete”. Saiba que tenho muito apreço pela senhora.

Magda, a senhora começou tudo isso! Por meio de seu exemplo, quantos de nós acabou indo para Catalão para cursar o mestrado. Sempre vou lhe ser grato pela força, amizade e motivação com que sempre fui tratado pela senhora. Saiba que vou sempre tê-la como um exemplo a ser seguido.

Professora Estevane, quanto lhe sou grato por ter confiado nas minhas palavras na entrevista. Quantos conhecimentos apreendidos, quantas experiências compartilhadas, quanto conhecimento! Além de ser um exemplo de profissional, um exemplo de retidão e simplicidade! Quando fiquei sabendo que eu e Cintia perdemos o nosso bebê, estávamos em uma reunião de orientação, foi a senhora o primeiro ombro amigo, jamais vou esquecer de suas palavras naquele momento! A senhora é pessoa rara no meio acadêmico, sempre tão permeado pelas vaidades, prefere tratar seus alunos em nível de igualdade e com muito carinho. Saiba que sempre poderá contar comigo, independentemente de onde eu estiver morando ou trabalhando!

Idelvone, pense em uma pessoa que as aparências enganam. O senhor é um exemplo de retidão, saiba que a franqueza é a sua maior qualidade! Saio do mestrado tendo o

senhor e a professora Estevane como amigos, não apenas mestres e doutores, mas pessoas admiráveis. Obrigado pelo trabalho de campo em Jalapão. Um dia volto para fazer outra disciplina com o senhor, gosto muito de sua área de atuação.

Professor Marcelo Mendonça, quanto conhecimento. Você e o Ângelo são daquelas pessoas em que nos inspiramos profissionalmente. Obrigado pelos ensinamentos nos passados pela disciplina de Teoria e Método, saiba que teoricamente aprendi muito com o senhor. Tornou-se também um amigo, jamais vou esquecer das nossas conversas pelos inúmeros congressos que participamos, aprendi muito com elas. Suas contribuições para o meu trabalho durante o SIM foram de grande valia.

Carmem, a professora do enfrentamento. Quão valiosas foram as suas aulas, confesso que não gostava quando testava minha fé, ou quando pedia para eu deixar de trabalhar. A senhora eternizou a palavra “perpassa”.

Professora Helena Angélica, eita professora brava, mas com tantos ensinamentos transferidos. Saiba que sempre vou me lembrar dos momentos em que debatíamos os movimentos sociais em suas aulas.

Professora Vera, que exemplo. Como a senhora contribuiu com a minha pesquisa. Sua simplicidade é aquilo de mais encantador que já tive a oportunidade de presenciar. A senhora me inspira.

Professor Manoel Calaça, como foi bom poder desfrutar de sua imensa experiência na qualificação. Quanta sabedoria presente naquela banca: Estevane, Vera, Manoel Calaça. Jamais vou esquecer aquele momento.

Quais palavras dizer a pessoas que tornou possível realizar este mestrado paralelo as minhas atividades de docente? Obrigado, penso ser pouco. Inúmeras foram as vezes em que fui a sala do Abílio com as mesmas palavras “ Abílio tenho atividades do mestrado, poderei me ausentar da escola?” Sempre tive respostas positivas à indagação feita. Saiba que se um dia precisa de mim por qualquer coisa, estarei pronto para corresponder. Você para mim é muito mais que um gestor, é um grande amigo. Mas fique tranquilo, sempre saberei respeitar os limites entre o profissional e o pessoal.

Aos meus amigos de profissão Jéssica, Letícia, Suzane, Shirley, Rodrigo, Arthur, Daniela, Milton, Josinara, Magal, Eliane e os demais amigos da escola SESI/SENAI de Itumbiara, muito obrigado por terem ouvido minhas dificuldades ao longo desses dois longos anos de mestrado. Sempre prontos a fornecer uma palavra amiga. Jéssica, quantas vezes foi realizar a minha substituição, sempre tão solícita e pronta para substituir-me durante esta caminhada, muito obrigado!

Agora o que dizer aqueles que viveram junto comigo esta dura batalha, compartilhando viagens, apertos financeiros, problemas pessoais? Só nós sabemos o que passamos, o quanto foi difícil. Mas saibam, a presença de vocês tornaram esta dura batalha menos complexa. ÂNGELO, o teórico da turma, como lhe admiro caro amigo, um exemplo de pessoa que não veio ao mundo por acaso, ser seu amigo é motivo de orgulho para mim! Na minha simplicidade estarei sempre pronto para lhe servir. DEANE, a comédia da turma, nossa amizade veio da graduação, mas saiba que hoje lhe tenho em um lugar mais especial ainda em meu coração! Quantas vezes levou e pegou assinaturas para mim, ligava perguntando: Você já entregou o relatório? Deane o mestrado fez a nossa amizade muito mais forte. O Atlântico jamais seria o mesmo sem você, isso eu e Cintia concordamos. Juliana, a religiosa!!! Temos a certeza que sua fé e constantes orações nos protegeram pelas longas estradas que percorremos. A todos vocês o meu muito obrigado! Quantas conversas... Embora cansativas, quando estávamos juntos nessas viagens, era uma verdadeira terapia em grupo. Amo vocês! Tenho a certeza que nossa amizade vai ficar para a vida, pois foi no fogo das dificuldades que foi forjada!!!

Turma de mestrado 2013, a todos vocês, foi um prazer convivermos juntos. Crispim, um exemplo de retidão. Eis um cara que teve berço. Rosiane, pense em uma mulher divertida. Elvis, o cara de Frutal, sua simplicidade é um exemplo a ser seguido. A todos que não foram citados, muito obrigado!

A Capes, pela bolsa de estudos. Muito obrigado pelo fomento da pesquisa. Foi fundamental para a conclusão do mestrado.

A todos que foram citados os nomes e aos que não tiveram seu nome citado, mas fizeram parte dessa caminhada, muito obrigado. Saibam que os ensinamentos desse mestrado vão muito além da minha vida acadêmica.

Minha turma (2012), Sem citar nomes para não incorrer em erro. Que orgulho ter feito parte dessa galera. Como a viagem ao Jalapão nos uniu. Saibam que todos, sem exceção, sempre estarão nas minhas lembranças.

Liliane, Amanda, Wesley, Ariane, Suelem, Daisy! Como são especiais estas pessoas para mim. Foi um prazer ter conhecido vocês. Espero que possamos manter os laços. Enfim, obrigado a todos, por nesta jornada termos partilhados tantos momentos juntos.

Que nunca a cientificidade da academia possa superar a importância das relações pessoais. O empírico com todos os seus anseios e problemáticas é o que nos move. Que sempre possamos ser gratos aos nossos sujeitos à eles darmos a devolutiva do nosso trabalho como mecanismo viabilizador de práticas emancipatórias.

RESUMO

A cana-de-açúcar é, dentre as lavouras introduzidas no território nacional, a mais antiga atividade econômica brasileira. Inserida no estado de Pernambuco como estratégia para ocupação territorial contra a possível ocupação pelos holandeses, a cana-de-açúcar tornou-se uma das mais importantes atividades econômicas do período colonial brasileiro. Iniciado no século XVI, a cana-de-açúcar é no século XXI uma das lavouras que mais tem ampliado sua área plantada no Brasil. Centrada na relação capital/trabalho, a cana-de-açúcar foi mantendo-se ao longo dos séculos e novas fronteiras de expansão foram abertas. É neste contexto que o município de Goiatuba (GO) tem sido nos últimos tempos um dos lócus de territorialização da cana-de-açúcar no estado de Goiás. Com base no exposto, o presente trabalho buscou compreender os desdobramentos da inserção da cana-de-açúcar no município de Goiatuba (GO) entendendo a relação capital/trabalho como elemento fundante do processo de territorialização do setor sucroenergético. Para tanto, as empresas Goiatuba Álcool Ltda (GOIASA), a usina Bom Sucesso (BS) e demais empresas que atuam no município, tiveram suas ações investigadas como mecanismo de propiciar a compreensão sobre a morfologia de atuação do setor que, por diversas formas, expropria a mão-de-obra e viabiliza a reprodução capitalista. Logo, as reflexões aqui contidas são decorrentes da abordagem de cunho qualitativo. Isto porque a abordagem qualitativa tem sido pertinente para retratar temas de caráter científico na Geografia, na busca de fazer abordagens e análises de processos espaciais que proporcionam transformações diversas ao espaço como vem ocorrendo no setor sucroalcooleiro. Através das reflexões e pesquisas realizadas no presente estudo, pode-se inferir como o sistema produtivo é alterado rapidamente quando ocorre a junção entre os incentivos estatais com os interesses privados. Os quais, comprovados nesta pesquisa, estão substituindo lavouras como a soja em detrimento da cana-de-açúcar, e conseqüentemente, o sistema produtivo do município é alterado.

Palavras-chave: Relação Capital x trabalho. Sucroenergético. Territorialização.

ABSTRACT

The sugarcane is among the crops introduced in the country, the oldest Brazilian economic activity. Inserted in Pernambuco state as a strategy for territorial occupation against possible occupation by the Dutch, the sugarcane became one of the most important economic activities of the Brazilian colonial period. Started in the sixteenth century, the sugarcane is in the XXI century one of the crops that has most increased its planted area in Brazil. Centered in the capital / labor relation, the sugarcane was keeping for centuries and new frontiers of expansion were opened. It is in this context that the municipality of Goiatuba (GO) has been recently one of the territorialization's locus of sugarcane in the Goiás state. Based on the above, the present study aimed to understand the unfolding of the sugarcane insertion in the Goiatuba's municipality (GO) understanding the capital / labor relation as a foundational element of the sugar energy industry's territorialization process. To this end, companies Goiatuba Alcohol Ltda (Goiasa), the power plant Bom Sucesso (BS) and other companies operating in the city, had their actions investigated as a mechanism to propitiate an understanding about the morphology of sector actions which, in various forms, expropriates the manpower and enables the capitalist reproduction. Therefore, the reflections contained herein is arising from a qualitative study approach. This is because qualitative approach has been relevant to portray themes scientific character in Geography, seeking to make approaches and analysis of spatial processes that provide various transformations to space as has been happening sugar and alcohol sector. Through the reflection and research conducted in this study, one can infer how the production system is changed quickly when occurs the junction between the state incentives to private interests. Which, proven in this research are replacing crops like soybeans to the detriment of sugar cane, and consequently, the production system of the municipality is changed.

Keywords: Capital x Labor Relation. Sugar energy. Territorialization.

LISTA DE FLUXOGRAMAS, FOTOS E FIGURAS

Fluxograma 1	Desenho metodológico da dissertação.....	20
Fluxograma 2	Sujeitos da pesquisa.....	27
Foto 1	Colheita mecanizada pelo 6º ano na fazenda Bela Cascata no município de Goiatuba (GO) no ano de 2013.....	52
Foto 2	Uso da vinhaça no processo de fertirrigação em área próxima da usina Bom Sucesso em 2013.....	53
Foto 3	Área plantada em (2013) de cana-de-açúcar em Goiatuba (GO).....	58
Foto 4	Área de expansão de cana-de-açúcar a menos de 3km de Goiatuba (GO).....	58
Foto 5	Plantio de cana-de-açúcar em fazenda no município de Goiatuba (GO). Área de 1900 hectares em 2013.....	66
Foto 6	Primeira colheita de antigos produtores de soja que migraram para o plantio de cana-de-açúcar.....	76
Foto 07	Colheita de fornecedor da usina GOIASA no município de Goiatuba (GO)	78
Figura 1	Áreas consideradas propícias às plantações de cana-de-açúcar segundo o Zoneamento Agroecológico.....	83
Foto 8	Portaria da usina Bom Sucesso. Placas indicando os programas de incentivos fiscais concedidos à empresa.....	84
Foto 9	Pátio de implementos agrícolas da Usina GOIASA em Goiatuba (GO).....	87
Foto 10	Plantio de cana-de-açúcar em frente às casas desocupadas após o arrendamento da Fazenda Sementes Selecta no município de Goiatuba (GO) em 2013.....	90
Foto 11	Ônibus de trabalhadores do setor sucroenergético apreendidos no pátio da polícia rodoviária estadual. Localizado entre Goiatuba (GO) e as usinas GOIASA e Bom Sucesso.....	93
Foto 12	Colheita da usina Goiasa em Goiatuba (GO) – 2013	95
Foto 13	Corte manual da cana-de-açúcar por trabalhadores da GOIASA em 2013.....	95
Foto 14	Maquina operada por resgatados na colheita mecanizada de Goiatuba (GO) em 2011.....	96
Foto 15	Transporte de cana-de-açúcar de Goiatuba para Morrinhos (GO) em 2013..	113
Foto 16	Produção de Goiatuba (GO) para usina CEM de Morrinhos (GO) em 2013.	113
Figura 2	Trajeto previsto para construção do alcoolduto.....	114
Foto 17	Mosaico da destruição de casas. Fazenda Selecta, Goiatuba (GO) em 2013.	121

LISTAS DE QUADROS, TABELAS, GRÁFICOS E MAPA

Quadro 1	Custo mundial de produção de etanol por litro.....	43
Gráfico 1	Valores de implantação de uma usina segundo o Bando Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS).....	47
Gráfico 2	Custo mundial de produção de etanol por litro.....	48
Tabela 1	Área plantada, área colhida e produção de cana-de-açúcar em Goiás (1990-2013).....	51
Gráfico 3	Evolução do plantio de cana-de-açúcar em Goiás.....	54
Quadro 2	Usinas em funcionamento no município de Goiatuba (GO) em 2013.....	55
Gráfico 4	Plantio de cana-de-açúcar em Goiatuba (GO).....	57
Mapa 1	Localização das usinas GOIASA e Bom Sucesso no município de Goiatuba (GO).....	62
Gráfico 5	Goiás: área plantada de arroz, soja e cana-de-açúcar (2005-2013).....	65
Gráfico 6	Brasil: área plantada de arroz, soja e cana-de-açúcar (1980-2013).....	71
Gráfico 7	Goiatuba: área plantada de arroz, soja e cana-de-açúcar (2000-2012).....	74
Gráfico 8	Os principais município produtores de cana-de-açúcar em Goiás (2003-2012).....	80
Mapa 2	Localização e espacialização da cana-de-açúcar em Goiatuba (GO).....	89
Mapa 3	Localização da áreas de estudo: Município de Goiatuba (GO) – 2013.....	105
Mapa 4	Integração do circuito produtivo da cana-de-açúcar em Goiatuba (GO) - 2013.....	112
Tabela 2	Evolução do plantio de cana-de-açúcar em Goiatuba (GO), 2003 a 2013...	120
Mapa 5	Integração do circuito produtivo da cana-de-açúcar: fluxo de mão-de-obra em 2013.....	133
Gráfico 9	Quantitativo de trabalhadores empregados na AFC de Goiatuba (GO) no ano de 2013.....	137
Gráfico 10	Empregos gerados pelo setor sucroenergético de Goiatuba (GO) no ano de 2013.....	139

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

% - Por cento

AFC - Associação dos Fornecedores de Cana

ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

ANP - Agência Nacional do Petróleo

ATR - Açúcar Total Recuperado

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BP - British Petroleum

CANASAT - Monitoramento da cana-de-açúcar por Imagens de Satélite

CCT - Corte, o Carregamento e o Transporte

CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas

CEM - Central Energética Morrinhos

GO – Goiás

GOIASA - Goiatuba Açúcar e Álcool

GRR - Grupo de Reflexão Rura

IAA - Instituto do Açúcar e do Álcool

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IFG - Instituto Federal Goiano

ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza

KM – Quilômetro

MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

Nº - Número

PROÁLCOOL - Programa Nacional do Álcool

SEGPLAN-GO - Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SIFAEG - Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás

SP – São Paulo

SRTE/GO - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Goiás

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UNESP – Universidade Estadual Paulista

ÚNICA - União Nacional dos Produtores de Açúcar e Alcool

VREC - Vital Renewable Energy Company

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	DIMENSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA	19
2.1	Pesquisa teórica	21
2.1.1	Pesquisa documental	21
2.1.2	Pesquisa de campo	22
2.2	A metodologia enquanto ferramenta fundamental de análise	23
3	DO PLANTIO COLONIAL AO OURO VERDE DA BIOENERGIA	31
3.1	Um olhar sobre os pilares históricos da cultura açucareira no Brasil	31
3.2	Os reflexos das políticas públicas no setor sucroenergético	40
3.3	O século XXI e as perspectivas para a cana-de-açúcar	45
4	DICOTOMIAS DA INSERÇÃO DO CAPITAL SUCROENERGÉTICO	60
4.1	Da agricultura tradicional à nova dinâmica de mercado	63
4.2	Soberania Alimentar: as leis de mercado em detrimento das necessidades humanas	68
4.3	Zoneamento agroecológico: avanço ou retrocesso?	81
4.4	A modernização da agricultura enquanto elemento viabilizador ao desenvolvimento do setor sucroenergético	85
4.5	Ressignificação ou precarização do trabalho nos canaviais?	92
5	OS DESDOBRAMENTOS DA INSERÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO EM GOIATUBA (GO)	100
5.1	Goiatuba: de pouso das bananeiras à territorialização do setor sucroenergético ..	101
5.2	Redes: elemento viabilizador da produção sucroenergética e constituidor da AFC	107
5.3	Reflexos da territorialização do setor sucroenergético em Goiatuba (GO)	117
5.4	A ação política municipal e a geração de empregos no setor sucroenergético em Goiatuba (GO)	122
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
	REFERÊNCIAS	151
	APÊNDICES	155
	ANEXOS	161

1 INTRODUÇÃO

Diversas são as razões que motivam o desenvolvimento de uma pesquisa. Nesse contexto, a problemática alicerçada na riqueza do empírico sempre é um divisor de águas para o trabalho do pesquisador. Porém, o que dizer de um pintor automotivo que ao cursar Geografia se apercebe como sujeito das questões teóricas por ele estudadas? Mais ainda, quais posturas adotar diante da necessidade de compreender a substituição das lavouras de soja, arroz, milho e feijão pela inserção das lavouras de cana-de-açúcar no município de Goiatuba (GO)? Estudar a inserção da cana-de-açúcar e seus desdobramentos neste município foi a decisão tomada.

Tal decisão pautou-se na necessidade de compreender a crise econômica que naquele período a cidade de Goiatuba (GO), assim como diversos municípios brasileiros, estava passando em decorrência da monocultura da soja. A crise deste setor foi ocasionada pela junção de fatores como a ferrugem asiática que, na safra 2004/2005, recaiu sobre as lavouras, bem como por conta da superprodução mundial de soja daquele período. Sendo esta uma crise conjuntural, muitos produtores de Goiatuba (GO) que, ao final de cada safra, compravam carros, reformavam caminhonetes, enfim, movimentavam a economia da cidade, ficaram impossibilitados de fazê-lo.

Demissão - naquela época esta era uma das palavras mais comentadas na empresa *Auto Par* – concessionária de veículos onde o autor desta pesquisa, e então pintor de automóveis, trabalhava – em razão da drástica queda no movimento da empresa. Carros ficavam parados no pátio, caminhonetes zero quilômetro permaneciam no salão de vendas, ou seja, a cidade era o *locus* da estagnação econômica.

Este período marca os pilares que hoje deram subsídio a elaboração da pesquisa. Inicialmente, esta problemática foi estudada no curso de Pós-Graduação em Gestão Ambiental da Universidade Estadual de Goiás (UEG) por Costa; Motta; Silva (2008). No decorrer da especialização, o que era tido como utopia começa a materializar-se como realidade, o exercício da docência como substituição à profissão de pintor tornou-se real. Diante da nova conjuntura, cursar o mestrado em Geografia, pela Universidade Federal de Goiás (UFG/CAC), já não se apresentava como algo impossível.

Logo, a utopia tornou-se realidade, a aprovação no mestrado foi positiva e, desse modo, vieram as aulas e a necessidade de estabelecer o objeto a ser pesquisado. Nessa circunstância, a inserção do setor sucroenergético em Goiatuba (GO), bem como os seus desdobramentos, tornaram-se mecanismos norteadores dessa pesquisa. Embora o termo

sucroenergético seja contemporâneo, o mesmo não se pode dizer da origem do setor canavieiro. Sua origem ocorreu em momento posterior a chegada dos portugueses ao território brasileiro, por conta da necessidade de ocupar a colônia. A cana-de-açúcar foi, naquele momento, escolhida por D. João III como a cultura que deveria ocupar a área litorânea do território.

Inerentes a este processo estavam os interesses do capital mercantilista por produzir açúcar na colônia. Então, Martin Afonso de Souza surge como responsável por viabilizar a criação dos engenhos responsáveis por vultuosas somas de capital geradas e enviadas para a coroa portuguesa. Introduzida no século XVI, a cana-de-açúcar é uma das lavouras que mais se expandiram pelo território nacional no início do século XXI. Tal problemática subsidiou a realização dessa pesquisa em Goiatuba (GO), visto que já são cinco séculos em que o capital utiliza as lavouras de cana-de-açúcar como mecanismos viabilizadores da renda extraída do campo.

Tendo a cana-de-açúcar como matéria-prima para diferentes finalidades de produção – açúcar, fabricação do etanol, geração de energia elétrica por meio da queima do bagaço de cana – o principal objetivo que sempre permeou a inserção das lavouras de cana-de-açúcar pelo território nacional foi a geração de capital. Para isto, as técnicas, ao longo desses cinco séculos, foram se aprimorando a fim de aumentar a produtividade, diminuir o custo e agilizar os processos, assim como foram alterando as unidades processadoras.

Inicialmente, a cana-de-açúcar era processada nos engenhos, posteriormente iniciou-se o processo de especialização do setor com a criação dos engenhos centrais, os quais evoluíram para a constituição das usinas, que foram a base para a criação das atuais usinas sucroenergéticas geradoras de açúcar, etanol e energia elétrica.

Todavia este processo evolutivo tendeu a acompanhar a demanda pela qual foi submetido o setor. A produção de açúcar nos séculos XVIII e XIX já não era tão atrativa, assim, no início do século XX, foi a produção de álcool combustível que novamente alavancava as plantações de cana-de-açúcar pelo país. Este fato ocorreu atrelado pela demanda crescente por novas fontes de energia menos poluentes – ao menos este é o discurso dominante que subsidia as ações estatais de fomento ao setor – circunstância que tornou a produção do álcool combustível uma política de Estado que viabilizou a criação de órgãos como o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) e o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL). O programa iniciado pela produção de carros movidos a álcool como solução para crise do petróleo e, no século XXI, fortalecida pela produção dos carros

chamados *flex fuel* (carros movidos a etanol e gasolina). Fato que aumentou substancialmente a demanda por etanol no País.

Este contexto coloca o estado de Goiás dentre os Estados da Federação que mais têm ampliado o plantio de cana-de-açúcar no País. Nessa circunstância inseriu-se o objetivo central da pesquisa: compreender quais razões têm feito de Goiatuba (GO) um dos municípios que mais tem ampliado as áreas de cana-de-açúcar no Estado, bem como os consequentes desdobramentos disso na dinâmica socioespacial. Visando atingir este objetivo, a dissertação foi estruturada em quatro capítulos.

Primeiramente, buscou-se estabelecer quais seriam as trilhas investigativas a percorrer para atingir o objetivo central da pesquisa. Diante disso, no primeiro capítulo optou-se pela metodologia qualitativa como viés teórico-metodológico a ser seguido. Assim, todo o desenho metodológico foi configurado de modo a compreender a subjetividade inerente aos números da territorialização do setor sucroenergético.

No segundo capítulo, compreendendo que não há fatos presentes sem sua historicidade, optou-se por compreender a questão histórica que fez da cana-de-açúcar uma lavoura longeva no território nacional, fazendo-se presente por mais de cinco séculos. Neste âmbito, foram investigados os processos pelos quais o setor sucroenergético foi sendo constituído ao longo do tempo, para ser, no século XXI, um dos setores do agronegócio brasileiro que mais cresce em área plantada e em renda para os produtores.

No terceiro capítulo, realizam-se reflexões acerca das dicotomias inerentes à inserção do capitalismo no campo. Dessa maneira, pretende-se desvelar as contradições presentes no campo brasileiro, onde o produtor tem o mercado como principal elemento norteador de suas ações sobre o território, o qual foi compreendido, nesta pesquisa, como instância da produção do espaço geográfico paulatinamente configurado e reconfigurado pelo poder das leis capitalistas vigentes no campo. Fato reforçado pela lógica do latifúndio secularmente representada pela cana-de-açúcar que expropria a mão-de-obra do trabalhador e que, no início do século XXI, reforça o poder das agroindústrias do setor sucroenergético.

Nesse sentido, as políticas de zoneamento territorial por parte do Estado brasileiro foram estudadas como mecanismos que fomentam a atual política de biocombustíveis, ao passo que atuam como ferramentas decisórias sobre quais áreas receberão investimentos do setor.

Como meio de estabelecer a relação entre o global e o local, o quarto capítulo foi elaborado com o intuito de compreender as razões que fazem de Goiatuba (GO) um dos municípios que mais ampliam a área plantada de cana-de-açúcar no Estado, como também as

consequentes transformações espaciais. Para tanto, por meio do aporte teórico necessário e do diálogo entre teoria e empiria, os primeiros parágrafos desse capítulo se atêm à localização do objeto de estudo, de forma a compreender os processos que viabilizaram o surgimento do Pouso das Bananeiras até a consolidação de Goiatuba (GO) como um dos principais municípios produtores de cana-de-açúcar do estado de Goiás.

Aliado ao exposto, busca-se analisar a configuração das redes produtivas que imbricam e sobrepõem territórios como mecanismos facilitadores da fluidez de pessoas e de mercadorias. Tais redes atuam de maneira fundamental na reprodução capitalista e consolidam o poder do setor sucroenergético em Goiatuba (GO), o que, por meios colaborativos, permitiu a criação da Associação dos Fornecedores de Cana (AFC) da usina *Bom Sucesso*.

As relações de poder foram compreendidas, também, a partir de ações legislativas da Câmara Municipal, nas quais, como comprovado em documentos anexos à dissertação, a lei municipal foi alterada de modo a facilitar a ampliação da área plantada de cana-de-açúcar em direção ao município. Sendo esta expansão uma realidade, as marcas decorrentes deste processo foram analisadas através da expropriação do trabalhador do campo e sua consequente migração para as cidades. Dessa maneira, outras questões mereceram atenção: a geração de empregos por parte do setor sucroenergético, suas características, bem como a sua influência para o dinamismo do comércio local.

Assim, em face às reflexões sobre os desdobramentos da inserção do setor sucroenergético em Goiatuba (GO), não se pretendeu compreender essas territorialidades separadas do espaço, e sim concebendo as disputas territoriais como parte das relações que o produzem. Nessa perspectiva, a territorialização do setor sucroenergético foi investigada por meio dos conflitos e resistências territoriais exercidos pelos pequenos produtores que têm suas propriedades ameaçadas pelo avanço das plantações de cana-de-açúcar.

Ademais, outros sujeitos inerentes a este processo, com diferentes interesses, foram pesquisados, dentre os quais estão vereadores, o presidente de sindicato rural e o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL). Todos estes sujeitos foram estudados como atores territoriais que influenciam e são influenciados pelo setor sucroenergético.

Contudo, o presente trabalho não busca trazer respostas prontas para uma das questões agrárias mais antigas do Brasil, mas almeja fomentar as discussões sobre as problemáticas relacionadas ao processo de territorialização do setor sucroenergético, que expropria trabalhadores rurais e reforça a concentração fundiária no País.

2 DIMENSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA

[...] Não resta dúvida de que, tanto na análise sociológica quanto na psicológica, bem como em quaisquer questões teóricas, são de extrema importância o modo e o tipo de comportamento observado na realização de um ato. O comportamento é indubitavelmente, um fato, e um fato relevante – passível de análise e registro. Tolo e míope é o cientista que, ao deparar com todo um tipo de fenômenos prontos a serem coletados, permite que eles se percam, mesmo se, no momento, não vise a que fins teóricos poderiam servir [...] (MALINOWSKI, 1984, p. 30-31).

Diversos são os dilemas ou obstáculos que acabam por se apresentar para os cientistas sociais. Não raro o pesquisador se vê diante de duas questões: ou se estuda vários casos superficialmente ou se estuda alguns de forma ampla e aprofundada, no intuito de conhecer melhor o seu objeto de estudo.

É diante deste panorama que esta pesquisa se desenvolveu, buscando compreender os fenômenos por meio da pesquisa qualitativa, a qual tem no sujeito da pesquisa um dos instrumentais que permitem compreender o real em suas múltiplas materialidades. Nessa perspectiva, os fenômenos se colocam por meio das ações de sujeitos que utilizam o espaço agrário brasileiro como mecanismo viabilizador do setor sucroenergético.

Posto que o setor sucroenergético em Goiatuba (GO) é parte de um sistema nacional de produção de agrocombustíveis, é natural que fenômenos globais reflitam-se em aspectos locais de uma cidade. Sendo assim, é este empírico – a ocupação da área agrícola de Goiatuba (GO) pela cana-de-açúcar – resultado da conexão entre o global e o local, fato que subsidiou a presente pesquisa.

O empírico percebido em Goiatuba (GO) demonstra que, embora a globalização oriente à homogeneização de pessoas e lugares, as particularidades existem e são postas como fissuras que atuam tal qual resistências em um mundo propenso à homogeneidade. Isto se justifica tendo em vista que o setor sucroenergético em Goiatuba (GO) apresenta particularidades que o diferencia de outros municípios, o que pode ser exemplificado pela presença da grande quantidade de fornecedores de cana-de-açúcar no município em relação ao número de arrendatários.

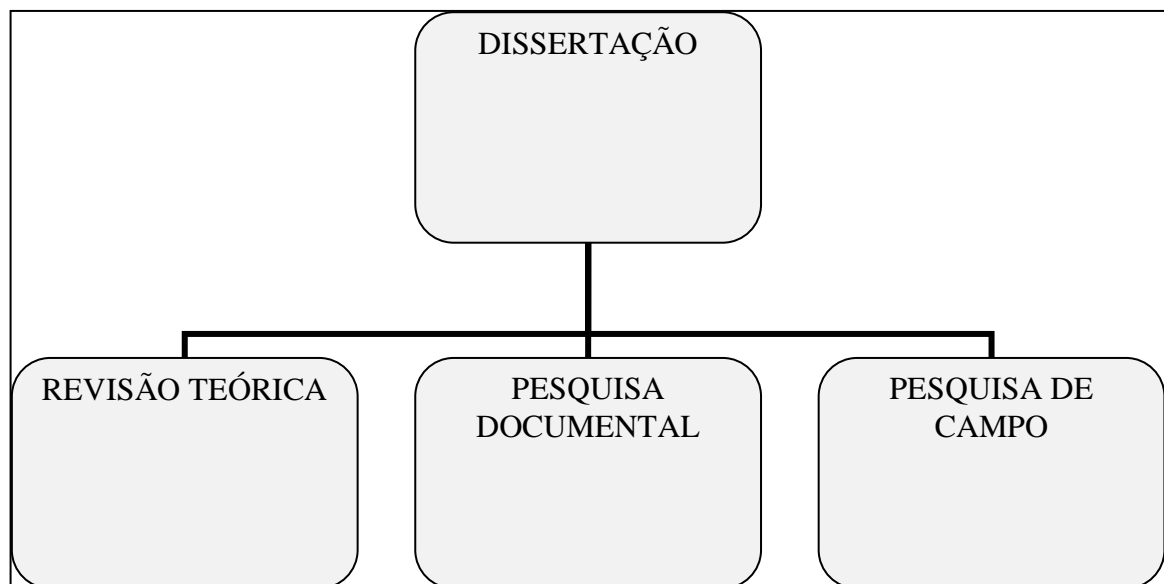
Diante desse fato constatado nas visitas a campo e a partir de outras observações, este capítulo metodológico busca exhibir um panorama dos caminhos traçados para a elaboração desta dissertação, utilizando-se sempre a teoria como elemento fundamental para a compreensão dos fatos empíricos.

O empírico foi estudado sob o entendimento de que pensar a Geografia é, antes de tudo, refletir sobre a compreensão dos processos de uso e ocupação do espaço personificado pela atuação do setor sucroenergético. O qual, diante dos sujeitos envolvidos, produziu-se não em caráter homogêneo, mas gerando espaços singulares como também o são os sujeitos que o constituem. Um traço desta singularidade é a presença de uma associação de fornecedores de cana-de-açúcar. Fato este que contribui para o delineamento dos caminhos percorridos ao longo da pesquisa.

Ante aos fatos expostos e à atuação das usinas *Bom Sucesso* e *Goiatuba Açúcar e Alcool (GOIASA)* na região sul do Estado de Goiás, buscou-se responder a indagações referentes às transformações socioespaciais que vêm ocorrendo e sendo materializadas na cidade de Goiatuba (GO), cujo município integra um contexto nacional de busca por uma nova matriz energética menos poluente. Nesse sentido, convém questionar, quais são os ganhos e as perdas para essa cidade?

Por meio desse e de outros questionamentos levantados a partir da problemática, propõe-se uma investigação científica de cunho qualitativo como eixo norteador da pesquisa. Para tanto, a pesquisa orienta-se pelo seguinte desenho metodológico:

Fluxograma 1 – Desenho metodológico da dissertação.



Org.: Costa, R. L. (2013).

2.1 Pesquisa teórica

Os fenômenos empíricos são elementos resultantes de diferentes sujeitos e razões. Assim, a complexidade é algo inerente à sua compreensão. Diante da necessidade de compreender o empírico – as transformações resultantes da inserção do setor sucroenergético em Goiatuba (GO) - a pesquisa teórica constitui um instrumento fundamental neste processo que parte do empírico e que, por meio da pesquisa teórica, se estabelece em conhecimento científico.

Diante da importância desta etapa, metodologicamente buscou-se apoiar a discussão aqui realizada com base em autores que versam sobre o setor sucroenergético: a relação capital/trabalho e a questão agrária. Questões estas tidas, na presente pesquisa, como partes da grande engrenagem que compõe este setor.

Para tanto, os seguintes passos foram percorridos:

- a) Leituras de categorias geográficas como forma de compreender a realidade, com ênfase nas categorias Território, Espaço e Região. As leituras sobre Território permitiram analisar as formas de territorialização do capital no campo e seus reflexos. Nesse sentido, foram tomadas obras como Raffestin (1993), Haesbaert (2002; 2010) e Marx (2008). Enquanto base teórica, autores que estudam o processo que permeia a consolidação da cana-de-açúcar no Brasil e a posterior inserção da agricultura moderna no setor viabilizaram contextualizar o atual panorama do setor sucroenergético e a substituição de diversas culturas pela cana-de-açúcar. Dentre os autores que contribuíram para estas reflexões estão: Prado Júnior (1988), Furtado (2003), Scarlato (1996), Calaça (2001), Porto Gonçalves (2012), Abramovay (2007) Castro (2008), Santos (1985) e Santos (2010). Além das leituras de obras importantes, foram consideradas também dissertações correlatas ao objeto de pesquisa.
- b) Análise de pesquisas regionais, como teses e dissertações produzidas em Universidades (Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Estadual Paulista (UNESP)) e que versam sobre o tema sucroenergético e outros assuntos relacionados à questão agrária e à relação capital/trabalho discutidas por autores como Mendes (2005), Matos (2009), Silva (2010), Calaça (2001), Silva (2011), Inocêncio (2010) e Souza (2011).

2.1.1 Pesquisa documental

Diante da necessidade de compreender os desdobramentos do setor sucroenergético em Goiatuba (GO), a pesquisa documental foi importante mecanismo viabilizador das discussões aqui realizadas. Os dados levantados possibilitaram articular teoria e prática enquanto ferramenta de análise sobre os processos espaciais desencadeados pela cana de açúcar. Para tanto, nesta etapa, foram procedidos:

- a) Levantamento de dados sobre a atividade sucroenergética no Brasil e em Goiás junto às Usinas GOIASA e *Bom Sucesso*, ao Sindicato Rural e à Câmara dos Dirigentes Lojistas;
- b) Pesquisa documental em arquivos públicos (informações acerca do processo de implantação das empresas), *em arquivos particulares* (da própria empresa, a fim de obter dados sobre a produção, o consumo e o escoamento de produtos) e nos documentos do curso de Açúcar e Álcool do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
- c) Pesquisas em fontes estatísticas, como dados do Monitoramento da cana-de-açúcar por Imagens de Satélite (CANASAT)² e do Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás (SEGPLAN-GO)³. Estas fontes permitiram traçar um panorama das áreas que a cana-de-açúcar ocupou no município de Goiatuba (GO) e da real proporção que esta cultura atingiu em relação a outras como a soja e o arroz. Levantamento de dados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), buscando compreender o fluxo migratório do trabalhador do setor sucroenergético. Pesquisa junto ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) para obtenção de dados que contribuíssem para compreensão de quais culturas estão tendo redução em sua área plantada, bem como sobre os índices de crescimento que a cultura da cana-de-açúcar atingiu no Brasil, em Goiás e no município de Goiatuba (GO).

Convém observar que todos os passos seguidos na pesquisa documental não permitiram compreender efetivamente a atuação do setor sucroenergético em Goiatuba (GO) como o fez a pesquisa de campo, a qual (tratada no item 1.1.2) constituiu elemento fundamental para o estudo dos reflexos do setor sucroenergético na dinâmica da cidade e do perfil do trabalhador.

2.1.2 Pesquisa de campo

² O CANASAT é um site que disponibiliza a todos os interessados diversas informações sobre o setor sucroenergético. Além de informações, o site contém uma série de mapas que ajudam a entender o processo de ampliação do setor.

³ O SEGPLAN consiste em um importante banco de dados do governo do Estado de Goiás. Diversos pesquisadores tem se valido dos dados disponibilizados para compreender a dinâmica econômica e social do Estado.

De todas as metodologias que porventura o pesquisador possa adotar para sua pesquisa, o trabalho de campo é fator essencial. Essa relevância se torna ainda maior para pesquisas que tenham um viés qualitativo. Por meio de visitas que buscam estabelecer proximidade com a área de pesquisa, a pesquisa de campo se deu através da observação direta nos municípios de Goiatuba (GO), nas áreas de plantio das usinas GOIASA e *Bom Sucesso*.

Nesse sentido, procederam-se visitas exploratórias a fim de conhecer o objeto de estudo e observar os sujeitos da pesquisa. Esta etapa foi uma das mais complexas do trabalho porque são vários os atores sociais que compõem a complexa trama do setor sucroenergético em Goiatuba (GO).

Embora tenham sido diversos os sujeitos encontrados, a opção foi por aqueles que servem de fontes de informações consideradas essências para a compreensão dos reflexos da inserção do capital sucroenergético no município alvo deste estudo. Para tanto, o pesquisador buscou ouvir um universo de 40 pessoas, as quais só foram consultadas depois da aprovação do comitê de ética. Não menos importante foi a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelo entrevistado. Após a aprovação do comitê de ética e pesquisa, o seguinte caminho foi percorrido:

- a) Levantamento de dados e informações referentes às usinas GOIASA e Bom Sucesso nos sites das respectivas empresas. Foram coletadas informações por meio de fontes primárias, obtidas por meio de entrevista semiestruturada realizada com trabalhadores de diferentes funções dentro da empresa e com produtores e sujeitos envolvidos diretamente com o setor. A entrevista semiestruturada que permitiu um contato direto com estes sujeitos, fato que proporcionou uma riqueza de informações;
- b) Em um segundo momento, buscou-se dados sobre o crescimento econômico do município junto a Prefeitura, a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) do município como mecanismo de verificar a influência que o setor sucroenergético exerce no município, além de busca por informações junto ao Sindicato Rural de Goiatuba para compreender como o setor tem alterado o perfil do produtor rural e do trabalhador da agroindústria.

2.2 A metodologia enquanto ferramenta fundamental de análise

Considerando que o método permite o domínio da razão como mecanismo essencial para a produção de conhecimento, as discussões feitas aqui foram norteadas pela metodologia qualitativa, a qual constitui um viés teórico-metodológico com uma grande riqueza epistemológica, diante da diversidade de teorias, conceitos e categorias, permitindo

flexibilidade e diferentes abordagens para um mesmo tema (TRIVIÑOS, 1987; ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002).

A pesquisa qualitativa vem sendo muito usada para retratar temas de caráter científico na Geografia, por meio de abordagens e análises de processos espaciais que proporcionam transformações decorrentes neste estudo da inserção do capital sucroenergético no campo. Este palco da expansão sucroenergética em Goiatuba (GO) e decorrente da ação de sujeitos ligados direta e indiretamente ao setor, gerou alguns fenômenos constatados empiricamente, como: crescimento da área plantada de cana-de-açúcar, mudança do perfil laboral dos trabalhadores e alterações na dinâmica socioespacial do município.

Logo, estes fatos foram melhor compreendidos pelo viés teórico-metodológico que a pesquisa qualitativa detêm. Tendo em vista que o município estudado constitui um riquíssimo acervo cultural, social e econômico que muitas vezes se coloca - como já mencionado - em contraposição à tendência de homogeneização capitalista, a qual encontra no setor sucroenergético a possibilidade de perpetuar lucros.

Nesse sentido, o setor em estudo, ao se inserir no município de Goiatuba (GO), não realizou projetos de implantação respeitando as singularidades inerentes ao município, ao contrário, seus projetos seguem a mesma lógica de homogeneização de lugares anteriormente ocupados dentro de um contexto global de implantação. Diante destas singularidades, que não foram observadas no processo de implantação das empresas GOIASA e *Bom Sucesso*, a pesquisa qualitativa surge como instrumental teórico-metodológico adequado à análise da problemática em questão.

A pesquisa qualitativa, inicialmente, ganha força na década 1980, sendo utilizada pelos opositores ao positivismo - este, em suas técnicas de investigação, excluía a subjetividade inerente ao objeto e buscava dar um rigor quantitativo ao estudo científico - contrapondo a isto a pesquisa qualitativa, por meio de seu aporte metodológico, permite a compreensão de realidades não explicitadas pelos métodos quantitativos. Os métodos qualitativos viabilizam a compreensão do subjetivo inerente ao objeto de estudo e seus sujeitos.

A pesquisa qualitativa segue a tradição 'compreensiva' ou interpretativa. Isto significa que as pessoas partem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato precisando ser desvelado. (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002, p. 131, grifos do autor).

Busca-se, pois, por meio da abordagem qualitativa, compreender melhor o objeto de estudo: o espaço – categoria central dos estudos geográficos - em transformação pelo setor sucroenergético. Por conseguinte, muitas das ações delineadas no espaço pelo setor em questão e seus sujeitos somente são compreendidas pelo viés qualitativo que leva em conta as rugosidades do objeto e permite compreender que toda ação não ocorre de forma solta e desconexa. Ao contrário disso, as ações estão balizadas por uma lógica de afetividade, de traços culturais, ou mesmo com relação a sua historicidade.

Nessa perspectiva, a pesquisa qualitativa busca como um de seus eixos norteadores contextualizar o objeto de estudo em um contexto mais amplo - algo pertinente em uma pesquisa - assim, esta forma de abordagem corrobora com a proposta deste estudo que analisa um fenômeno local compreendendo-o como parte de um todo que influi e sofre influência.

Muitas pesquisas desconhecem que o conhecimento científico é um processo, uma construção coletiva. As questões levantadas na pesquisa, quanto pela ausência de comparações entre os resultados obtidos e aqueles originados por outras pesquisas relacionadas ao tema. Nesse caso a impressão que se tem é de que o conhecimento sobre o problema começou e terminou com aquela pesquisa. (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002, p. 145).

O aparato teórico-metodológico qualitativo foi de fundamental importância, pois possibilitou à pesquisa ser apresentada como um pano de fundo, em que a questão sucroenergética investigada em Goiatuba (GO) se insere em um contexto amplo que vem atingindo não apenas o Brasil, mas o mundo. Dessa maneira, as reflexões não foram tratadas em si mesmas, pelo contrário, foram concebidas como parte integrante de uma busca global por combustíveis menos poluentes.

Frente a razões como estas, a metodologia qualitativa permitiu o entendimento da problemática em questão, concebida como resultado da ação dos seus sujeitos, o que tornou necessária sua escolha. Então, primeiramente, procedeu-se a busca destes na zona rural de Goiatuba (GO), uma vez que na análise qualitativa o número dos sujeitos a serem pesquisados só pode ser definido após a pesquisa exploratória.

Sabendo que o pesquisador qualitativo é um interpretador da realidade responsável por desvelar o que parece obscuro, os sujeitos podem ser escolhidos por ele naturalmente. Ao realizar a escolha proposital, o pesquisador entende que uma amostra escolhida por critérios condizentes com o objetivo da pesquisa pode ser mais adequada à pesquisa que a simples coleta de dados quantitativos.

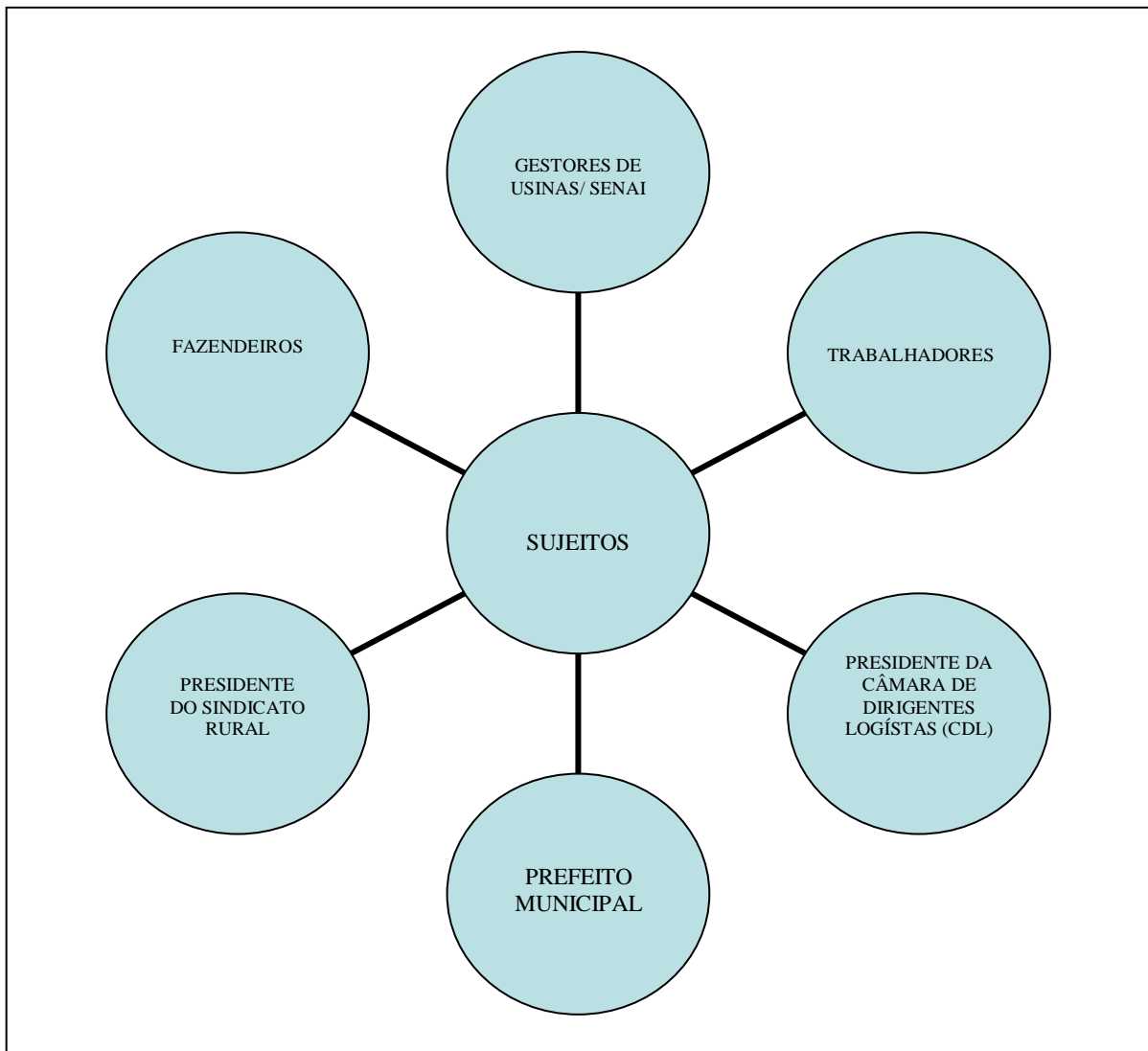
Sobre os critérios para selecionar os casos para estudos qualitativos não há modo certo ou errado de construir amostras qualitativas, sendo que a decisão pela amostragem deveria ser distintamente pensada e ser apropriada às questões da pesquisa, não simplesmente ditada pela convivência. (TURATO, 2003, p. 356).

Explicitamente, ao longo desta pesquisa, todas as entrevistas realizadas e os sujeitos escolhidos não foram resultado de opções aleatórias, mas sim, estiveram em consonância com os objetivos da pesquisa. Em oposição ao exposto, muito sujeitos em uma pesquisa são escolhidos por afinidade ou por facilidade de acesso. Ao proceder desta forma, caso envolva questões pessoais na análise do objeto, o pesquisador pode comprometer a validade de sua pesquisa.

Ante esta possibilidade, alguns caminhos investigativos precisaram ser traçados. A princípio, buscou-se analisar o processo de inserção do setor sucroenergético no município em questão para averiguar as razões que motivaram a sua implantação. Para tanto, foram aplicados questionários e entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa, os quais permitiram trilhar o caminho para entender o setor sucroenergético em Goiatuba (GO), traçar um panorama sobre o perfil do trabalhador e as razões que motivaram muitos produtores a investirem no plantio de cana-de-açúcar.

Diante do universo de sujeitos, a pesquisa contou com roteiros de entrevistas elaborados especificamente para cada categoria de participante, a saber: gestores de usinas e/ou do curso de Açúcar e Álcool do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); presidente do sindicato rural; presidente da câmara de dirigentes lojistas; fazendeiros; trabalhadores de diversos níveis da usina e o prefeito da cidade de Goiatuba (GO). Estes roteiros estão no apêndice ao final da dissertação.

Fluxograma 2 – Sujeitos da pesquisa



Org.: Costa, R. L. (2013).

Posteriormente foram realizadas pesquisas documentais no acervo do curso de Açúcar e Álcool do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Esta instituição é a principal responsável na região sul por formar mão de obra qualificada para o setor. Além disso, este órgão mantém parcerias com as usinas Goiatuba Açúcar e Álcool (GOIASA) e Bom Sucesso (GOIATUBA).

O Presidente do Sindicato Rural de Goiatuba contribuiu com importantes informações sobre os benefícios ou malefícios que a implantação destas empresas tem proporcionado ao município, bem como foi peça fundamental para compreender como os agricultores estão se organizando diante dessa nova realidade inserida pelo setor sucroenergético, bem como sobre a existência e qualificação de mão de obra migrante.

Os roteiros estruturados foram aplicados junto aos trabalhadores das usinas que atuam no município, o que permitiu ampliar o conhecimento do perfil socioeconômico destes e facilitou a escolha de trabalhadores com os quais foram procedidas as entrevistas semiestruturadas que foram aplicadas a dez sujeitos para aprofundar a análise, o que é essencial na pesquisa qualitativa.

Por fim, buscou-se entrevistar comerciantes da cidade para verificar se houve ou não vantagens para o comércio local após a implantação do setor sucroenergético. Ainda nesta linha investigativa, a CDL foi consultada para coleta dos dados sobre o desempenho comercial. Seu presidente participou de entrevista semiestruturada relatando as suas percepções acerca da atuação do setor no comércio local.

Embora tenha se tratado de uma visão empírica, inicialmente contatou-se que o município demonstra disputa de território entre as lavouras consolidadas e as lavouras que representam a tendência de homogeneidade, cana-de-açúcar, lavoura que produziu no espaço Forma⁴ e Função⁵ pertinentes ao setor sucroenergético. Desse modo, a cana-de-açúcar se materializa na região como elemento que configura o espaço dando-lhe tendência à homogeneidade.

Diante disso, a disputa por novas áreas é inevitável e os atores sociais que se inserem configuram de forma diferente estas áreas conforme suas necessidades. Por conseguinte, o espaço contemporâneo não é produzido no campo ou na cidade a partir das necessidades da população que o constitui, em vez disso é produzido segundo as necessidades do capital que altera suas formas e suas funções.

Essas alterações ocorridas na cidade de Goiatuba (GO) não se deram de maneira homogênea ou sem gerar rupturas. Tensões existiram e ainda existem no campo, quando o agricultor se vê no dilema entre plantar suas terras com lavouras habituais ou arrendar suas terras para o setor sucroenergético por conta da garantia do arrendamento. Outro exemplo é o trabalhador urbano que, diante da ausência de emprego nas cidades, se vê obrigado a trabalhar em condições precárias nas empresas sucroenergéticas.

Convém observar que estas tensões dificilmente seriam explicadas ao longo deste trabalho pela metodologia quantitativa, tendo em vista não possuir os instrumentais teóricos e metodológicos suficientes à compreensão das rugosidades do objeto. Portanto, a metodologia

⁴ Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se ao arranjo ordenado de objetos a um padrão. As formas são governadas pelo presente, e conquanto se costume ignorar o seu passado, este continua a ser parte integrante das formas dotadas de certos contornos e finalidades-funções (SANTOS, 1985, p. 69).

⁵ Função: torna-se evidente que a função está diretamente relacionada com sua forma; portanto, a função é a parte elementar de que a forma se reveste. Esta última pode ou não abranger mais de uma função (SANTOS, 1985, p. 69).

qualitativa foi mais apropriada para a compreensão dos fenômenos, posto que o pesquisador pode dispor de roteiro semiestruturado, o qual propicia uma maior amplitude de informações para a análise das transformações espaciais motivadas pelo setor sucroenergético.

O espaço produzido é alterado a todo instante por diversos atores e sujeitos, por isso os processos de apropriação são heterogêneos. Estes mecanismos de apropriação e transformação dos espaços são fruto de toda a historicidade humana, a qual norteará as ações que acabam por produzir o espaço. Deste modo, os pilares da ciência geográfica - cada vez mais atuais - não podem deixar de ser mensurados aqui, a fim de conhecer os processos evolutivos que contribuíram para construção do espaço. O qual, apresenta novas problemáticas inerentes a dinâmica socioespacial.

Não estamos diante de uma crise de paradigmas tradicionais, mas sim diante de um novo objeto de investigação, melhor dizendo, deparamo-nos com a dialética da própria história social, no entanto o papel e a importância das ciências humanas permanecem como um rigoroso saber metodológico e, intencionalmente produzido para orientar a transformação da sociedade [...] (MENDES; PESSOA, 2009, p. 515).

Não que esteja ocorrendo uma crise paradigmática, a questão que se coloca é a constante transformação do real. Para tanto, o referencial teórico coloca-se como ferramenta primordial para compreensão dos fenômenos e como importante facilitador da pesquisa diante de objetos cada vez mais diversos. Desta feita, cabe ao pesquisador entender que o contexto em que o real se colocava no passado é diferente do que é posto hoje, o que gera a necessidade de oxigenar a fundamentação teórica segundo o contexto socioeconômico do objeto de estudo e suas redes de articulação.

Com enfoque nas transformações socioespaciais motivadas pelo setor sucroenergético na região de Goiatuba (GO), nessa pesquisa as categorias região e território possuem papel fundamental para subsidiar a interpretação da realidade percebida. Todavia, por mais que a teoria seja complexa, não menos simples é a realidade inerente às transformações do setor em estudo e suas particularidades.

É pela compreensão das particularidades e dos mecanismos e transformações decorrentes da globalização que o recorte em Goiatuba (GO) coloca-se como elemento essencial da análise. Isto porque, empiricamente, observou-se no município conflitos na gestão do território goiatubense decorrentes de um movimento global por novas fontes de energia.

A perspectiva regional nos dias atuais reforça e revela a tensão entre globalização, como processo mundial, e a formação de blocos regionais de

caráter supranacionais, bem como os questionamentos acerca do papel do Estado-nação e a emergência de regionalismos. (LENCIONE, 2009, p. 24).

Mediante as usinas GOIASA, Bom Sucesso, Central Energética Morrinhos (CEM), BP Alternative Energy, implantadas na região Sul do Estado de Goiás, ocorreu a busca por identificar as transformações socioespaciais que vem ocorrendo na cidade de Goiatuba (GO). Tendo em vista que este município faz parte de um contexto nacional de busca por uma nova matriz energética menos poluente. O qual encontrou nas plantações de cana-de-açúcar o elemento viabilizador desse processo de desterritorialização⁶ de lavouras como a soja e constituidor do território sucroenergético.

Contudo, a composição territorial das lavouras de cana-de-açúcar no país e especificamente no município de Goiatuba (GO), faz parte de um longo processo histórico de ocupação da cana-de-açúcar. Neste sentido, buscou-se a seguir realizar reflexões sobre a origem da cana-de-açúcar no Brasil, e os caminhos que foram delineados até o presente momento, com suas potencialidades e perspectivas para o século XXI.

⁶ A Desterritorialização está ligada à fragilidade crescente das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais – o território, aí, é sobretudo um território político. Para outros, desterritorialização está ligada á hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas – o território aqui é [...] simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades. Dependendo da concepção de território muda, conseqüentemente, a nossa definição de desterritorialização. (HAESBAERT, 2004, p. 35).

3 DO PLANTIO COLONIAL AO OURO VERDE DA BIOENERGIA

A energia é um dos grandes pilares que sustentam o crescimento mundial, nesse sentido, por muitos anos as fontes de energia foram exclusivamente obtidas por meio de combustíveis fósseis como o petróleo. Entretanto, são múltiplos os reflexos decorrentes da utilização desta matriz energética, como por exemplo a emissão de gás carbônico que intensifica o efeito estufa.

O aquecimento global tem sido, nas últimas décadas, um dos principais argumentos que sustentam a necessidade de uma fonte de energia menos poluente. É nesse contexto que a cana-de-açúcar – principal matéria prima para produção do etanol no Brasil – tem sido uma das culturas que mais tem ampliado sua área plantada no século XXI. Se por um lado o etanol é um combustível menos poluente que o petróleo, por outro, a inserção da cana-de-açúcar tem provocado grandes problemas nos municípios, como no caso de Goiatuba (GO).

Um dos principais problemas tem sido a manutenção e o aumento dos latifúndios no País, tendo em vista que a cana sempre demandou grandes áreas para ser cultivada. A substituição de outras culturas como arroz e o feijão pelo plantio de cana-de-açúcar tem sido outro problema. Entretanto, este aumento não ocorreu ao acaso. Metodologicamente, este capítulo foi desenvolvido com o objetivo de explicar as razões desse crescimento, o qual tem se sustentado por meio das políticas de incentivo do Estado.

Não é de agora que a cana-de-açúcar tem obtido espaço pelo País. Desde o século XVI a cana-de-açúcar se faz presente no território nacional e diversas foram as razões que permearam o seu plantio no Brasil. Com base no exposto, queremos, nesta seção, analisar a cultura sucroenergética atual não como algo dado, ao contrário, como resultado de um produto histórico decorrente de várias intencionalidades.

Estas, embora distintas ao longo dos séculos, sempre representaram a disseminação da cana de açúcar como principal elemento gerador dos latifúndios presentes ainda hoje no Brasil. No entanto, diante da compreensão que o setor sucroenergético é fruto de um passado, buscamos estudar as bases históricas da cana-de-açúcar no Brasil.

3.1 Um olhar sobre os pilares históricos da cultura açucareira no Brasil

A cana de açúcar ao longo do processo do processo histórico nacional foi uma das lavouras que mais ocuparam o território nacional. Para tanto, as análises sobre o setor

sucroenergético no Brasil e, especificamente, em Goiatuba (GO) seriam incompletas e superficiais se apenas o contexto atual do setor fosse investigado. É notório que a resposta para compreensão de fatos presentes não são encontradas apenas no presente. Todavia, é olhando e conhecendo o passado do cultivo da cana-de-açúcar desde o período colonial brasileiro que é possível compreender o presente e traçar possíveis diagnósticos para o futuro.

Ao longo do período colonial os portugueses inseriram diversas culturas no território nacional para demarcar o território português, dentre elas a cana-de-açúcar foi a que melhor se incorporou às condições climáticas do Brasil. Foi na região Nordeste que a cana-de-açúcar primeiramente foi introduzida, especificamente, no estado de Pernambuco. Em 1532, surgem as primeiras plantações de cana-de-açúcar e, conseqüentemente, do primeiro engenho do Brasil fundado por Martin Afonso de Souza⁷.

Segundo Figueredo (2008), as primeiras plantações de cana-de-açúcar no Brasil ocorreram conforme Dom João III delineou para o processo de colonização. Muitas eram as ameaças que o governo português sofria, então o rei resolveu introduzir na colônia a estratégia das capitânicas hereditárias como já havia realizado no processo de colonização da ilha da Madeira.

É nesse contexto que Martin Afonso de Souza surge como o responsável pelo primeiro engenho no ainda Brasil colônia. Essa medida, sob as ordens de Dom João III, além de provocar o surgimento de núcleos de povoamento, buscou atender interesse do capital mercantilista que tinha na cana-de-açúcar um produto que atingia bom preço no mercado externo. De acordo com Prado Júnior (1998), o açúcar extraído da cana-de-açúcar, que era plantada no Brasil, possibilitava expressivos lucros à metrópole (Portugal).

Trata-se de um produto de grande valor comercial na Europa. Forneciam-no, mas em pequena quantidade a Sicília, as ilhas do atlântico ocupadas e exploradas pelos portugueses desde o século anterior e o Oriente de onde chegava por intermédio dos Árabes e dos traficantes Italianos do Mediterrâneo. O volume deste fornecimento era, contudo tão reduzido que o açúcar se vendia em boticas pesado aos gramas. (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 32).

Indiscutivelmente, o valor comercial que a cana-de-açúcar atingia para a época era algo expressivo. Relevância esta que em pouco tempo - dois anos - fez a cana-de-açúcar ocupar todo o território da Zona da Mata Pernambucana e, a partir dessa região, a cultura

⁷ Martins Afonso de Souza foi importante comandante do governo de Dom João III, que por meio das ordens reais liderou uma esquadra de navios com o objetivo de combater os franceses, descobrir minérios e colonizar a costa brasileira. Depois de dois anos chegou à região onde é hoje o sul de Pernambuco, distribuiu lotes e fundou o primeiro engenho do Brasil na vila de São Vicente como estratégia para demarcar território.

começou a se espalhar por todo o Nordeste, motivada pelos preços praticados no mercado externo.

Toda a velocidade implícita ao processo de inserção da cana-de-açúcar no território nacional proporcionou em menos de vinte anos a ocupação de toda a Zona da Mata Nordestina e demais localidades do litoral brasileiro. Por volta de 1550, a cana-de-açúcar havia se consolidado como uma das principais culturas da colônia portuguesa, de tal sorte que alguns lugares acabaram consolidando-se como importantes núcleos produtores de açúcar, a saber: Zona da Mata Nordestina, Recôncavo Baiano, Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo.

Nas regiões mencionadas, a cultura era desenvolvida prioritariamente no litoral, por conta da dificuldade de realizá-la nos locais mais distantes. Em decorrência do aumento da área plantada por conta da cultura canavieira, não se deve deixar de mensurar todo o processo de destruição causado na Mata Atlântica. Grandes áreas deste bioma localizavam-se justamente na região onde o clima era mais propício para o cultivo da cana-de-açúcar e, por isso, logo foram derrubadas nos locais onde havia a viabilidade para o cultivo.

Diante do expressivo aumento da área plantada de cana-de-açúcar, os engenhos logo começaram a aumentar, já que existia a necessidade de processar toda a produção com único objetivo de produzir mais açúcar para ser vendido em terras da Europa. Assim, o engenho passa a ser o grande responsável pela enorme geração de riquezas,

admitindo-se a existência de apenas 120 engenhos – ao final do século XVI – e um valor médio de 15 libras esterlinas por engenho, o total dos capitais aplicados no engenho aproxima-se de 1,8 milhão de libras. A produção de açúcar superava os dois milhões de arrobas, o montante gerado por esta cultura são apenas conjecturas. Em um ano favorável a exportação de açúcar teria alcançado uns 23 milhões de libras. Se admite que a renda líquida gerada por esta atividade chegaria a 60 por cento desse montante e que esta atividade contribuía com três quartas partes da renda total gerada, esta última deveria aproximar-se de 2 milhões de libras. Tendo em conta que a população de origem europeia não seria superior a 30 mil habitantes/ torna-se evidente que a colônia açucareira era excepcionalmente rica. (FURTADO, 2003, p. 52).

O Brasil passou por vários períodos de dinamismo econômico em sua fase colonial, entretanto, nenhuma outra atividade da época gerou mais riqueza que o engenho de cana-de-açúcar. Riqueza que posteriormente era levada para Portugal como resultado da exploração colonial. Ainda segundo Furtado (2003), o lucro obtido com a atividade açucareira era suficientemente capaz de autofinanciar sua duplicação produtiva a cada dois anos. Entretanto, toda esta possibilidade produtiva foi empregada em casos específicos sendo norteada pela demanda do mercado.

Sendo o lucro um fato, fica evidente que havia um capital excedente não utilizado no período. Para tanto, torna-se explícito uma grande articulação de todo o sistema produtivo, tendo em vista que o capital excedente era direcionado à metrópole como forma de evitar investimentos equivocados na colônia. Por conseguinte, a atividade açucareira era totalmente dependente de mão de obra qualificada vinda da Europa.

Logo, não se pode compreender que o alto fluxo de capital mensurado anteriormente era enviado para metrópole apenas como forma de lucro, também o era como mecanismo que viabilizava a vinda e permanência dos técnicos na colônia. Furtado (2003) aponta que vultosas quantias eram gastas com a compra de equipamentos para os engenhos e buscando manter os trabalhadores europeus.

No engenho o trabalho era dividido da seguinte maneira: o trabalho especializado ficava por conta dos técnicos europeus, enquanto as tarefas que demandavam menor qualificação eram direcionadas aos escravos. Conforme Furtado (2003) existem relatos que índios também eram colocados na lida com a cana-de-açúcar. Entretanto, não se adaptavam tanto ao ofício como os escravos.

A importação de mão de obra especializada já se realizava em menos escala, tratando o engenho de auto-abastecer-se também neste setor, mediante treinamento daqueles escravos que demonstravam maior aptidão para os ofícios manuais. (FURTADO, 2003, p. 56).

Ao contrário do indígena, os escravos africanos representaram para os proprietários de engenho a redução dos gastos com o empreendimento colocando-os para aprenderem o trabalho, e posteriormente ocuparem as funções desempenhadas pelos técnicos europeus, como coloca Porto-Gonçalves (2013).

As técnicas trazem embutidas nelas mesmas suas contradições sociais e políticas. Aqui, a ideia de que há intencionalidade impregnada nas técnicas (SANTOS, 1999) ganha um outro radical sentido – é que estando a sociedade constituída por relações contraditórias, a intencionalidade traduz-se em técnicas que comportam dentro de si não só suas contradições, mas diferentes potencialidades contraditoriamente possíveis. (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 81).

Embora, tais reflexões teóricas possam se dar em tempos distintos, ambas convergem sobre a materialidade da técnica enquanto algo explicitamente intencional que possibilita contradições e potencialidades nos diferentes períodos: seja nos enfocados por Furtado (2003) como no evidenciado por Porto-Gonçalves (2003) que se integram sobre os efeitos da técnica no espaço e no trabalho. Mormente a isso, no período colonial, os negros

que não tinham, ou não assimilavam a técnica correta de trabalho, acabavam tendo caminhos contraditórios e distintos de outros. Contradição consolidada quando se realiza uma análise na função do escravismo naquele período.

Por um lado, o escravo era tido como aquele que representava papel fundamental na substituição do trabalho tecnicizado do trabalhador europeu trazido para poder viabilizar a produção nos engenhos nordestinos. Por outro, o trabalhador escravo era visto como um objeto que representava apenas seu custo de aquisição, o qual se colocava paulatinamente como algo dispendioso na ausência de uma ocupação.

Tudo se ratifica quando novamente voltamos às contradições que se referia Porto-Gonçalves (2013). Dicotomias essas que se colocam inseridas no capitalismo - ainda sendo esta fase conhecida como pré-capitalista - permitiram diversos desdobramentos por conta desta atividade açucareira baseada no capital gerado nos engenhos.

Um dos desdobramentos propostos foi à invasão holandesa ocorrida no ano de 1654. As vultosas somas geradas com a economia açucareira acabaram despertando a cobiça dos holandeses e motivaram a invasão dos estados da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Sergipe. As impressionantes marcas de produtividade alcançadas pelos holandeses é outra contradição do capitalismo colonial brasileiro.

A monocultura da agroindústria açucareira gerou riqueza para o Brasil Colônia e a conseqüente cobiça externa. Durante a invasão holandesa ocorrida no litoral nordestino (Bahia, Pernambuco, Maranhão e Sergipe) o processo produtivo da cana-de-açúcar atingiu cifras admiráveis, impulsionadas pelo capital e pela experiência holandesa no comércio entre mares. (VIEIRA, 2005, p. 211).

O controle das áreas mencionadas significa os diversos desdobramentos e contradições inerentes à disputa territorial e, por conseguinte, busca por capital. Assim, a continuação da economia açucareira provocou a expulsão dos holandeses do território nacional no ano de 1654 devido o alto valor para o refino do açúcar nacional. O qual foi refinado com menor custos pelos holandeses nas Antilhas. Logo em seguida à expulsão, os números da economia declinaram rapidamente, isso porque os holandeses retirados à força passaram a fazer concorrência nas Antilhas por meio dos conhecimentos assimilados no território brasileiro.

O quadro exposto passou por uma recuperação somente um século depois. Tal melhora só foi possível por conta da crise instaurada na América Central e Antilhas. Isso ocorreu por conta da diminuição da produção e, principalmente, devido às independências das

colônias europeias, o que provocou seu desabastecimento referente aos estoques de açúcar vindo da colônia.

Quando o capital mercantil agencia a troca de produtos de comunidades pouco desenvolvidas, o logro e a trapaça aparecem no lucro comercial, que deles deriva em grande parte. Há aí aspectos a considerar além da circunstância de o capital mercantil explorar a diferença entre os preços de produção dos diferentes países (e então atuar nivelando e determinando os valores das mercadorias). O capital mercantil, quando domina, estabelece por toda parte um sistema de pilhagem⁸ e seu desenvolvimento entre os povos comerciais, dos tempos antigos e dos modernos, está diretamente ligado à rapina, a pirataria, ao rapto de escravos, a subjugação das colônias; assim foi em Cartago, Roma e mais tarde, com venezianos, portugueses, holandeses etc. (MARX, 2008, p. 442).

O Brasil, então, passa a exportar grandes quantias para Europa e, principalmente, para a Inglaterra – maior recebedor dos Estados Unidos – o qual estava também passando por um processo de independência. Diante das reflexões feitas sobre o período histórico canavieiro, o capital era, e ainda é, a grande mola propulsora das medidas tomadas sobre o território visando multiplicar-se, nunca medindo as consequências da ação e sim, o resultado final: lucro.

Sendo assim, o lucro foi o grande responsável pela consolidação da cana-de-açúcar como principal cultura da economia colonial brasileira, além de ter sido o forte gerador do chamado ciclo do açúcar que foi, por sua vez, criado e alimentado pelo capital mercantilista que se valia das mais diversas estratégias – politicamente corretas ou não – para poder perpetuar as vultuosas somas atingidas com os engenhos Marx (2008). Tais números voltaram a aumentar com a crise nas colônias da América Latina em processo de independência.

Diante disso, o Brasil retoma a liderança na produção mundial de açúcar graças a essa totalidade de crises além da incorporação de tecnologias como a máquina a vapor, empregada também nos engenhos do século XIX. Tal estratégia multiplicou, ainda mais, os lucros na economia açucareira.

A rentabilidade proporcionou à figura do proprietário de engenho grande importância social, além de demarcar também nesse sujeito a gênese do latifúndio nacional. Fato comprovado diante das características regionais, onde se localizava os engenhos, que o senhor do engenho era o maior proprietário de terras.

⁸ Segundo Marx (2008), pilhagem significava as queixas dos comerciantes contra os cavaleiros ou ladrões e apontam os graves perigos que tinham que enfrentar no comércio, sendo presos, espancados, extorquidos, roubados. Seriam verdadeiros santos se sofressem tudo isso por amor a justiça.

Por meio disso, ele escolhia o melhor lugar para poder instalar o engenho – o qual era colocado, na maioria das vezes, próximo aos cursos de água – sempre com o objetivo de utilizar a força natural da água para mover o engenho. Cabe salientar que não era esta a única forma utilizada para movê-lo, já que também era muito comum a moagem ocorrer por meio de tração escrava ou animal.

O senhor de engenho era tido, além de importante figura das regiões próximas do engenho, personalidade influente na formação social da colônia e importante proprietário de terras devido às dimensões que eram planejadas os engenhos.

A lavoura canavieira, como afirma Azevedo (2003, p. 162) “[...] foi agente implicador e avassalador do processo de concentração fundiária [...] agravando implicações no meio ambiente, com a prática monocultora [...]” monocultura caracterizada pela adoção do modelo de *Plantation* baseado em grandes áreas. Fato também mensurado por Furtado (2003). Para esse autor Furtado (2003), a atividade nunca foi pensada em pequenas dimensões, pois se tratava de uma ação de grande envergadura, que além de produzir açúcar, tinha também o objetivo inicial de povoar o litoral nordestino.

Notadamente as estratégias para obtenção de vantagens na colônia foram pensadas por Portugal baseada no capitalismo mercantilista nas duas vertentes: lucro e exploração da força de trabalho. Ambas legitimadas pelo pacto colonial que tinha nos escravos a personificação daquele que viabilizaram a economia açucareira e posteriormente a economia aurífera. Novamente a atividade açucareira começa a entrar em um período de instabilidade. Os baixos preços aliados a recusa de alguns donos de engenhos nordestinos em aceitar a ideia dos engenhos centrais colaboraram para isso.

Na segunda metade do século XVII, quando se desorganizou o mercado do açúcar e teve início a forte concorrência antilhiana os preços se reduziram a metade. No século seguinte persistiu a tendência à baixa de preços. Por outro lado, a economia mineira, que se expandiria no centro-sul, atraindo a mão-de-obra especializada e elevando os preços dos escravos reduziria ainda mais a rentabilidade da empresa açucareira. (FURTADO, 2003, p. 61).

A economia colonial açucareira em crise, por conta das sequências baixas no preço do açúcar, propiciou ambiente adequado para que os portugueses pudessem novamente voltar seus planos para busca por metais preciosos. Nesse panorama, em que o ouro é posto em detrimento do açúcar – já não rentável como antes – o setor açucareiro fica, durante o período mineratório, em estagnação com números que não tinham grande representatividade.

Furtado (2003) lembra que a situação ficara ainda pior por conta dos elevados preços dos escravos e a emigração da mão de obra especializada, determinados pela expansão

do ouro que colocava o setor açucareiro em condições ainda piores. Condições que fizeram surgir novas ideias para a recuperação do setor.

Os engenhos centrais representavam o aspecto físico da intenção em buscar a recuperação da economia açucareira. Estes seriam instalados nas regiões Nordeste e Centro Sul buscando recuperar a importância econômica que a cana-de-açúcar havia tido nos primeiros séculos da colonização. Para isso foi feita uma parceria entre o Estado e o capital internacional. Entretanto, esta proposta modificou a forma anterior de produção dos engenhos, a qual era baseada nos princípios da divisão territorial do trabalho alterando toda a forma de produção industrial, bem como as relações em sociedade.

O componente internacional da divisão do trabalho tende a aumentar exponencialmente. Assim, as motivações de uso de sistemas técnicos são crescentemente estranhas às lógicas locais e, mesmo nacionais. Como o êxito, nesse processo de comércio, depende, em grande parte, da presença de sistemas técnicos eficazes, estes acabam por ser cada vez mais frequentes. (SANTOS, 2012, p. 237).

Os produtores da cana-de-açúcar não seriam mais os mesmos a processarem a produção. Surgiu, assim, a presença de um novo elo na corrente de produção açucareira, as chamadas unidades produtivas. Estas tinham a missão complexa de substituir os engenhos por meio de seu trabalho altamente tecnificado.

Referente a esta questão, ficava demarcado os papéis para nova fase da economia açucareira após 1870. De um lado estavam os produtores da cana-de-açúcar e ex-proprietários de engenho, do outro estava o capital internacional responsável por implementar a técnica na dinâmica do processo industrial, os quais, parafraseando Santos (2012), passaram, desde então, a ser cada vez mais frequentes e fundamentais na busca por aumentar os lucros do capital açucareiro.

Buscava-se através da substituição de formas arcaicas por formas mais eficientes se alcançar um novo padrão tecnológico no setor açucareiro. Nessa ocasião, a estrutura produtiva seria alterada pela adoção de um padrão técnico que acabaria por gerar outra estrutura. (SILVA, 2011, p. 41).

As medidas adotadas, como já foram mencionadas neste trabalho, tiveram reações diferentes no Nordeste e no Centro Sul. Diante de toda a carga histórica, cultural e política o Nordeste, e principalmente o Estado de Pernambuco, apresentou muita resistência a este novo modo de produção açucareiro contrário ao Centro Sul que demonstrou mais abertura com essa nova forma tecnificada da produção que não mais via nos engenhos a fórmula adequada para vislumbrar outras possibilidades.

Embora esta medida tenha tido mais concretude no Centro Sul, o Brasil não conseguiu recuperar a liderança na produção do açúcar com a inserção do capital internacional. Apesar do exposto, os engenhos centrais tiveram grande relevância na evolução do sistema produtivo canavieiro.

Sua criação ocorreu tendo em vista a esperança de recuperar a liderança do mercado mundial do açúcar. É fato que foram um fracasso diante das pretensões à eles depositadas. Porém, é inegável sua contribuição técnica para os padrões da atividade industrial. Segundo Furtado (2003), os próprios europeus consideravam que as usinas derivadas dos engenhos representavam o mais complexo sistema produtivo conhecido pelos europeus, devido as formas de trabalho, a divisão dos horários e a alta tecnologia empregada.

Esta iniciativa de criação da unidade industrial mudou completamente os destinos do setor açucareiro no Brasil por meio da adoção das técnicas modernas. O período técnico vê a emergência do espaço mecanizado. Os objetos que formam o meio não são, apenas, objetos culturais; eles são culturais e técnicos, ao mesmo tempo (SANTOS, 2012).

Modernidade e técnica apontada não apenas no sistema de produção, mas na mecanização implementada no escoamento dos produtos, pois com a interiorização da cana-de-açúcar para o Centro Sul, ferrovias começaram a surgir para facilitar o escoamento da produção. Nesse sentido, Santos (2012) aponta que os objetos técnicos e o espaço maquinizado são lócus de ações “superiores” graças à sua superposição triunfante sobre as forças naturais.

Cabe salientar, o natural aqui não deve apenas ser entendido como algo materializado na natureza, mas que representa o espaço natural e também o espaço socializado que apresenta elementos decorrentes do território como, por exemplo, as áreas de plantações ocupadas pelos trilhos da estrada de ferro utilizada para escoar a produção de açúcar.

Notadamente a economia açucareira, em sua melhor época, foi o negócio colonial agrícola mais rentável de todos os tempos. O fim da escravidão provocou a substituição da mão de obra escrava pela assalariada, fez com que os engenhos perdessem lugar para as usinas, não mais dependentes apenas do capital internacional. A inexpressividade do açúcar brasileiro no mercado mundial fez com que novas técnicas fossem implementadas em decorrência da crise de 1929 e a consequente criação do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA), demonstrando o que foi e o que ainda será o setor industrial da cana-de-açúcar.

Complexo agroindustrial canavieiro formulado não apenas em um período histórico, ao contrário, algo construído ao longo dos séculos no Brasil desde a economia

colonial até os tempos atuais. Setor que influenciou toda formação econômica e social, mas que também sofreu influência de seus sujeitos.

O sujeito se constrói e se transforma vis-à-vis o objeto e vice e versa. Neste caso, teremos as antíteses e as teses em constante contradição. Comparecendo ora como pares contraditórios, ora como elementos de uma tríade, são elementos que fazem parte de sua estrutura e que compõe seu movimento. (SPOSITO, 2004, p. 46).

É nesta perspectiva de abordagem do objeto, não o concebendo como algo dado, mas como produto de uma construção, que a cultura canavieira foi analisada. Uma cultura que influencia e também é influenciada. Trilhas que essa pesquisa buscou seguir para compreensão do setor canavieiro no Brasil e, especificamente, na cidade de Goiatuba (GO) por meio da compreensão dos fatos, seja da contradição, seja das particularidades da economia em curso. Contradições não apenas presentes no período colonial já mencionado anteriormente, mas algo constante nos períodos que ainda serão evidenciados nesta pesquisa.

Diante do exposto, o atual setor sucroenergético foi compreendido como um setor que ao longo dos tempos se transformou de acordo com a junção entre a iniciativa privada e o poder público que ainda possui papel fundamental no dinamismo da cana-de-açúcar tratado no próximo item.

3.2 Os reflexos das políticas públicas no setor sucroenergético

O espaço agrário brasileiro tem sido o palco de inserção das lavouras de cana-de-açúcar desde o século XVI, sua inserção não ocorreu ao acaso, ao contrário, fazia parte de um plano de estado onde o rei Dom João III visava ocupar as terras da colônia. Embora os tempos sejam outro, o Estado continua exercendo grande influência na expansão da cana-de-açúcar no século XXI.

Logo, diversos ciclos econômicos fizeram parte da história econômica do Brasil como: ouro, café e a cana-de-açúcar. Dentre eles, a cana-de-açúcar foi a cultura que por mais tempo foi cultivada no território nacional. Esteve presente no período colonial, no século XX e consolidou-se como uma das lavouras que mais ampliaram sua área plantada no século XXI, incentivada por uma política de governo que subsidiou os interessados em atuar no setor sucroenergético.

Para tanto, os principais incentivos ao setor foram concedidos pelo então Instituto do Açúcar e Alcool (IAA) e pelo Programa do Açúcar e do Alcool (PROÁLCOOL). Ambos

os programas foram marcas da ação estatal, no setor sucroenergético. Conforme aponta Moreira (2012), a criação das usinas foram exemplos das marcas da ação estatal no setor.

[...] No espaço plantacionista canavieiro o processo da acumulação primitiva identifica-se com a metamorfose do velho engenho na moderna usina, que coroa as tentativas de intervenção governamental via instalação dos engenhos centrais. Estes exprimem uma tentativa do governo colonial de modernizar a economia agroaçucareira pela separação orgânica entre lavoura e indústria. Ficando os senhores de engenhos responsáveis pela lavoura e o capital estrangeiro responsável pela produção de açúcar [...] (MOREIRA, 2012, p. 104).

Posteriormente a inserção da cana-de-açúcar no litoral brasileiro como forma de ocupar a colônia, a criação dos engenhos centrais foram uma das primeiras medidas de intervenção do Estado para impulsionar o capital açucareiro. Assim, o lucro que no passado era atingido apenas pela fabricação de açúcar, passou a ser alcançado no século XX e XXI pela fabricação do álcool e açúcar.

A criação IAA foi o primeiro marco de intervenção do Estado no XX, e permitiu que a cana-de-açúcar tivesse prioridade no campo brasileiro. Diante disso, as características agrárias do Brasil se transformaram em virtude do plantio de cana-de-açúcar. Essas alterações não se deram ao acaso, todas foram norteadas por um objetivo, o qual, ora serve as necessidades do capital de maneira direta, ora o serve de forma indireta. Entretanto, o capital não se reproduz naturalmente, sujeitos são necessários para viabilizar sua reprodução.

O Estado junto às empresas ou grupos empresariais são os sujeitos que viabilizam a reprodução capitalista. Dessa forma, o capital se mantém como principal objetivo norteador das ações estatais e privadas ao longo do tempo, não importando qual produto a ser utilizado como meio, o que realmente importa são os fins, ou seja, a geração do lucro. A renda foi obtida por meio da produção de açúcar pela colônia nos Estados da região Nordeste e que posteriormente migrou para os Estados da região Centro Sul por apresentarem menor resistência a nova morfologia que com o tempo passou a surgir no então setor canavieiro.

O engenho, por mais de um século, serviu como mecanismo viabilizador do capital açucareiro, passou por transformações baseadas na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) que possibilitou a criação do engenho central dividindo assim as responsabilidades entre os senhores de engenho e a empresa industrial.

Em tese visava-se com isto introduzir numa divisão territorial do trabalho localmente capaz de traduzir-se numa modernização da aparelhagem produtiva e conseqüentemente elevação em uníssono da produtividade tanto nas lavouras de cana quanto da indústria do açúcar. (MOREIRA, 2012, p. 110).

A compreensão esboçada por Moreira (2012) concorda com as contribuições de Furtado (2003) o qual enfatizava sobre a intencionalidade por trás da criação dos engenhos centrais que representou, além da inserção de uma política estatal, a modernização e recuperação dos lucros do setor canavieiro da época. O engenho central representou a base para que posteriormente pudessem surgir as usinas para produção de açúcar que já não concebia a parceria entre a colônia e o capital externo, mas que significou formas modernas de produção.

Com o fim do período colonial e o conseqüente declínio do período aurífero, o capital novamente vê na cana-de-açúcar um dos produtos com potencial para movimentar a economia brasileira. Logo, a parceria entre o poder público, interessado em dinamizar a economia nacional, e o setor privado sempre disposto em aumentar seus lucros, possibilitou a retomada da cultura canavieira no século XX e XXI.

A aliança entre latifundiários/usineiros/grandes grupos empresariais do agronegócio canavieiro, instigados pelo mercado internacional e os incentivos do Estado, conquistou, na segunda metade da década de 2000, altos índices de produtividade e desempenho na produção, principalmente, de etanol (álcool etílico). (LIMA, 2011, p. 71).

Os lucros decorrentes do binômio Estado/Usineiros representam a marca que caracteriza a estratégia de atuação do setor sucroenergético. O Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) foi o primeiro fruto dessa política de cooperação entre o Estado e a iniciativa privada que ainda se perpetua no setor.

A criação do IAA representou uma nova fase do setor agrário brasileiro. Iniciada pelas medidas de Getúlio Vargas que diante do decreto 19.717 de 20 de janeiro de 1931, obrigava a adição de 5% de álcool à gasolina não produzida no Brasil. Assim, o modelo agrário-exportador já não era a única alternativa econômica. Ao contrário, o IAA representava uma alternativa que buscava romper a dependência brasileira diante do mercado externo.

Com a criação do Instituto do Alcool e Açúcar (IAA) criado por Getúlio Vargas em 1933 o setor passou a ser regulamentado, recebendo incentivos para produção e exportação do açúcar o que favoreceu o crescimento do setor principalmente no estado de São Paulo, que faria a região sudeste superar a região do nordeste em área plantada de cana-de-açúcar. (THEODORO, 2011, p. 17).

Seu surgimento ocorreu em 1933 logo após a grande crise mundial. Dentre suas atribuições estavam: centralizar todo o processo produtivo da cana-de-açúcar no Brasil, controlar as exportações do açúcar brasileiro, ser a única instituição autorizada a comprar

açúcar no mercado nacional. Assim, responsabilizava-se também pela concessão de subsídios aos produtores prioritariamente da região Norte, Nordeste e do Estado do Rio de Janeiro.

O IAA esteve em atividade de 1933 a 1990, mas ao longo dos anos ele foi perdendo a importância para qual foi criado. Com o seu fim, o setor passou por um período de desregulamentação e crise. As consequências das ineficiências do IAA, só não foram piores por conta da criação de outro programa estatal de incentivo: o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL).

Foi graças à intervenção do Estado no setor canavieiro que este passou a iniciar seu dinamismo econômico no século XX. Porém, é na década de 1970, período em que é criado o PROÁLCOOL pelo Governo Federal que a cana-de-açúcar volta a ganhar novo impulso “o Proálcool teve sua origem na crise do petróleo de 1973 que, gerando um ‘gargalo’ no processo produtivo, propiciou um ambiente favorável ao surgimento de alternativas energéticas [...]” (SHIKIDA, 1998, p. 9, grifo do autor). Além disso, trouxe a ampliação e mecanização das destilarias. Após a análise do PROÁLCOOL, segundo Shikida (1998), é possível resgatar alguns marcos de sua história (Quadro 1).

Quadro 1 - Descrição histórica dos avanços e retrocessos do Proálcool no Brasil 1975 a 2000

Ano	Avanços e retrocessos
1975 -1979	Período marcado pela produção de álcool para misturar com a gasolina. A produção passou de 600 milhões de litros/ano para 3,4 bilhões de litros/ano e o primeiro carro, totalmente movido a álcool, só entrou no mercado em 1979.
1989-1986	Uma nova crise do petróleo leva o álcool à posição de destaque entre os combustíveis automotores. O governo criou meios para dinamizar o programa. A produção de carros a álcool passou por um aumento de 0,46% em 1979 para 26,8% em 1980 e em 1986 totalizou 76,1 % da frota nacional.
1986-1995	Há uma recaída nos preços do petróleo e o governo não consegue manter os subsídios à produção interna de energia proveniente do álcool, já que as vendas de carros a álcool eram superiores a 95% das vendas totais no País. No fim da década de 1980, o Proálcool perdeu credibilidade e o consumo de automóveis movidos por esse combustível, tornou-se cada vez menor, além da queda das exportações de açúcar. Nos primeiros anos da década de 1990, o preço do barril de petróleo caiu sensivelmente e a saída do governo foi incentivar a importação de carros populares, projetados para o uso da gasolina.
1995-2000	O Brasil consegue se reestruturar como exportador de açúcar e etanol. A quantidade de mistura de etanol em gasolina firmou-se em 24%, como forma de incentivo ao uso do álcool.
A partir de 2000	O Brasil vive uma nova expansão dos canaviais e, em 2003 os brasileiros puderam conhecer o modelo fléx fuel, que não demorou muito para se popularizar.

Fonte: Shikida (1998). **Org.:** Costa, R. L (2013).

O Proálcool foi a base para o desenvolvimento contemporâneo da cultura da cana-de-açúcar, criou alternativa energética para minimizar o impacto da crise do petróleo através do estímulo da produção do álcool “anidro” com fins carburantes. Diante disso, houve o incentivo à expansão das destilarias demandando o aumento da área plantada de cana-de-

açúcar. As intervenções no meio foram tão devastadoras que fizeram deste programa o maior responsável pelos impactos ambientais gerados pela agroindústria canavieira, os quais são analisados no capítulo 3.

Criado para estimular a produção de álcool e atender as necessidades do mercado interno e externo, o Proálcool incentivou o aumento das lavouras de cana em todo o País e, ainda, trouxe a ampliação e modernização das destilarias, com respectivo crescimento da produção de álcool. Em um contexto interno, houve um incremento na produção de automóveis. Somente no período compreendido de 1975 a 2000, o Brasil produziu aproximadamente 5,6 milhões de veículos movidos a álcool, e substituiu mais de 10 milhões de veículos movidos à gasolina. E assim, conseguiu economizar e diminuir a importação de petróleo e, conseqüentemente, deixou de emitir 110 milhões de toneladas de carbono (BIODIESELBR, 2009).

Embora a cana-de-açúcar, como já mencionado, seja uma das mais antigas culturas do Brasil, só foi inserida no município de Goiatuba (GO) na década de 1970, com a crise do petróleo e conseqüente implantação do PROÁLCOOL⁹ como medida para amenizar os impactos da crise que fez o governo brasileiro buscar uma matriz energética menos poluente.

Diante dos incentivos dados, o grupo Construcap – proprietário da usina GOIASA – resolveu diversificar sua área de atuação e investir no setor sucroenergético no município de Goiatuba (GO). Tal medida fez da GOIASA uma das pioneiras da região Sul do Estado de Goiás na produção de açúcar e álcool. O fato mencionado não foi privilégio apenas do grupo Construcap, outros grupos empresariais também aproveitaram os incentivos fornecidos pelo governo federal por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e passaram a investir no que hoje os estudiosos do tema chamam de setor sucroenergético.

Um programa do vulto do PROÁLCOOL, que pretendia inserir com sucesso o álcool na matriz energética brasileira, necessitava de um extraordinário volume de investimentos na agroindústria canavieira. De 1975 a 1980 foram investidos no programa US\$ 1,019 bilhão, sendo 75% desta quantia advindos de recursos públicos e 25% advindos de recursos privados. (SHIKIDA, 1998, p. 39).

Em decorrência do exposto, nos anos de 1980 a 1985, a expansão do Proálcool teve seu auge. Milhares de carros movidos a álcool foram produzidos, diversas usinas que não

⁹ O PROÁLCOOL recebeu esta denominação por ter sido um programa do governo federal que fomentava à ampliação das lavouras de cana-de-açúcar para produção de álcool combustível fornecia incentivos para produção de motores movidos a álcool. O programa teve vigência de 1975 à 2000 e buscava diminuir a dependência do País em relação ao petróleo que é a base para a produção de gasolina (SHIKIDA, 1998).

tinham as destilarias puderam se modernizar e incorporar a produção de álcool ao seu portfólio produtivo e grupos como o Construcap resolveram investir no setor e fundar a Goiatuba Açúcar e Álcool (GOIASA).

No período posterior a 1985 começa a retirada dos estímulos ao uso do álcool, ocasionando o início da crise do setor causada por conta do baixo preço do barril de petróleo que inviabilizava o preço do álcool em relação ao baixo custo da gasolina (SHIKIDA, 1998). Com o fim do Proálcool a cultura canavieira, bem como os produtores e usineiros, já não contavam com o capital do Estado para dinamizar o setor. Assim, na década de 1990 a área plantada de cana-de-açúcar ficou estagnada não ocorrendo avanços para locais menos tradicionais como o Centro-Oeste do Brasil. Entretanto, com a crise da soja ocorrida em 2005 a cultura da cana-de-açúcar¹⁰ pôde ser preterida pelos produtores do Sul Goiano e, especificamente, a cidade de Goiatuba (GO) passou a receber novos investimentos do capital sucroenergético. A usina Bom Sucesso localizada em Goiatuba (GO) é um exemplo destes novos investimentos que passaram a ocorrer na região Centro-Oeste do Brasil. Logo, a inserção da cana-de-açúcar passa substancialmente pela interferência do Estado por meio de suas políticas públicas de incentivo ao setor sucroenergético. Não apenas as cidades, mas toda a região é articulada entre as unidades fabris e a unidade geradora de matéria prima visando proporcionar um dinamismo à cadeia produtiva.

Contudo, nesta subseção enfatiza-se o papel que o Estado representou, e ainda representa, como elemento viabilizador das atividades inseridas no território nacional condicionando a geração dos lucros para aqueles que atuam no setor. As perspectivas de mercado do setor sucroenergético são tratadas na próxima subseção.

3.3 O século XXI e as perspectivas para a cana-de-açúcar

Diversas foram as lavouras que apresentaram crescimento no início deste século, dentre elas a cana-de-açúcar foi uma das atividades agrícolas que mais obtiveram ampliação em suas áreas plantadas. Segundo Silva (2011), na safra 2010/2011, a produção de cana-de-açúcar, com finalidade industrial, chegou a 625 milhões de toneladas, valor 114% superior à produção obtida na safra 1999/2000.

Diante do exposto, esta subseção foi elaborada com o intuito de identificar o panorama de crescimento da atividade sucroenergética no século XXI. No passado, o setor

¹⁰ A cana-de-açúcar veio para Goiás buscando ampliar sua área plantada, já que no sudeste não há mais áreas para o seu cultivo visando à produção de biocombustíveis. Outro fator, não menos importante, são os incentivos fiscais dados pelo governo aos usineiros.

criou a base para o desempenho atual e os investimentos que são realizados no presente são planejados com foco na futura demanda para o etanol brasileiro. Nesse contexto que mescla passado, presente e futuro a cana-de-açúcar vem se firmando e atraindo investimentos internos e externos para o País.

Segundo a União Nacional dos Produtores de Açúcar e Álcool (ÚNICA), o setor sucroenergético é o quarto maior investidor da economia brasileira. Entre 2009 e 2012 foram investidos cerca de 48 bilhões de dólares que colocam o setor atrás apenas dos seguintes setores da economia: Petróleo e Gás, 270 bilhões; Mineração, 80 bilhões; Siderurgia, 50 bilhões. O faturamento anual do setor sucroenergético chega a 40 bilhões de dólares. Os números mostrados confirmam o quanto o setor vem ano a ano batendo os seus próprios recordes e diversificando a fonte geradora de receita por parte das usinas. O açúcar em lucratividade tem dado lugar para a produção de etanol e geração de energia elétrica, depois que as usinas ampliaram seu portfólio de produção.

A geração de energia elétrica por meio do bagaço de cana, mesmo representando apenas 2% do faturamento, tem sido importante mecanismo de geração de capital para as usinas. Isso porque, além de produzir a energia necessária ao seu funcionamento, o excedente é vendido para as concessionárias do setor elétrico gerando receita para as usinas e fornecendo energia elétrica para o País.

Notadamente o setor sucroenergético tem passado, novamente, por um período em sua história de grande dinamismo. Segundo Neves (2011)¹¹, o Brasil possui uma demanda de 25 bilhões de litros de etanol hidratado por ano. Neves (2011) salienta que a capacidade produtiva do setor é de 15 bilhões de litros anuais e que diante deste panorama de consumo o Brasil passaria a ter um *deficit* de 10 bilhões de litros ano (CANAMIX, 2011, p. 37).

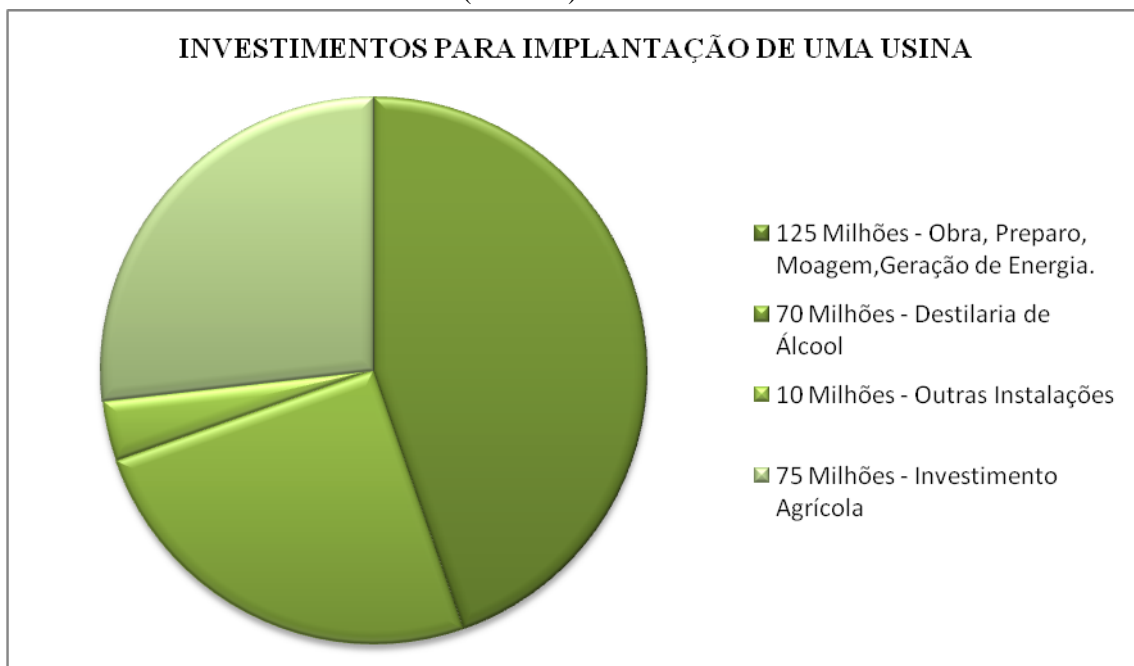
Sendo a procura do etanol maior que a própria demanda, a gasolina acaba sendo utilizada como combustível auxiliar no abastecimento dos carros movidos a *flex fuel* em detrimento do etanol insuficiente no País. Em termos numéricos, a insuficiência do etanol tem refletido no crescimento do consumo de Gasolina. Comprova-se essa informação diante dos seguintes números: em 2009 eram importados apenas 22 milhões de litros de gasolina, já no ano de 2010 o número saltou para 505 milhões de litros (CANAMIX, 2011, p. 37). As razões para números tão distintos foram a escassez de etanol. Isso porque os canaviais já eram antigos e o clima apresentou baixa quantidade de chuva, fato que justificou a redução na produtividade.

¹¹ Marco Fava Neves é doutor em administração e estudioso do panorama de crescimento do setor sucroenergético.

É inegável que o cenário para o setor sucroenergético no Brasil é ainda mais promissor que os dados mencionados anteriormente sinalizam. Diversas são as empresas e grupos empresariais que estão migrando para o País. Não apenas grupos com tradição na fabricação do etanol, mas também grupos ligados ao setor de petróleo estão diversificando seus investimentos no setor sucroenergético graças aos baixos custos de produção do etanol brasileiro.

Em um contexto econômico, no qual o aumento do capital dos grupos empresariais se apresenta como principal objetivo das diversas ações por eles desenvolvidas, a possibilidade de produzir em larga escala, contando com incentivos governamentais, é mais um atrativo para a migração desses grupos para Goiás. Nesse ponto, tange a subsídios que vão desde as facilidades de financiamentos que custeiam a implantação de uma usina incluindo, tanto a área industrial quanto a área agrícola. Isso significa uma reaplicação no século XXI da estratégia feita pelo Estado no período do Proálcool. O Gráfico 1 apresenta os valores médios financiados.

Gráfico 1 – Valores de implantação de uma usina segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

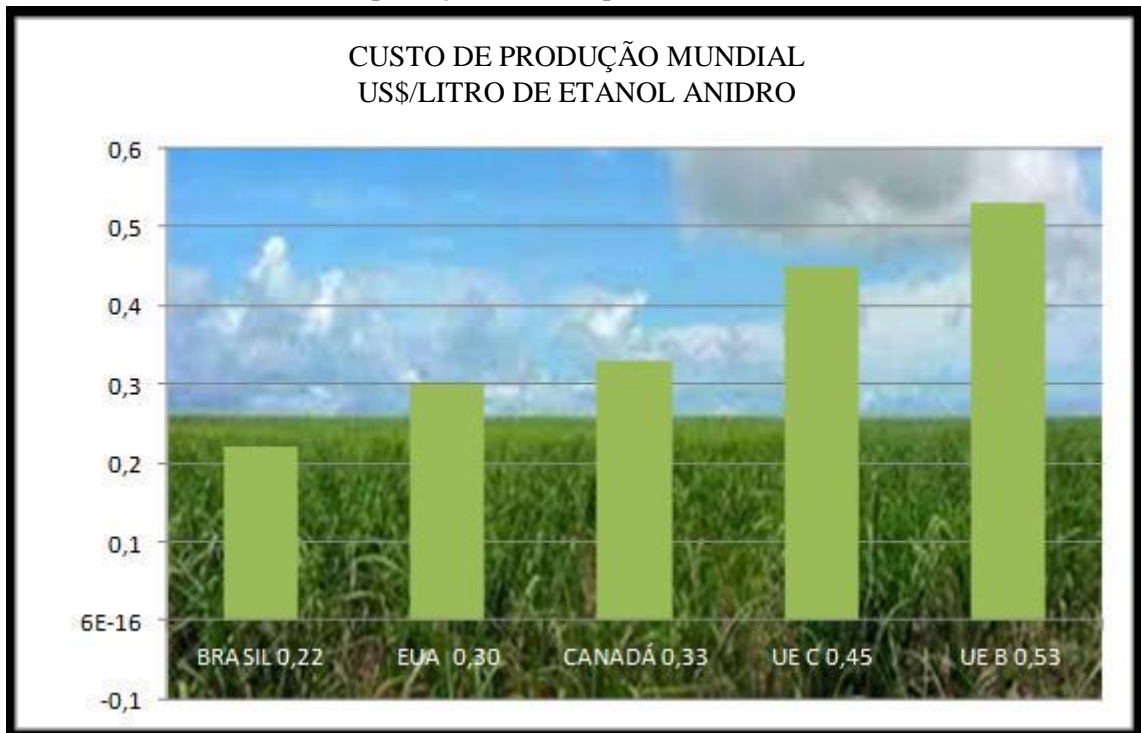


Fonte: Revista Cana Mix (2012). **Org.:** Costa, R. L. (2013).

Essas facilidades são proporcionadas pelo BNDES que além de subsidiar a implantação destes projetos, disponibiliza a maior parte do capital necessário à implantação de usinas com juros baixos e que geralmente beneficia grandes grupos empresariais que acabam sendo atraídos para o Brasil graças à disponibilidade de terras e, principalmente, pelo

baixo custo de produção. O Gráfico 2 mostra os custos médios mundiais para a produção de etanol. Tais valores ajudam na compreensão das motivações inerentes a chegada de diversas multinacionais, como a British do Petroleum (BP) no Brasil. Interessada, dentre outros fatores, em reduzir seus custos de produção.

Gráfico 2 - Custo mundial de produção de etanol por litro (2012).



Fonte: Revista Cana Mix (2012). **Org.:** Costa, R. L. (2013).

Diante do cenário exposto, empresas como a Shell, British Petroleum e Petrobrás, estatal brasileira, estão investindo de maneira contundente no setor. Ainda no ano de 2013 a empresa British Petroleum (BP) investiu, segundo dados do próprio site da empresa, mais de 620 milhões de reais em sua unidade localizada na cidade de Edéia (GO). Consta-se, diante desse processo de dispersão territorial do capital de sua base de origem, o objetivo fundamental de reprodução.

No movimento real do capital, o retorno é um componente do processo de circulação. O dinheiro de início, se converte em meios de produção; o processo de produção transforma-o em mercadoria; com a venda da mercadoria reconverte-se em dinheiro e nessa forma retorna nas mãos do capitalista que adianta o capital na forma de dinheiro. (MARX, 2008, p. 465).

Movimento é esta palavra que permite facilitar a compreensão sobre a lógica de investimento dos grupos empresariais como a British Petroleum que, tendo sua base na

Inglaterra, injeta capital no Brasil por meio do setor sucroenergético para reproduzir ainda mais seu capital. Ratifica-se então o pensamento de Marx (2008) em que o dinheiro é utilizado para gerar um produto – álcool ou cana-de-açúcar – cuja venda permite a geração de dinheiro que migra, novamente, para sua origem para posteriormente ser investido, estabelecendo o movimento migratório que multiplica o capital.

A migração de grupos empresariais para o setor sucroenergético é uma realidade que se torna mais fácil ainda identificar as regiões brasileiras que tem recebido esses investimentos, sejam internacionais, como o caso da BP, sejam nacionais como o grupo Lyra e Cosan. As regiões são: Oeste Paulista, Centro-Oeste e os Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás.

Ainda diante dos dados publicados na revista Cana Mix, somente depois dessas áreas serem esgotadas é que as novas fronteiras da Bahia, Piauí e Maranhão serão ocupadas, já que estas localidades possuem condições pedológicas e climáticas para no futuro receber tais investimentos.

Não raro, emerge uma nova fase de expansão da produção de cana-de-açúcar no Brasil, sobretudo diante da crise do petróleo e das questões ambientais. Vale ressaltar que a reflexão sobre o ambiente propiciou a busca por combustíveis menos poluentes. Ao menos este é o argumento que o setor sucroenergético utiliza para justificar suas ações.

É nesse contexto de expansão dos agrocombustíveis associada à questão do aquecimento global que a cana-de-açúcar surge como cultura emergente na região sul de Goiás. Para tanto, a produção canavieira deve ser pensada num contexto mais amplo, o que ratifica, então, a necessidade do enfoque regional e territorial para desvelar as tramas inerentes ao setor sucroenergético no sul goiano.

Distante de uma classificação genérica o termo região em sentido mais estrito, para os espaços resultam de uma articulação espacial consistente (ainda que mutável), complexa seja esta dominância econômica, política ou cultural. A força espacial/regional, ao mesmo tempo articuladora e desarticuladora, a partir dos sujeitos e interesses políticos envolvidos. (HAESBAERT, 2010, p. 121).

Diversas transformações socioespaciais ocorrem na região como as alterações no perfil do comércio para atender a necessidade do cultivo da cana-de-açúcar e o perfil do trabalhador que antes trabalhava com a soja, mas agora trabalha em usinas passando por readaptações. Porém, não são apenas estes entraves que são superados.

Em busca de ampliar sua área plantada, as usinas buscaram transpor os territórios municipais por meio de sua articulação produtiva dinamizando sua produção. Diante dessas ações, as usinas acabam configurando uma área de atuação regional.

Assim, a região aqui tratada enquanto categoria geográfica não pode ser entendida de forma empírica ou mesmo de forma à lembrar como este conceito era compreendido teoricamente por Paul Vidal de La Blache (1896)¹² em sua primeira fase, em que estudava a região por meio de seu caráter homogêneo.

A visão proposta na pesquisa vai de encontro com a visão de La Blache (1896) em sua última fase, quando estudava as regiões metropolitanas de Paris e seus diversos níveis de imbricação e articulação. Articulação que possibilita às empresas do setor sucroenergético ampliar sua área plantada de cana-de-açúcar e, conseqüentemente, sua produtividade.

Assim, um novo paradigma regional fica estabelecido por meio das conexões que imbricam as zonas regionais onde, não raro, a usina de cana-de-açúcar fica em um município e suas plantações se localizam em outro município, o que impõe uma articulação entre ambos como forma de viabilizar a consolidação do território sucroenergético.

O próprio arrendamento é uma ação que exige uma articulação entre a lavoura e o empreendimento fabril. As mudanças territoriais devem ser apreendidas a partir das diferentes formas de produção, apropriação de terras e mudanças nas relações sociais de trabalho. Enfim, uma nova dinâmica espacial e econômica se instaura e materializa nesses lugares, possibilitando uma transformação no território¹³.

Nos últimos decênios, o território conhece grandes mudanças em função de acréscimos técnicos que renovam sua materialidade, como resultado e condição, ao mesmo tempo, dos processos econômicos e sociais em curso. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.55).

Com referência a essas renovações socioespaciais, Goiás assume uma nova posição no cenário nacional, tornando receptor de grandes empreendimentos capitalistas e aumentando sua posição no processo de circulação, estocagem e distribuição de bens

¹²Paul Vidal de La Blache em sua primeira fase estudava a região por meio de seu caráter homogêneo. Posteriormente, o autor passou a estudar as regiões metropolitanas e seus níveis de imbricações. Imbricações presentes no setor sucroenergético, fenômeno estudado no capítulo VI.

¹³Sobre a categoria Território, Haesbaert (2004) faz as seguintes considerações: Mesmo enfatizando sempre o território como instrumento concreto de poder, Sack não ignora sua dimensão simbólica. Ele não ignora o papel da cultura na definição da territorialidade, especialmente ao comparar os contextos sociais do Primeiro e do Terceiro Mundo. Pede cautela contra a total associação de mudanças territoriais com mudanças econômicas e políticas. “Assim como cultura, a tradição e a história mediam a mudança econômica”, afirma ele, “elas também mediam o modo como as pessoas e os lugares estão ligados, o modo como as pessoas usam a territorialidade e o modo como elas valorizam a terra”. (HAESBAERT, 2004, p. 107-108, grifos do autor).

materiais. Segundo dados do Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do estado de Goiás (SIFAEG), somente de 2011 para 2012 o Estado recebeu quatro usinas de cana-de-açúcar. Hoje o Estado conta com 41 usinas em funcionamento que dinamizam o fluxo de capital no Estado. Somente o grupo British Petroleum (BP) investirá em Goiás mais de 700 milhões de reais que terá produção de etanol açúcar e energia elétrica por meio da queima do bagaço de cana em sua nova unidade, a cidade de Edéia¹⁴.

Por meio da atuação desses grupos empresariais, a área plantada de cana-de-açúcar tem aumentado sensivelmente, ocasionando à substituição de culturas que ocupavam a região. Para Silva, Motta e Costa (2009, p. 28) muitas culturas como o milho, o feijão e a soja estão sendo substituídas pela monocultura da cana-de-açúcar.

Diante dessa substituição de culturas, outras questões se associam, é o caso do papel do Estado como um meio indutor de transformações socioespaciais que reconfiguram a região, incentivando a expansão capitalista no campo através de isenções fiscais concedidas aos usineiros.

Nota-se que nos últimos anos tanto a área plantada quanto a produção de cana-de-açúcar em Goiás sofreram aumentos significantes (Tabela 1).

Tabela 1 – Área plantada, área colhida e produção de cana-de-açúcar em Goiás (1990-2013)*

<i>Ano</i>	<i>Área Plantada (ha)</i>	<i>Área colhida (ha)</i>	<i>Produção (t)</i>
1990	106.826	97.950	6.896.320
1995	115.073	104.498	7.690.407
2000	139.186	138.750	10.162.959
2005	200.048	196.596	15.642.125
2006	237.547	232.577	19.049.550
2007	278.000	270.110	22.387.847
2008	403.970	403.970	33.359.559
2009	437.496	437.496	36.122.809
2010	585.948	585.448	46.958.601
2011	655.201	655.201	52.552.795
2012	731.981	731.981	58.711.216
2013	847.359	847.359	67.965.530*

Fonte: SEPLAN/CANASAT (2013) – Área plantada de cana-de-açúcar no Brasil.

Org.: Costa, R. L. (2013).

* A produção em toneladas de 2013 é uma estimativa.

Observa-se que o aumento nos últimos anos, tanto da área plantada quanto da área colhida, como no montante da produção de cana-de-açúcar, demonstram o crescimento do

¹⁴ Disponível em: <<http://www.bp.com/productlanding.do?categoryId=9034552&contentId=7064086>>. Acesso em: 21 de abril. 2013.

setor sucroenergético em Goiás impulsionado pelo aumento da frota de carros movidos a etanol que gera a demanda pelo produto.

Além disso, questões de ordem econômica levam muitos goianos a migrarem seus investimentos para a cana-de-açúcar, devido ao seu plantio ser mais barato que o da soja. Segundo dados da Associação dos Fornecedores de Cana da Usina Bom Sucesso (AFC) o custo de plantio de cana por hectares é de aproximadamente 6 mil reais.

Gasto este valor, posteriormente são despendidos na lavoura mais de 2 mil reais por hectares a cada ano para manutenção da própria lavoura. Segundo a AFC, a vantagem da cana-de-açúcar está no seu ciclo de produção que após ser plantada permite um ciclo de colheita de quatro safras sem o replantio. Entretanto, graças às ótimas condições de solo da região, alguns produtores chegam a completar até oito safras sem a realização do replantio. A façanha ocorreu na fazenda demonstrada na fazenda Bela Cascata demonstrada na foto 1.

Foto 1 - Colheita mecanizada pelo 6º ano na fazenda Bela Cascata no município de Goiatuba (GO) no ano de 2013



Autor: Costa, R. L. (2013).

Os custos de produção com o uso de agrotóxicos e técnicas para desenvolvimento da cana-de-açúcar é menor porque o valor gasto com a implantação do canavial é reduzido a cada safra realizada sem a necessidade do plantio das mudas de cana-de-açúcar. Na área demonstrada, o proprietário está completando o sexto ano seguido sem a necessidade de plantio.

Outro atrativo das lavouras de cana-de-açúcar é a reutilização dos resíduos industriais como a vinhaça¹⁵. Esta, como pode ser visualizada abaixo, representa um importante incremento no processo adubação do solo e importante mecanismo equacionador dos custos com a lavoura, pois a fertirrigação minimiza os gastos com os adubos convencionais como é demonstrado na foto 2 a aplicação da vinhaça. Todos esses elementos são atrativos, no contexto da lógica capitalista que almeja o aumento da produção de cana, minimização de custos e maximização de lucros.

Foto 2 – Uso da vinhaça no processo de fertirrigação em área próxima da usina Bom Sucesso em 2013



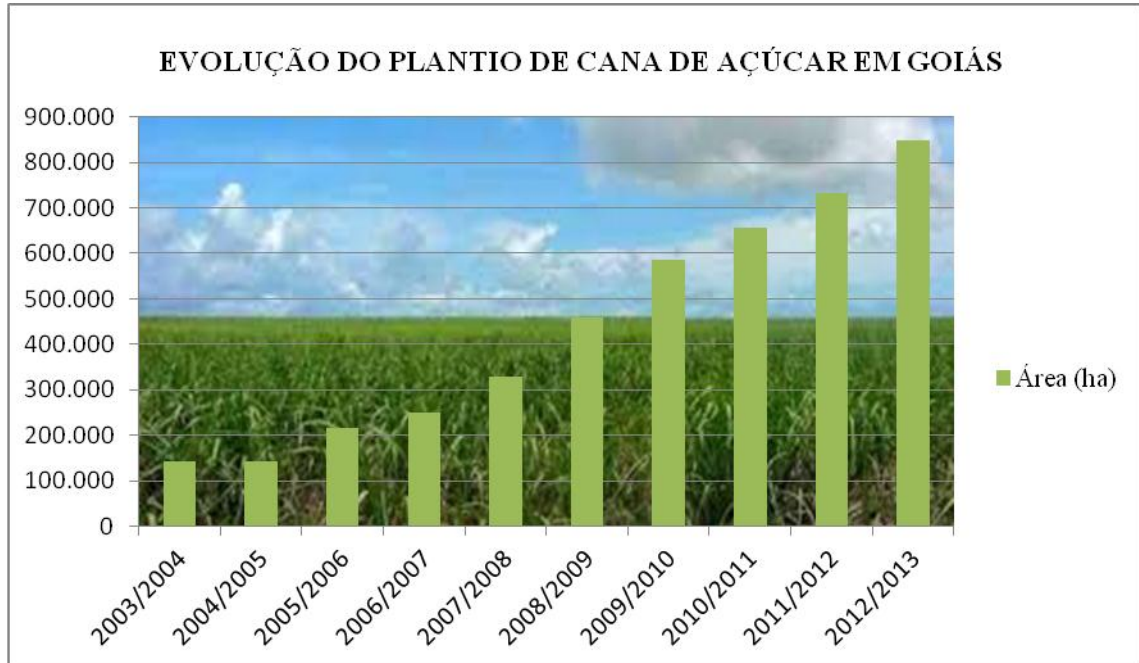
Autor: Costa, R. L. (2013).

Diante dos fatores expostos a indústria canavieira vem transpondo fronteiras territoriais e modificando a paisagem do interior do País. Motivada pela força avassaladora do capital, que lança seus empreendimentos visando, sobretudo, o lucro, tal mecanismo permitiu a formação de territorialidades. Segundo Haesbaert (2005) a territorialidade consegue abarcar dois paradigmas que não se excluem, mas que se interconectam e convivem em um mesmo processo. Primeiro, a formação do território zonal e, segundo, a formação do território rede. Estes conceitos foram compreendidos no capítulo 4, e são questões que ajudam a compreender como ocorreu o crescimento da área plantada de cana-de-açúcar, já que nesse

¹⁵ A vinhaça é um importante sub produto da cana-de-açúcar, é gerada em decorrência da fabricação do açúcar e do etanol. Produto frequentemente utilizado no processo de fertirrigação das áreas mais próximas as usinas. O local demonstrado na foto está a menos de cinco quilômetros da usina *Bom Sucesso*.

processo o Estado e os municípios acabam sendo transformados em seus aspectos socioeconômicos como podemos observar no gráfico 3.

Gráfico 3 - Evolução do plantio de cana-de-açúcar em Goiás – 2013



Fonte: Canasat (2013) – Área plantada de cana-de-açúcar no Brasil. **Org.:** Costa, R. L. (2013).

O crescimento é, no século XXI, uma das grandes características da produção sucroenergética no Centro-Oeste. Em Goiás, verificou-se as mudanças no arranjo espacial do campo, tendo em vista que os usineiros nordestinos estão migrando para a região central do Brasil em busca de melhores condições climáticas, solos propícios, água em maior quantidade que possibilite a irrigação no período da seca. Goiás possui todos esses fatores que favorecem a produtividade por hectare, a logística (acessibilidade, rodovias etc.) e preços de terrenos relativamente baixos (FERREIRA, 2008).

Atraídas pelas condições anteriormente mencionadas, as filiais de usinas oriundas de outros estados, como a usina Bom Sucesso do Grupo Farias, são reflexos da ação capitalista do setor sucroenergético a fim de desenvolver uma nova etapa econômica no município de Goiatuba (GO).

Segundo o SIFAEG, o Estado possui 41 usinas em funcionamento e 20 projetos em andamento podendo atingir assim, a marca de 1,64 bilhões de litros de etanol o que colocou o Estado no ano de 2010, na posição de segundo maior produtor de etanol do Brasil, perdendo apenas para São Paulo.

Concernente ao recorte espacial da pesquisa, Goiatuba (GO) possui duas usinas instaladas: a Goiatuba Açúcar e Álcool (GOIASA) e a usina Bom Sucesso. Ambas produzem álcool e açúcar, porém a usina Bom Sucesso privilegia a produção do agrocombustível. As razões dessa escolha está associada à aceitação do etanol no mercado nacional e internacional. Já a GOIASA, além da produção do açúcar e do álcool, também diversifica sua produção com a produção de energia elétrica decorrente da queima do bagaço de cana.

No contexto regional, as usinas Bom Sucesso, GOIASA, Panorama e BP e a Central Energética Morrinhos (CEM), provocam transformações diversas no âmbito social, cultural, econômico, político, tecnológico, fundiário, trabalhista e urbano, nos municípios em que estão instaladas. Em alguns casos, essas metamorfoses são realizadas por grupos empresariais de capital não local que implementam uma racionalidade gestada distante desses locais, é o que ocorre na usina GOIASA que traz do grupo Construcap a sua filosofia de trabalho gestada no setor da construção civil no estado de São Paulo.

Resta, como conseqüência a tomada de consciência da importância de fatores “externos”: um mercado longínquo, até certo ponto abstrato; uma concorrência de certo modo “invisível”; preços internacionais e nacionais sobre os quais não há controle local, improvável, também, para os outros componentes do cotidiano, igualmente elaborados de fora, como o valor externo da moeda (câmbio), de que depende o valor interno da produção, o custo do dinheiro e o peso sobre o produtor de lucros auferidos por todos os tipos de intermediação. (SANTOS, 2003, p. 90).

Essas novas racionalidades que se inserem com a chegada das usinas sucroenergéticas possuem uma lógica que foge ao controle da sociedade e da economia local, pois trazem uma dinâmica espacial a qual não se submete ao controle dos municípios. Suas transformações são regionais e seguem uma lógica global de preços. Nesta perspectiva, o quadro 2 expõe as empresas que atuam no setor sucroenergético em Goiatuba (GO).

Quadro 2 – Usinas em funcionamento no município de Goiatuba (GO) em 2013

Município	Empresa	Situação	Produção
Goiatuba	GOIASA Goiatuba Álcool Ltda.	Operando	Biomassa, álcool e açúcar
	Vale Verde – Unidade <i>Bom Sucesso</i> *	Operando	Álcool

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2011. **Org.:** Costa, R. L. (2013).

* Pertenceu ao Grupo Farias, que possui 5 usinas sucroenergéticas em Goiás (Goiatuba, Anicuns, Turvania, Itapuranga e Itapaci). Além de usinas em Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo e Acre.

São justamente as usinas, GOIASA e Bom Sucesso, que provocaram mudanças nas características socioespaciais no município de Goiatuba (GO) e que despertaram o interesse de investigar cientificamente, no mestrado, as consequências do setor sucroenergético na dinâmica espacial do município.

O setor supracitado vem, ao longo dos séculos, apresentando várias nomenclaturas e funções segundo as necessidades de cada período. No início do século era denominado de setor açucareiro, posteriormente passou a chamar setor canavieiro e com a emergência da produção de energia elétrica pelas usinas passou a ser denominada, pelos órgãos responsáveis, como: sucroenergético. Atribuição dada depois dos relevantes lucros alcançados pela venda do álcool combustível, e principalmente, com a venda de energia elétrica para as concessionárias do setor. A energia, nesse caso, é gerada pela queima do bagaço de cana-de-açúcar que há tempos atrás era vendido a preços irrisórios, e que passou a ter importante contribuição para o lucro do setor sucroenergético.

No que tange as suas várias funções ao longo dos séculos, no período colonial era de fundamental importância para demarcação das terras portuguesas no litoral brasileiro. Posteriormente, passou a representar um dos mais importantes ciclos econômicos do período colonial brasileiro diante dos expressivos lucros alcançados com a venda do açúcar para o mercado externo. Em contrapartida, sempre foi uma das atividades laborais que tiveram condições precárias por conta do corte da cana-de-açúcar.

Nos séculos XVIII e XIX o setor passou por crises e acabou sendo deixado à margem do plano do governo, pois o ouro, vindo de Minas Gerais, e o café produzido em São Paulo, eram mais rentáveis fazendo com que a atenção do Estado nesse período ficasse por conta dos ciclos econômicos.

A partir do século XX o setor volta a ter novamente incentivos do Estado para dinamizar sua produção. Institutos como o IAA são criados para fomentar o setor na primeira metade do século, mas a grande guinada viria a partir da segunda metade do século onde, por meio do PROÁLCOOL, o então setor canavieiro alcançou os maiores lucros daquele século. Como exposto no quadro 1, foi no ano de 1985 que ocorreu o auge na produção do álcool e os maiores lucros.

O século XXI inicia-se como sendo o período histórico com a maior necessidade de fontes alternativas de energia. Diante disso, a cana-de-açúcar passa a ser, depois da criação dos carros *flex fuel*, alternativa para uma nova matriz energética menos poluente. Ao menos este foi o discurso apresentado pelo Estado brasileiro para fomentar o setor.

Depois do período de desaquecimento econômico entre 1985 e 2000, o Brasil passou a fomentar os usineiros e estes ampliaram suas áreas de plantio migrando para Estados como Goiás. A usina *Bom Sucesso* de Goiatuba (GO) acompanhou esta corrente aliada a usina GOIASA e sua atuação no setor foi, em conjunto com outras empresas como a CEM, responsável pelos números demonstrados no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Plantio de cana-de-açúcar em Goiatuba (GO)



Fonte: Canasat (2013) – Área plantada de cana-de-açúcar por município. **Org.:** Costa, R. L. (2013).

Os reflexos das políticas públicas do Estado foram inevitáveis. A ampliação da área plantada de cana-de-açúcar em Goiatuba (GO) é decorrente destas ações que são de âmbito nacional. Em 2003, a cidade tinha uma área plantada de 10.901 hectares. Diante da observação dos dados referente a safra 2012/2013 a área plantada atingiu a marca de 41.726 hectares de cana-de-açúcar. O que representou um aumento de 382% no crescimento da cultura.

Em uma escala estadual, os números do crescimento também são expressivos. Segundo o Anuário Brasileiro de cana-de-açúcar, somente na safra de 2008 para 2009 a produção cresceu 54%, saindo de 29,6 toneladas produzidas em 2008 e passando para 45,8 mil toneladas em 2009. O aumento no número de usinas no Estado foi determinante nos números da produção.

Segundo a mesma fonte, o Estado de Goiás tinha em 1999 um total de 12 empresas, já em 2007 eram 33 unidades que realizavam o processamento da cana-de-açúcar

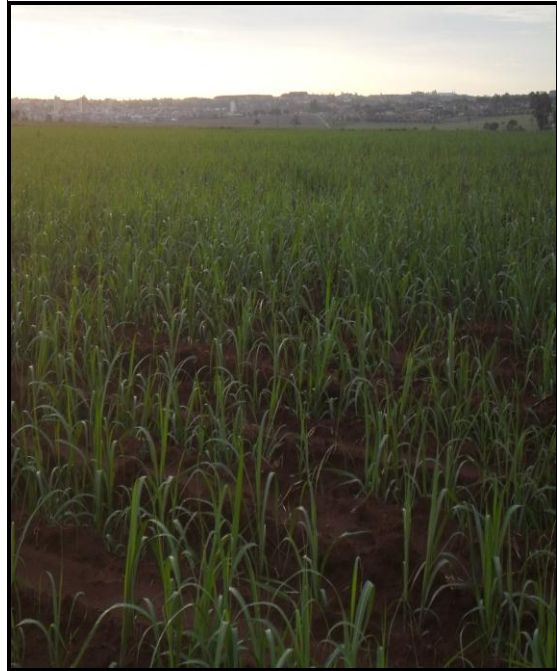
(Anuário Brasileiro de Cana-de-Açúcar,2009). É nesse movimento de expansão da área plantada de cana-de-açúcar em Goiás que a cidade de Goiatuba (GO) se insere como a quarta maior cidade do Estado em área plantada. As fotos 3 e 4 são reflexo dessa expansão da área plantada de cana-de-açúcar. Motivada inclusive pela ação pública municipal com a redução da distância para plantio da cana-de-açúcar da sede do município de 10km para 3km¹⁶.

Foto 3 – Área plantada em (2013) de cana-de-açúcar em Goiatuba (GO)



Autor: Costa, R. L. (2013).

Foto 4 – Área de expansão de cana-de-açúcar a menos de 3 km de Goiatuba (GO)



Autor: Costa, R. L. (2013).

Todavia, essas plantações são decorrentes da atuação das usinas GOIASA e Bom Sucesso no município de Goiatuba (GO), o que implicou em grandes transformações socioespaciais que são fruto da atuação entre uma empresa consolidada na região – GOIASA – e das atividades da usina Bom Sucesso – chegada no município em 2007 – as quais juntas, estão reconfigurando a cidade de Goiatuba (GO).

Diante de números expressivos como os apresentados anteriormente, uma pergunta é inevitável: será que a população é realmente beneficiada pela chegada do capital sucroenergético ao Estado de Goiás e a Goiatuba (GO)? Quais as razões explicativas para a busca de terras para plantio nessas regiões e o que há por trás do discurso de sustentabilidade expressado tão comumente entre os usineiros?

A resposta às indagações feitas foi o que norteou as reflexões nas seções 4 e 5, as quais foram elaboradas diante da necessidade de investigar a lógica e as contradições

¹⁶ O fato foi melhor discutido na seção 5 desta pesquisa com a discussão teórica pertinente.

inerentes à materialização do capital sucroenergético na região de Goiatuba (GO). Porém, concebendo os reflexos realizados no município pelo setor sucroenergético, não como uma questão local apenas, ao contrário, como parte de um todo que influi e sofre influência.

4 DICOTOMIAS DA INSERÇÃO DO CAPITAL SUCROENERGÉTICO

O sistema econômico capitalista estabelece novas formas de apropriação dos meios de produção e exploração/apropriação do trabalho. Assim, as reflexões sobre a expansão do modelo de produção capitalista e suas variadas formas de expansão, partem da proposição dialético-materialista que o capitalismo cria/recria condições de desigualdade, de diferenciação e apoia seu desenvolvimento, sua existência e reprodução nesse movimento. (MENDES, 2005, p. 28).

Analisar o espaço agrário contemporâneo é também verificar os reflexos da territorialização do capital no campo, o qual não é mais sinônimo de agricultura, e sim, lócus do agronegócio. Nesse contexto, as propriedades rurais estão cada vez mais sendo administradas como uma empresa rural, sendo compreendidas dentro dessa nova forma, o lucro é o seu principal objetivo.

Nesse sentido, busca-se tratar as dicotomias inerentes ao sistema capitalista de produção, em um viés pautado nas influências do capital sucroenergético no campo e seus reflexos na cidade, o qual acaba por criar contradições e desigualdades no espaço agrário, bem como, nas relações de trabalho.

Para atingir esse objetivo foi necessário além das leituras relacionadas a influência do capital no campo, análise sobre os atores envolvidos - produtores rurais, presidente do sindicato rural e trabalhadores vinculados ao setor - os quais permitiram uma melhor compreensão das dicotomias inerentes a atuação do setor sucroenergético e seus reflexos.

Com base nesses reflexos da inserção capitalista, o campo já não é visto como elemento de reserva de valor apenas, ao contrário, tem sido elemento fundamental de produção e reprodução do capital proveniente das grandes corporações que tem se instalado no campo e que, depois de implantadas, desencadeiam transformações e contradições.

Ao longo da história, a cana-de-açúcar provocou transformações no território nacional. Inicialmente foi cultivada no Estado de Pernambuco com o objetivo de colonizar o litoral, mediante os lucros alcançados com a produção do açúcar, passou a ocupar toda a faixa litorânea do Nordeste por meio das facilidades que a região propiciava.

Essa cultura não ficou isolada nesta faixa do território. Por meio da iniciativa dos denominados engenhos centrais, a cana migrou para a região Centro Sul do Brasil e, posteriormente, para a região Centro-Oeste do Brasil que passou a ser uma nova área para expansão dessa cultura por conta de programas governamentais como o PROÁLCOOL.

O programa representou a inserção do capital sucroenergético na região de Goiatuba (GO). Nesse sentido, a inserção do setor sucroenergético foi compreendida por meio de uma abordagem holística¹⁷, buscando os fenômenos e os sujeitos inerentes ao setor.

Particularmente, a inserção do setor em Goiatuba (GO) não ocorreu desassociada do contexto nacional, mas seguiu a relação entre o global e o local. De modo que a demanda energética criada pelo País, o baixo preço praticado pela saca de soja no ano de (2005) decorrente da super produção mundial da leguminosa e a ferrugem asiática que recaiu sobre as lavouras tiveram manifestações no município de Goiatuba (GO) com a chegada da usina Bom Sucesso. A qual foi atraída pelos produtores que buscavam um outro setor para diversificar sua produção.

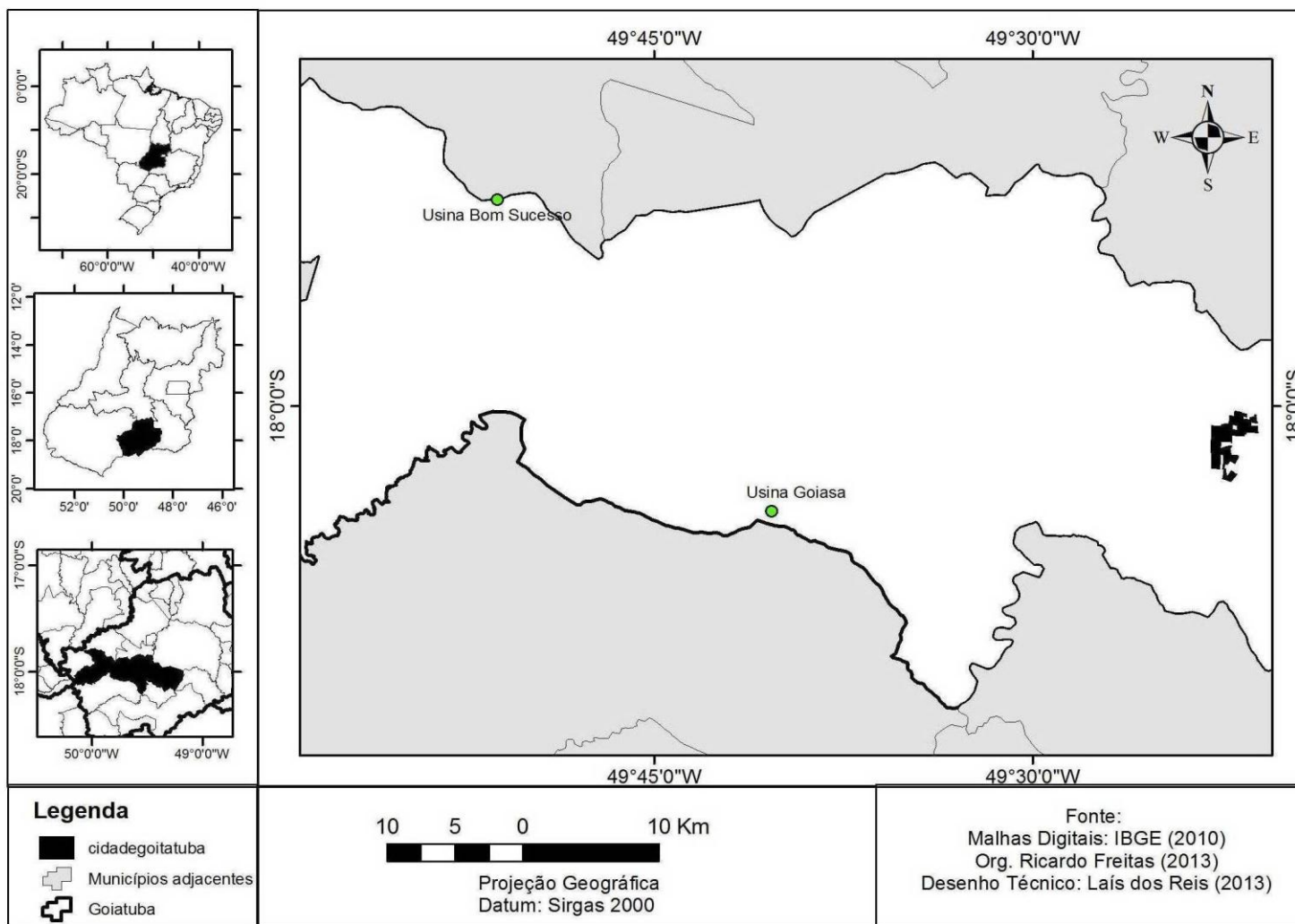
A expansão decorrente da crise vivida pelos produtores de soja despertou a necessidade de compreender os reflexos decorrentes do avanço do setor sucroenergético implementados pela ação das usinas GOIASA, sediada em Goiatuba (GO) a partir de 1991, e a Bom Sucesso Agroindústria, sediada em Goiatuba (GO) a partir 2007.

O baixo rendimento obtido com a soja permitiu a expansão da cana-de-açúcar como uma alternativa para o capital no campo. A produção e a acumulação de capital são as bases estruturantes do modo de produção capitalista. Esse, em seu curso, passa por transformações no modelo de produção, sendo geralmente, acompanhado por mudanças no âmbito econômico, político, cultural e social. Nesse contexto, Harvey (2005, p. 247) afirma que “[...] a acumulação interminável do capital, por exemplo, produz crises periódicas no âmbito da lógica territorial devido à necessidade de criar uma acumulação paralela de poder político/militar [...]”

Assim, o município de Goiatuba (GO), bem como diversos outros municípios brasileiros, passa por um processo de reordenamento territorial. Nesse conjunto, o capital sucroenergético tem sido o agente motivador das transformações do território, fato criador de contradições no meio rural, as quais são investigadas a seguir no respectivo município, implementadas pelas usinas GOIASA e Bom Sucesso localizadas (Mapa 1).

¹⁷ Metodologicamente a pesquisa buscou analisar o objeto de estudo de uma maneira holística, reconhecendo que o setor sucroenergético de Goiatuba (GO) é decorrente da ação de múltiplos sujeito.

Mapa 1 – Localização das usinas GOIASA e *Bom Sucesso* no município de Goiatuba (GO)



Org.: Costa, R. L. (2013).

4.1 Da agricultura tradicional à nova dinâmica de mercado

Ante a reflexão sobre o papel da agricultura ao longo da história, duas vertentes se inserem de forma antagônica: a primeira trata do papel da agricultura como fonte geradora de alimentos e a segunda, ratificada na contemporaneidade da prática agrícola, a coloca como fonte geradora de mercadoria, isto é, o capital passa a ser privilegiado em detrimento da produção de alimentos.

O produtor mercantil tem sua existência cindida por sua dupla condição de só poder satisfazer seus interesses quando se volta para o outro: não porém, num processo de colaboração direta e imediatamente social, mas no mercado. O que caracteriza a sociabilidade no mundo das mercadorias é exatamente a divisão contida em cada produtor – e em seus respectivos produtos – entre sua natureza particular e seu caráter social. (ABRAMOVAY, 2007, p. 43).

A agricultura, em sua gênese, foi marcada pela produção de alimentos destinados à subsistência ou como mecanismo para viabilizar a troca por outros produtos, também com a finalidade de suprir as necessidades inerentes à vida humana. Todavia, o principal objetivo dos produtores deixou de ser a produção de alimentos e passou a ser a geração da mercadoria, seja arroz, feijão, milho, sorgo, soja ou cana-de-açúcar.

Cronologicamente, as primeiras culturas supracitadas contextualizam atividades que, antes de serem atividades econômicas, eram culturas difundidas com o objetivo de suprir as necessidades alimentares da população brasileira. No passado, tais culturas também foram cultivadas na região Sul de Goiás, em maior escala de plantio.

Instigante se torna a reflexão sobre a atual tendência que recai sobre o campo brasileiro, a qual, não ao acaso, tem alcançado e influenciado as relações sociais e econômicas que ocorrem no setor agrícola brasileiro no presente momento. O campo já não é visto apenas como fonte de alimento, mas como fonte de renda. Fato este que tem alterado o perfil de trabalhadores, comerciantes e proprietários de terra.

Essas transformações não têm ocorrido apenas no Brasil, posto que fazem parte de uma tendência global de inserção do capital nas atividades agrárias, o qual, como exposto nas ideias de Abramovay (2007), impõe ao produtor a lógica de não produzir alimentos, e sim, gerar mercadorias destinadas à exportação “há ações capazes de ter efeito de abrangência mundial, no sentido de que, num dado momento, sua eficácia se faz sentir além dos níveis local, regional, ou nacional. É só neste sentido que se pode falar em eventos mundiais” (SANTOS, 1996, p. 153).

Os autores Abramovay (2007) e Santos (1996) convergem sobre as tendências que extrapolam os níveis local, regional, nacional e terminam por atingir o nível mundial. O capitalismo agrário é um exemplo disso, um dos períodos em que mais se buscou lucro no espaço agrário é o atual. É o caso da soja, que não compõe a dieta alimentar habitual, mas em virtude dos preços praticados subordina o produtor diante da rentabilidade de sua comercialização.

Há também casos de rentabilidade como as atividades desenvolvidas por empresas como a Monsanto, cuja filosofia de trabalho é utilizar o campo não para produzir grãos para atender as necessidades regionais, mas para atender o mercado global de leguminosas. Rentabilidade que tem feito também da cana-de-açúcar, cultura com maior ampliação da área plantada no Sul de Goiás e em Goiatuba (GO). Entretanto, esta substituição de culturas como o feijão, o milho e o arroz se coloca como um fato emblemático a substituição do plantio de alimentos necessários à sua dieta alimentar diária, pela inserção da cana-de-açúcar.

Interessante é a reflexão sobre os papéis assumidos inicialmente pela soja e posteriormente pela cana-de-açúcar. Ambas potencializam seu valor para o mercado à medida que são tratadas como mercadoria necessária ao mercado global. Um mercado cada vez mais ávido por fontes de energia “nesse aspecto, a principal pauta da visita do presidente dos Estados Unidos da América – Barack Obama, em Brasília (DF) foi sobre as fontes de energia, incluindo petróleo do Pré-sal e biocombustíveis renováveis.” (CUNHA, 2011, p. 17).

O País é um dos fortes importadores do etanol brasileiro, fato que ratifica a amplitude da comercialização do etanol brasileiro em escala mundial e, conseqüentemente, representa oportunidade de lucro para os produtores do setor sucroenergético que, não necessariamente, são ou serão de origem nacional, isto porque a *Petrobrás* tem demonstrado interesse em buscar parceiros internacionais para virem produzir etanol no Brasil.

A Petrobras anunciou que está interessada em formar parcerias com empresários para produzir etanol. Segundo a estatal, o Japão e outros países são os mais interessados em entrar nessa ‘sociedade’. A empresa garante que não pretende produzir açúcar e o etanol gerado, será somente para o mercado externo. O biodiesel será destinado para o uso da usina, a bioeletricidade para o governo e o crédito de carbono, quando houver, será comercializado normalmente. (REVISTA CANAL, 2008, p. 11).

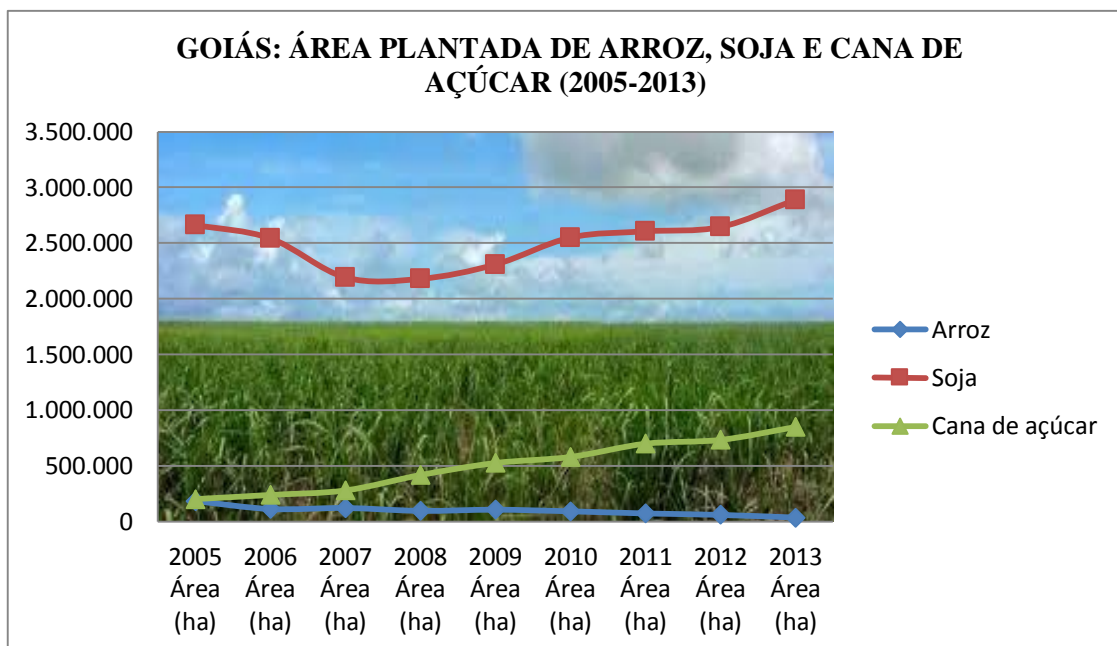
Entretanto, se por um lado a lucratividade se apresenta pela produção da mercadoria etanol, por outro, a produção busca atender o mercado consumidor de automóveis. Nesse sentido, a demanda por cana-de-açúcar aumenta, e o preço do produto passa a atrair

mais produtores para o seu plantio. A escolha sobre qual lavoura plantar se torna, assim, subordinada às condições de mercado, e não mais as necessidades alimentares da sociedade.

O capital assume papel de hospedeiro diante da busca diuturna pelo lucro, o que menos importa é a materialidade assumida, ou seja, qual lavoura foi plantada pelo produtor, e sim o preço gerado enquanto mercadoria a ser negociada. Corrobora as ideias de Abramovay (2007) cujo produtor, para que possa suprir suas necessidades alimentares, na maioria das situações ele às realizará por meio de sua compra nos supermercados.

O arroz é um exemplo. São raros os produtores que plantam para o seu consumo, em consequência, as plantações de arroz já não são encontradas com facilidade no Estado de Goiás e na zona rural de Goiatuba (GO) por conta do baixo preço obtido com sua venda. Porém, o contrário tem ocorrido com as plantações de cana-de-açúcar e de soja que são, inclusive, mais atrativas financeiramente e permitem atingir elevada produção e produtividade (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Goiás: área plantada de arroz, soja e cana-de-açúcar (2005-2013)



Fonte: CONAB – Evolução histórica do plantio de arroz, soja e cana-de-açúcar.

Org.: Costa, R. L. (2013).

Os números demonstrado no gráfico 5 são resultados de uma política que privilegia a produção de cana-de-açúcar e soja em detrimento da produção de arroz. Políticas que ditam não apenas os números do Gráfico 04, mas norteiam o crescimento das lavouras de cana-de-açúcar (Foto 5).

Foto 5 – Plantio de cana-de-açúcar no município de Goiatuba (GO). Área de 1900 hectares em 2013.



Autor: Costa, R. L. (2013).

A fazenda representa a expansão do latifúndio brasileiro. Grandes áreas que têm sido ocupadas pelo plantio de cana-de-açúcar. O que se apresenta são os reflexos de uma política de Estado que privilegia a ampliação da área plantada de cana-de-açúcar e soja em substituição de outras lavouras como o arroz.

No ano de 2005, o Estado de Goiás possuía uma área plantada de 198 mil hectares de arroz, no mesmo período a cana-de-açúcar atingia a marca de 200 mil hectares plantados. Em uma análise cronológica ou conjuntural, estes números estão permeados por uma série de incentivos concedidos aos usineiros para poderem introduzir ou ampliar sua área plantada, o que não ocorreu com o arroz.

A agricultura capitalista funciona como um setor atomizado em milhões de unidades produtivas, mas que funciona de certa forma como organismo planejado, sob o comando e o controle do Estado e das organizações profissionais e que cada vez mais com base em critérios públicos sobre o uso de seus recursos produtivos. O Estado previdenciário agrícola não consiste apenas na contemplação dos problemas sociais ligados ao desenvolvimento agrícola. Além da administração do êxodo rural, das políticas de ocupação do território e da formação profissional, o Estado acaba por responder pela própria renda do setor [...] (ABRAMOVAY, 2007, p. 220).

O que procura se discutir ao longo deste capítulo foram às dicotomias que estão implícitas no espaço agrário em que o produtor tem sua atividade pautada para atender ao mercado e não pela sua própria vontade. O produtor, invariavelmente, tem sua renda

influenciada pela ação do Estado no campo brasileiro que tornou o preço da cana-de-açúcar mais atrativa e que provocou um crescimento da área plantada de cana-de-açúcar na região de Goiatuba (GO) de 394% entre 2004 e 2013 (COSTA, 2013).

Posto que, em 2005, os números da área plantada de arroz e cana-de-açúcar eram respectivamente 182 mil e 200 mil hectares como analisado na conjuntura de plantio para o Estado de Goiás. A Companhia nacional de Abastecimento estima que em 2013 a área plantada de cana-de-açúcar foi de 847 mil hectares e o plantio de arroz se resumiu, segundo dados do próprio órgão, a 34 mil hectares.

O Estado, garantia do novo e do externo com subsídio ao econômico, assume, porém, o velho no tocante ao social. Afinal os mecanismos de mercado aparecem triunfantes trazendo o novo e conservando o velho, em função dos ditames da produção, impondo o externo ao interno nos setores onde isso lhes convém e arrastando o Estado para a órbita dos interesses privados. A internacionalização do externo, a renovação do antigo a serviço das forças de mercado não seria possível sem o apoio, ainda que deliberado, do Estado. (SANTOS, 1996, p. 108).

O diálogo entre os referenciais expostos por Santos (1996) e Abramovay (2007) é oportuno. Contextualizando ambos os referenciais com a questão canavieira quatro questões não poderiam deixar de serem exploradas, a saber: a renda do agricultor, o papel do Estado, o movimento entre o velho e novo, bem como sua relação entre o interno e o externo.

Sendo o Estado o principal responsável pela agricultura capitalista acaba por definir as áreas da agricultura que devem ou não receber os benefícios estatais. Diante da conjuntura exposta, o velho – aqui compreendido como a redução das áreas de plantio de gêneros alimentícios em Goiás e de seus sujeitos – tem dado espaço ao novo representado pela cana-de-açúcar.

Para Santos (1996), o velho – personificado pelos agricultores tradicionais – é mantido como forma de viabilizar o novo, sempre seguindo as regras da exploração capitalista. Não apenas no tocante ao econômico, o social, para o velho, também é sinônimo de mecanismo que viabiliza a exploração capitalista para potencializar os ganhos que se realizam pelas regras de mercado renda que está diretamente ligada as interferências do Estado na agricultura Abramovay (2007).

Nesse sentido, o setor canavieiro, contando com os incentivos do Estado, tem apresentado significativa renda para os agricultores que migraram para esta nova atividade em Goiás e, principalmente, na região de Goiatuba (GO). Cabe explicar, o espaço agrário goiano e goiatubense.

É justamente a renda auferida pelo produtor alcançada pelos incentivos concedidos que inviabiliza a produção de arroz e feijão – alimentos essenciais à dieta do brasileiro – tornando atrativo o plantio de cana-de-açúcar para aqueles que possuem o capital necessário. Mormente ao exposto, a cana-de-açúcar oferece maior retorno financeiro ao produtor rural se comparado ao arroz. Sendo assim, são as lavouras mais rentáveis que são inseridas no campo. Em um contexto marxista, o produtor se torna proletário de si mesmo.

Conforme o exposto, o produtor que não tem conseguido bons índices de produtividade se vê refém da situação em que “seu ingresso monetários resulta insuficiente para comprar os bens de consumo indispensáveis que não podem produzir ou, as vezes não consegue honrar os empréstimos feitos.” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 230).

Logo, é convergente a ideia de que hoje o produtor é refém da ação e dos incentivos concedidos pelo Estado. Os produtores de biodiesel representam bem essa questão. O setor, no início do governo Lula, teve grandes incentivos estatais para produção do combustível. Porém, com a descoberta do Pré-sal e com a demanda de etanol decorrente dos carros movidos a álcool e a gasolina, o setor passou por um longo período de estagnação e prejuízo, porque o governo brasileiro deixou de estimular a produção de biodiesel e não estabelecia nenhuma medida que estimulasse o aumento de seu consumo.

Recentemente, o cenário começou a mudar por conta da intervenção do Estado nesse ramo da economia. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) comprou, por meio de dois leilões, um total de 330 milhões de litros de biodiesel para que as distribuidoras possam realizar a mistura de 3% desse produto no diesel (REVISTA CANAL, 2011, p. 14). O reflexo dessa intervenção no setor foi a lucratividade dos produtores de biodiesel. A ausência da intervenção estatal, representa a redução da renda do produtor rural.

Ademais, as ações de intervenção do Estado acabam por privilegiar em maior escala a monocultura – caso da cana-de-açúcar. Em consequência disso, a região que no passado era uma grande produtora de alimentos, como arroz e feijão, tem sido o lócus para o cultivo de lavouras com maior preço de mercado – caso da soja e da cana-de-açúcar. Desse modo, busca-se debater na próxima subseção a lógica vigente em que o produtor não planta os alimentos necessários à alimentação diária, mas o que apresenta melhor preço de mercado.

4.2 Soberania alimentar: as leis de mercado em detrimento das necessidades humanas

Dentre as mais diversas necessidades humanas, sejam culturais, econômicas, sociais ou alimentares, a alimentação se coloca como elemento fundamental à vida humana. Além disso, o alimento é que garante a energia para o indivíduo desempenhar suas atividades. Então, sendo a necessidade de alimentação uma realidade, o homem passou a criar práticas agrícolas com o objetivo de suprir suas carências nutritivas. Contudo, uma considerável parte da população ainda apresenta problemas de carências nutritivas que não são evidentes. “Mais grave ainda que a fome aguda e total, devido às suas repercussões sociais e econômicas, é o fenômeno da fome crônica ou parcial, que corrói silenciosamente inúmeras populações do mundo” (CASTRO, 2008, p. 32). Com base no exposto, propõe-se refletir a acerca da lógica do capitalismo agrário que tem colocado em segundo plano a produção de alimentos.

Para as primeiras civilizações o alimento era produzido para a subsistência e não havia a necessidade de criar um excedente, ou seja, o que era produzido possibilitava a alimentação e, assim, a fome não se apresentava. Isto começa a mudar no século XX, com a ocorrência das duas grandes guerras mundiais, tornando a fome algo visível.

Quanto à fome, foram necessárias duas terríveis guerras mundiais e uma revolução social – revolução russa – nas quais pareceram dezessete milhões de criaturas, dos quais doze milhões de fome, para que a civilização ocidental acordasse do seu cômodo sonho e se percebesse de que a fome é uma realidade demasiado gritante e extensa, para ser tapada com os olhos do mundo. (CASTRO, 2008, p. 13).

Nesse período, como forma de eliminar a fome, começa um clamor mundial pelo aumento da produção alimentar no campo. Surge, então, entre os anos de 1950 e 1970, o termo segurança alimentar. Entretanto, buscou-se não apenas trabalhar com o conceito de segurança alimentar, mas partindo dele, pretendeu-se esboçar como o conceito de soberania alimentar é posto como algo mais pertinente as análises aqui realizadas.

Todavia, seguindo a ordem conceitual proposta, o marco da disseminação do termo segurança alimentar foi a Conferência Mundial de Alimentação, realizada em 1974, em que o termo “segurança alimentar” ficou definido como a garantia de adequado suprimento alimentar mundial (INOCÊNCIO, 2010, p. 127).

O termo “segurança alimentar” assumiu significado diferente da função para o qual foi desenvolvido, pois o termo que inicialmente foi criado como forma de otimizar a produção de alimentos no mundo e, desse modo, ser um importante mecanismo de combate à fome, passou a ser deslocado para outro significado. Diante da lógica mercantil, a monocultura introduzida com a Revolução Verde visou alimentar não quem produz e sim a mercantilização do produto (INOCÊNCIO, 2010).

Seguindo a lógica global, o Brasil priorizou a produção baseada na monocultura que significou a substituição de alimentos como o arroz e feijão em função de culturas de maior lucratividade como cana-de-açúcar e soja. O País, em virtude do modelo agrário adotado, ainda apresenta um quadro de fome pelas regiões brasileiras em contraponto com outras lavouras cultivadas.

Como reflexo desse sistema de ação estatal, outro desdobramento se coloca: a carência da população por alimentos, significando a ausência alimentar que se apresenta até aqueles que geralmente deveriam plantar o seu arroz, feijão e milho para consumo. Assim, estes se veem obrigados a aderirem a monoculturas como a cana-de-açúcar e tendo que comprar seus alimentos em supermercados. “O monocultivo está destruindo a segurança alimentar e a vida rural e, nesse sentido, é a ante-sala da fome” sentenciou Rulli (2002), (apud PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 222).

As reflexões realizadas anteriormente não se baseiam apenas em dados estatísticos de órgão de pesquisa, como os da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), ou em reflexões teóricas como as de Porto-Gonçalves (2012), em que o autor, diante do depoimento de Rulli (2002), enfatiza os problemas decorrentes da inserção das monoculturas.

É preciso que nesta zona, como em todas as outras em que se foi diferenciando a economia monocultora da cana na América, a fome de braços sempre imperiosa condicionou uma rápida concentração demográfica. São todas estas áreas de cultura da cana, zonas da fome, das mais acentuadas manchas de miséria orgânica de toda a América latina [...] (CASTRO, 2008, p. 245).

A constatação sobre os problemas e preocupações com a monocultura da cana-de-açúcar, enquanto risco a segurança alimentar, não é apenas científica. Empiricamente, os produtores entrevistados em 2013, pertencentes a região de Goiatuba (GO), demonstraram esta insatisfação diante do avanço da cana-de-açúcar em substituição as culturas como o arroz e o feijão presentes na região na década de 1970, 1980 e 1990.

Aos fatores externos cabe sempre um papel ativo sua presença, em determinada área, depende de necessidades a ela externas que têm de ser satisfeitas. Tais necessidades (externas) nem sempre coadunam com os interesses ou condições internas à área. Por isso, as forças internas frequentemente exercem papel de oposição ou de reação à difusão dos fatores externos. Ainda que tal oposição não seja explícita (SANTOS, 1996, p. 105).

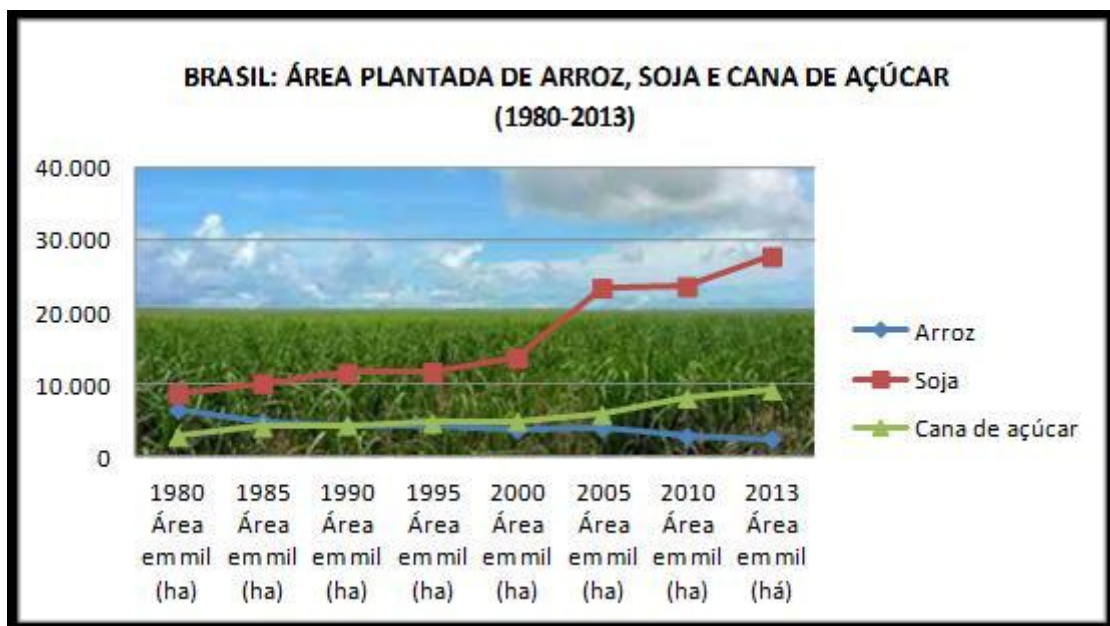
Dessa maneira, o autor ratifica a ideia de que a agricultura brasileira, goiana e goiatubense decorrem desse fenômeno apresentado por Santos (1996) em razão da ação do

externo e do interno, em que a cana-de-açúcar, ao ser introduzida, não busca gerar produtos necessários à alimentação humana, mas é plantada para servir de matéria-prima para a fabricação de etanol. Ou seja, não raro, os locais produtores de cana-de-açúcar representando o interno criam uma oferta de produtos que não são necessárias à eles, mas buscam suprir a necessidade de outros locais externos ao município de Goiatuba (GO). Basta observar o destino da produção das usinas de Goiatuba, grande parte do açúcar é exportado e o etanol é direcionado para os grandes centros urbanos como os do sudeste e de outras nações.

Produto este posteriormente vendido como mercadoria para abastecer os carros *flex fuel* desenvolvidos com tecnologia brasileira e que não são restritos apenas ao mercado nacional, sendo vendidos para outros países. Além da aquisição dos carros, é adquirido também o etanol produzido a partir da cana-de-açúcar, o que reforça o movimento entre o interno e o externo. Esta dinâmica acaba por impor semelhanças entre as escalas global, nacional, regional e local.

Esta lógica é vigente não apenas no setor sucroenergético, atingindo também outros setores da economia, como a produção de arroz. A qual teve redução em sua área plantada nos níveis nacional, estadual e local. O que demonstra risco à Segurança Alimentar ou a Soberania Alimentar? (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Brasil: área plantada de arroz, soja e cana-de-açúcar (1980-2013)



Fonte: CONAB – Evolução histórica do plantio de arroz, soja e cana-de-açúcar.

Org.: Costa, R. L. (2013).

A partir da observação da dinâmica das linhas dos gráficos 5 e 6 percebe-se que as semelhanças reforçam a relação entre o interno e o externo, ou seja as curvas de desempenho das lavouras de arroz, soja e cana-de-açúcar são semelhantes nos dois gráficos. Mas a indagação ainda permanece, a questão posta versa sobre a Segurança Alimentar, ou sobre a Soberania Alimentar?

[...] O conceito de Soberania Alimentar é diferente do conceito de Segurança Alimentar. A ideia de segurança alimentar, grosso modo, implica basicamente abastecimento adequado por um lado, e acesso por outro, de todas as classes sociais aos níveis de consumo. Já o conceito de Soberania Alimentar vai muito além, ou melhor, vai em direção diferente e mais racional. Implica em independência total dos países, ou regiões, para produzirem ali mesmo o que a população local precisa [...]. (WHITAKER, 2008, p. 324).

Diante das contribuições de Whitaker (2008) e por meio da análise dos dados apresentados no gráfico 6, infere-se a diminuição do plantio de arroz e o crescimento no plantio de áreas com cana-de-açúcar e soja. A tendência foi a mesma em Goiatuba (GO), no estado de Goiás e a nível de Brasil. Assim, ainda que de origem não local, o arroz e o feijão continuam presentes na mesa dessas localidades. O fato esboça o conceito de Soberania Alimentar como sendo o mais apropriado para análise aqui proposta.

Reforça-se, assim, o movimento que se estabelece entre o global e o local exposto por Porto-Gonçalves (2012) e o interno e o externo discutido por Santos (2012). Esta lógica geralmente ocorre da escala global para a local sempre em busca do lucro e raramente para solucionar as necessidades alimentares dos sujeitos que viabilizaram a produção.

Todas as carências alimentares têm sido encontradas nas diferentes áreas da América Latina. Carências proteicas, carências minerais, carências vitamínicas. Cerca de 120 milhões de latino-americanos sofrem de uma ou mais destas carências alimentares que os inferiorizam e os predis põem a outras muitas doenças intercorrentes. (CASTRO, 2008, p. 33).

Estas deficiências alimentares também se fazem presentes no Brasil, porém não são postas em evidência, conforme atesta Castro (2008). Embora as carências do início do século XXI sejam diferentes às do século XX, elas existem e ainda no século XX forma utilizadas para legitimar a Revolução Verde.

Mas a hegemonia da cultura ocidental trouxe um duplo paradoxo. Ao mesmo tempo em que se enunciavam teoricamente os direitos fundamentais da pessoa humana, criava-se uma mercadoria tão complexa, que trazia em seu bojo a justificativa para fome e a miséria a partir das necessidades da acumulação do capital. Dai não se colocar o direito à alimentação como fundamental. E na continuação do paradoxo (duplo), temos hoje fome, em

meio à maior abundância na produção, a partir dos grandes cultivos. (WHITAKER, 2008, p. 326).

Mormente ao exposto, o atual padrão de produção, ao privilegiar a obtenção do lucro proveniente das culturas de mercado como soja e cana-de-açúcar, mostra-se indiferente às respectivas carências. Sendo assim, este movimento de substituição do alimento pela mercadoria configura um fenômeno que não ocorre localmente apenas, mas em escalas nacional e global.

Resta saber se os grandes cultivos podem ser abolidos, face ao poder econômico que os mantêm e à dependência por eles criada. Considero possível mantê-los sob controle onde e quando forem necessários para o abastecimento de atividades cruciais ainda não modificadas. Mas, a produção para o mercado abstrato Globalizado – que implica uso intensivo de combustíveis fósseis para plantios e transporte de alimentos que poderiam ser produzidos localmente ou que representam apenas sofisticação do consumo para a minorias – não resistirá ao avanço das lutas para salvar o pla. (WHITAKER, 2008, p. 338).

A preocupação em relação a redução, e/ou preponderantemente, ausência do plantio de alimentos como o arroz e o feijão foi observada com os produtores rurais durante as visitas exploratórias realizadas na zona rural de Goiatuba (GO), ainda em 2012. Fato ratificado durante a pesquisa de campo realizada em 2013, com anuência do Comitê de Ética em Pesquisa.

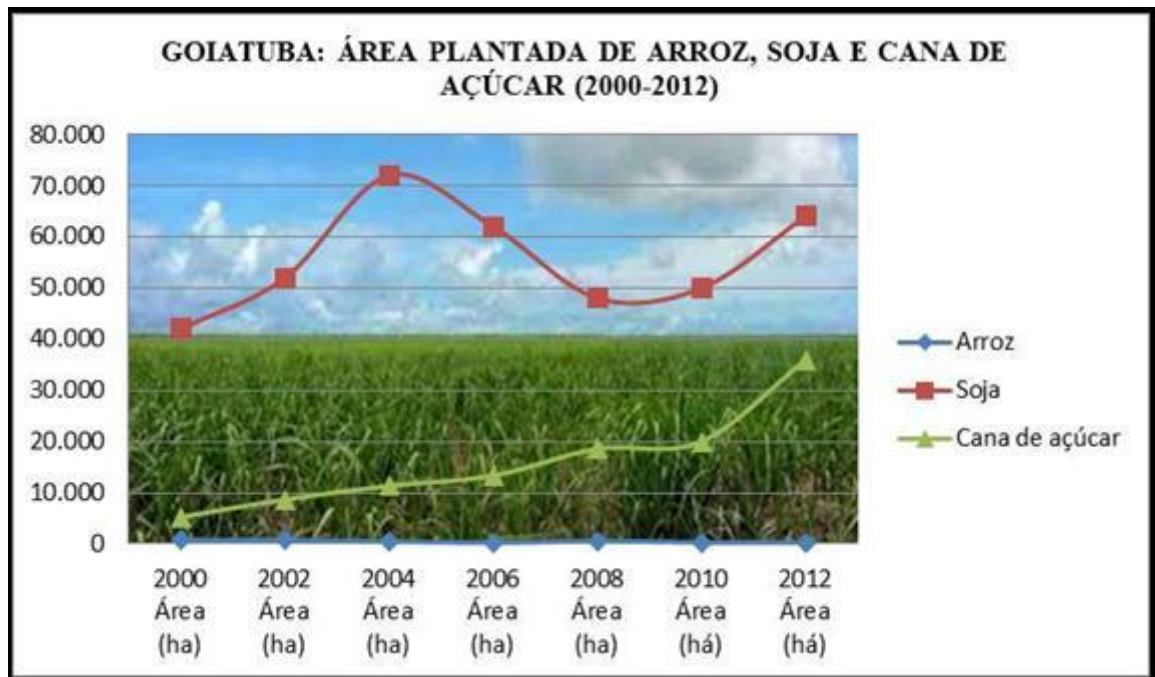
Durante as conversas com produtores tradicionais da região, foram constantes os relatos de que no passado, o arroz e o feijão eram lavouras frequentemente encontradas nas fazendas de Goiatuba (GO) até a década de 1990 – o fato explicitado reforça a Soberania Alimentar como questão posta – o que ratifica a incapacidade do município, dado a força territorializadora de lavouras como a cana de açúcar e a soja, face a necessidade de produzir localmente os alimentos necessários a população local. Mormente ao exposto, o relato de um antigo produtor de arroz que vive na cidade mereceu ser transcrito.

O município de Goiatuba era um dos maiores produtores de arroz da nossa região. Plantávamos o arroz para podermos comer e o que era produzido durava o ano todo. Nós não tínhamos que ir no mercado para compra arroz para podermos comer como é hoje. Antigamente tinha a colheita do arroz, nós ensacávamos a produção e a medida que necessitávamos para comer, o arroz era colocado no pilão para poder tirar a casca. Hoje onde eu morava virou só cana, decerto esse povo pensa que vai viver de come cana. (Informação verbal, Sr. João Lopes Sobrinho, junho de 2013).

A realidade demonstrada nas palavras de senhor João Lopes (informação verbal, 2013) – avô do pesquisador – estabelece paralelo entre empiria e teoria coesionadas em

Whitaker (2008), bem como em Castro (2008). Os autores fazem algumas reflexões sobre a Soberania Alimentar, em ambos os posicionamentos foram demonstrados os problemas decorrentes do avanço da monocultura no campo. Nesse sentido, empiria e teoria são articuladas diante do cenário de expansão da cana-de-açúcar e o lucro é posto em detrimento da produção alimentar (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Goiatuba: área plantada de arroz, soja e cana-de-açúcar (2000-2012)



Fonte: IMB – Evolução histórica do plantio de arroz, soja e cana-de-açúcar.

Org.: Costa, R. L. (2013).

Nessa lógica vigente da monocultura no campo brasileiro o mercado tem sido o agente norteador do que se deve produzir. Os números demonstrados no Gráfico 7 demonstram esta lógica materializada no município de Goiatuba (GO). Estes evidenciam a Soberania Alimentar como uma questão posta no município estudado. A qual, embora não reconhecida como um questão a ser resolvida pelo Estado, tem se materializado pelo aumento das lavouras destinadas ao mercado externo e pela ausência local de lavouras como arroz, presença essencial na mesa do trabalhador.

Não obstante, A relação entre o produtor e o produto muda de qualidade e, além disso, a quantidade torna-se a qualidade mais desejada Porto-Gonçalves (2012). Ou seja, não bastasse a substituição de lavouras como o arroz pela soja ou cana de açúcar, a lógica quantitativa também se reproduz como aumento da área plantada dessas respectivas lavouras.

Com relação ao exposto, a lógica quantitativa no campo brasileiro tem sido uma constante. Nesta busca, o uso das mais sofisticadas técnicas e equipamentos agrícolas é um importante mecanismo do aumento de produtividade, inclusive no setor canavieiro. Porém, este aparato decorrente da modernização da agricultura não é acessível a todos os agricultores. O maquinário e as técnicas empregadas na pequena e na grande propriedade passam, assim, a apresentar grandes diferenças.

Cabe salientar que a pequena propriedade nesta pesquisa foi delimitada em até 80 hectares, a qual possui maquinário da década de 1990 e com baixo rendimento. As propriedades com áreas superiores à 200 hectares foram consideradas grandes e, em geral, com maquinários novos adquiridos por meio de financiamento facilitado.

No tocante à sua vivência, os produtores sinalizam que os principais problemas decorrentes do avanço de monoculturas é a precariedade em que se encontra pequena propriedade. As principais dificuldades são a submissão do trabalhador às regras de mercado e a ausência de capital ao migrar para outra cultura mais rentável. Diante dos dados fornecidos pelo técnico agrícola da Associação dos Fornecedores de Cana da Usina Bom Sucesso (AFC), a cana-de-açúcar está proporcionando uma lucratividade muito maior que qualquer outra lavoura cultivada no campo.

Olha, hoje a cana é a cultura que mais tem apresentado lucratividade para o produtor rural na nossa região. Nem a soja chega perto do lucro da cana. Se você for comparar a lucratividade das duas culturas, o que a soja gera de lucro bruto, a cana-de-açúcar atinge este valor em lucro líquido e mais vinte por cento. O grande problema da soja são os custos dos insumos agrícolas que encarecem a produção e o clima. Você planta e tem que rezar para chover e fazer a estiagem na hora certa. Já a cana é mais resistente a estes problemas. (Informação verbal, Sr. Antônio José da Silva, maio de 2013).

Sendo a cana-de-açúcar mais rentável para a região de Goiatuba (GO), outra lavoura não seria a preterida pelos produtores da região. Desse modo, o que norteia a escolha pelo plantio da cana-de-açúcar é a força do capital e não a vontade do produtor. Logo, o interesse não se dá de forma direta, ou seja, pela vocação do produtor por determinado cultivo. Ao contrário disso, a opção ocorre pela alta lucratividade decorrente do plantio da cana-de-açúcar, ação realizada em grande parte pelos latifundiários da região.

Desse modo o sistema de controle metabólico do capital¹⁸ em sua determinação mais profunda, que é a sua orientação para a expansão

¹⁸ O controle metabólico do capital é o resultado da divisão do trabalho que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital. Segundo Mészáros (2002), o resultado do processo histórico em que prevalece a divisão social hierárquica que subsume o trabalho ao capital (ANTUNES, 2002). Isto é, este sistema de controle é

incessante da acumulação, não reconhece nenhuma estrutura de comando capaz de se pôr acima dele, como demonstrou ser os esforços fracassados do Welfare Estate, no período do pós-guerra. Ao contrário, o capital se consolidada à medida em que avança na história como uma estrutura de comando e controle, ao qual todos são submetidos. (SANTOS, 2010, p. 85).

A submissão do campo ao capitalismo agrário é um fato do qual nem o grande produtor rural está livre, um vez que deixa de plantar um certa cultura para aderir a lavoura que apresenta maior lucratividade. O produtor rural, independentemente de ser mais ou menos flexível à ideia de mudar sua cultura habitual de plantio, em razão dos baixos preços praticados, deve escolher entre migrar para outra cultura ou correr o risco de ter prejuízos com sua lavoura. Neste caso, tem sido comum a migração de produtores para o cultivo da cana-de-açúcar – tendência no município de Goiatuba (GO). Em que diversos produtores de soja tem migrado para as lavouras de cana-de-açúcar em busca de melhores rendimentos.

Salienta-se ainda que a maioria dos produtores iniciam o plantio da cana-de-açúcar como lavoura complementar e posteriormente privilegiam-na com a maior parte de suas terras em virtude da renda auferida. Na maioria das conversas realizadas com os produtores do município, a tendência exposta permeou as ações da maioria dos produtores de cana-de-açúcar de Goiatuba (GO).

Foto 6 - Plantio de cana-de-açúcar: primeira colheita de antigos produtores de soja (2013).



Autor: Costa, R. L. (2013).

metabólico porque é inexoravelmente absorvente, que “sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira que sobrepõe a tudo seus próprios interesses”. (MÉSZAROS, 2002, p. 96).

Os produtores demonstrados acima são um exemplo da migração de produtores de soja para a cana-de-açúcar em Goiatuba (GO). Em um trabalho de campo realizado em junho (2013) foi possível visualizar uma cena instigante: dois produtores de cana-de-açúcar observando a colheita. Ante esta circunstância, parar o carro à beira da estrada e conversar com aqueles dois indivíduos foi algo enriquecedor para pesquisa.

Lá estavam dois produtores, o senhor José e o senhor Antônio (nomes fictícios), fazendo a análise da qualidade da cana-de-açúcar e a fiscalização da colheita. A resposta à pergunta sobre há quanto tempo eram produtores de cana-de-açúcar e o porquê da escolha pela cultura ocorreu naturalmente:

É a nossa primeira colheita de cana, antes nós éramos plantadores de soja e por causa do preço resolvemos plantar cana. Olha a cana no nosso município está chegando para ficar. Estamos tentando este ano para ver como é. Nós escolhemos a cana pela questão financeira, somos fornecedores da usina GOIASA. Como ainda não temos o maquinário para a colheita, a usina vem e colhe. Escolhemos a usina por conta da proximidade da fazenda com a GOIASA, ai fica mais barato para pagarmos a colheita e o transporte. (Informação verbal, Sr. José, maio de 2013).

A migração de produtores de soja para as lavouras de cana-de-açúcar tem sido uma lógica no município de Goiatuba (GO), onde os produtores, por conta do melhor preço atingido com a venda da cana-de-açúcar, têm deixado de plantar a soja para inserir a respectiva lavoura nas suas propriedades. Como forma de exclusão, se a renda é superior com o plantio das lavouras de cana-de-açúcar, expressivo também é o capital necessário para que o agricultor possa migrar para a respectiva lavoura. Isto é, embora lucrativo, mesmo que o pequeno produtor queira plantar e colher a cana-de-açúcar, os altos custos para a implantação da lavoura, provavelmente representa um obstáculo posto diante de uma possível melhora em sua renda.

Segundo Berthelot (2012 apud SOUZA, 2012, p.154) “O aumento da produção dos agrocombustíveis exercem influência no preço e na produção de alimentos, porque reincidi sobre sua demanda e oferta”. Nesse sentido, a quantidade de cereais e oleoginosas necessárias para o consumo humano e animal podem ser afetadas. Isto sem mensurar o aumento da população bem como o crescimento do poder de compra em países emergentes que contribuem para o aumento do consumo de alimentos.

A realidade da pequena e média propriedade no município de Goiatuba (GO) difere da empresa rural. O senhor José (informação verbal, 2013), frente à ausência dos

maquinários necessários ao plantio e a colheita da cana-de-açúcar, precisou pagar o CCT. Como a usina GOIASA era a mais próxima, o produtor não teve alternativa senão vender sua produção para a respectiva Usina (Foto 7).

Foto 7 – Colheita de fornecedor da usina GOIASA no município de Goiatuba (GO)



Autor: Costa, R. L. (2013).

* Nessa propriedade, o produtor desprovido de maquinário, pagou o Corte, Carregamento e transbordo (CCT) para usina.

No que tange a isto, o pequeno produtor quando consegue migrar para a cultura canavieira – o que não é comum em Goiatuba (GO) – fica refém dos preços cobrados pelas usinas GOIASA e Bom Sucesso para realizar a colheita. Fato este que resulta na redução da renda do agricultor.

São várias as obrigações que o fornecedor tem que cumprir, elas vão depender de como o produtor fechou o contrato. Em geral, é obrigação do produtor entregar sua produção na esteira da usina. Nesse caso, ele vai ter que arcar com o corte, carregamento e transbordo (CCT) ou pagar para as usinas do município. (Informação verbal, Sr. Ramon, junho de 2013).

Salienta-se que na região de Goiatuba (GO) os fornecedores pagam para as usinas realizarem o CCT. Isto, como já mencionado, acaba por influenciar diretamente na renda do produtor, o qual, em face ao alto custo do maquinário, fica inviabilizado de comprar a colhedora, os tratores e os bitrens necessários para o CCT. Além do exposto, como o CCT corresponde a uma considerável fatia dos custos nas lavouras de cana de açúcar, é comum as

usinas ao negociarem o preço do Açúcar Total Recuperado (ATR), utilizarem o CCT para fecharem a negociação. Ou seja, mesmo que o ATR¹⁹ pago pela usina seja relativamente baixo, pode ser compensativo para o produtor fechar a negociação com a condicionante da usina arcar com os custos do CCT.

É com base nos fatores elencados anteriormente que se ratifica a argumentação de que no município de Goiatuba (GO) não é comum a migração dos pequenos agricultores para a cultura canavieira. Por outro lado, esta migração é feita preponderantemente por médios e grandes produtores que detêm o capital necessário para fazê-lo.

A esse respeito, não importa qual atividade ou cultura deve ser inserida no território²⁰, o que influi realmente são os lucros que estas atividades podem alcançar para os agentes capitalistas. Contata-se que estes – em relação ao setor canavieiro – não são de origem local, mas decorrentes de grandes corporações vindas de outros Estados e países.

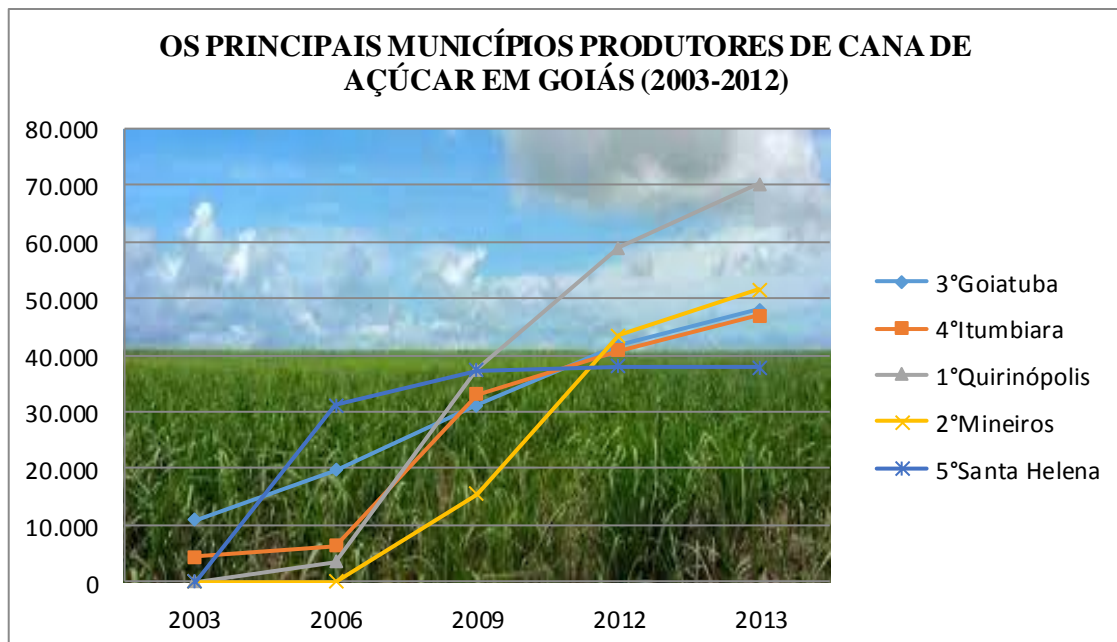
Com relação ao recorte espacial desta pesquisa, ambas as usinas, GOIASA e Bom Sucesso, são empresas decorrentes de capital não local. A empresa GOIASA tem seu capital investidor de origem paulista e a empresa Bom Sucesso pertenceu, inicialmente, ao grupo Farias, de origem alagoana. A usina Bom Sucesso há três anos foi vendida para um grupo de investidores chamado Vital Renewable Energy Company (VREC), por meio de incentivos e ações do Estado, migram para a região para perpetuar seus lucros.

Ao Estado cabe criar fixos, precipuamente a serviço da produção ou do homem. Mas os fixos atraem e criam o fluxo. Desse modo, o subsetor governamental orienta os fluxos econômicos e humanos e determina a sua viabilidade e direção. Os fluxos também criam fixos na órbita do subsistema de mercado, sobretudo quando os fixos de origem pública são insuficientes para atender à demanda. (SANTOS, 2012, p. 102).

Na dimensão das ações provenientes do setor público, o Estado cria, por meio de seus programas de isenção fiscal, fluxos de capital não local que desencadeiam mudanças em toda a dinâmica produtiva dos locais onde estes empreendimentos são criados. As usinas Bom Sucesso e GOIASA são exemplos deste fixo exposto anteriormente e que contribuem para os seguintes números (Gráfico 8).

¹⁹ O Açúcar Total Recuperado (ATR) é a capacidade que a cana-de-açúcar possui de gerar açúcar. Os produtores geralmente recebem pela quantidade extraída de açúcar por cada tonelada. O preço do ATR possui oscilações no decorrer do ano, na safra o preço do ATR é menor, já no período da entre safra os preços são mais atrativos.

²⁰ A categoria Território assim como a categoria Região foram importantes instrumentos de análise ao longo desta pesquisa. Sendo importante para elucidação das questões empíricas decorrentes do campo. O conceito de Território, aqui utilizado, buscou respaldo nas contribuições de David Harver, Rogério Haesbaert, Claude Raffestin.

Gráfico 8 – Os principais municípios produtores de cana-de-açúcar em Goiás (2003-2012)

Fonte: CANASAT – Área de cana-de-açúcar em Goiás por municípios.

Org.: Costa, R. L. (2013).

A partir de seu potencial transformador, o fixo, ou seja, as usinas, tem causado transformações no município de Goiatuba (GO), mudando completamente o perfil produtivo da região por meio do plantio de cana-de-açúcar. Estas transformações, originadas da atuação das Usinas, já elevam a cidade ao posto de terceiro maior município em área plantada, com 41.726 mil hectares, perdendo apenas para Mineiros (GO), com 43.423 mil hectares, e para Quirinópolis (GO), com 58.907 mil hectares plantados.

Notadamente, os números expostos não se deram ao acaso, pelo contrário, são decorrentes da parceria entre Estado e usineiros. Assim, as usinas expandem para o estado influenciados em grande parte pelo ambiente propício – entendam-se os aspectos pedológicos, climáticos e fiscais – e passam a subordinar produtores em razão da renda.

Ao chegarem, as usinas passam a ditar as regras de mercado em meio a governos neoliberais, os quais, não raro, colocam-se como principais viabilizadores da renda das grandes corporações. Em certos casos, a intervenção governamental favorece alguns e prejudica outros, diretamente ou por suas consequências (SANTOS, 2012, p. 102). Estas consequências apresentam os mais diversos desdobramentos, seja pelo valor da renda do produtor, que se realiza apenas no mercado, pela questão da segurança alimentar, em que o produtor compra o que necessita para subsistência, pois sua produção é voltada para o setor canavieiro ou, ainda, por conta dos fluxos sociais e econômicos que acabam por ordenar o território.

Diante disso, ressalta-se as dicotomias decorrentes da inserção do capital canavieiro para os agricultores, de grande porte ou não, que acabam sendo subordinados à ação do capital. Tal sujeição produtiva se dá por meio das imposições de mercado e pela ação do Estado que impacta nos seus ganhos.

Portanto, o empírico que motivou esta pesquisa – a inserção do setor canavieiro em Goiatuba (GO) – se coloca enquanto produto da ação conjunta entre o setor público e o privado, em que a configuração territorial²¹ se insere como consequência dessas ações conjuntas. Nesse sentido, nas próximas subseções busca-se investigar como o território é zoneado conforme suas potencialidades produtivas – caso do zoneamento agroecológico – bem como a modernização da agricultura enquanto principal agente viabilizador dos altos índices alcançados pelo setor canavieiro.

4.3 Zoneamento agroecológico: avanço ou retrocesso?

Diversas são as razões que fazem uma cultura se ampliar pelo território nacional. As condições vão desde os fatores sociais, em que o produtor apresenta maior ou menor propensão para determinado cultivo, até questões como as características do solo e do clima, as quais determinam se a região é favorável ou não para o cultivo de determinada cultura.

O foco da discussão que se segue refere-se a conduta do Estado enquanto elemento norteador das ações realizadas no território, bem como a expropriação dos recursos naturais em privilégio das atividades capitalistas no campo. Ação que, não raro, ocorre de forma velada sob o discurso de sustentabilidade tão frequente nas estratégias de territorialização do setor sucroenergético.

Soma-se a isso o fato da política pública também influenciar diretamente no ordenamento produtivo de uma região, não se importando com o interesse do produtor por determinada lavoura ou forma de cultivo. É nesse sentido que o Zoneamento Agroecológico se coloca como principal intervenção do Estado no setor canavieiro, nos últimos tempos.

O Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar foi lançado pelo Governo Federal em setembro de 2009. O mapeamento foi decorrente de um estudo realizado no território nacional com a finalidade de identificar possíveis áreas para o cultivo da cana-de-

²¹ A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que os anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real somente lhe é dada pelo fato das relações sociais. Esta é uma outra forma de apreender o objeto da Geografia (SANTOS, 2012, p. 68).

açúcar e, segundo o mapeamento feito, servir de agente norteador para as políticas públicas voltadas ao setor sucroenergético.

O Estado, por meio do BNDES, condiciona seus benefícios financeiros à localização dos projetos de implantação de usinas do setor. Caso a expansão ocorra nas áreas consideradas aptas pelo Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar, o projeto recebe benefícios fiscais e empréstimo a juros atrativos. Por outra via, se o projeto está em áreas consideradas inaptas, o empreendimento é sobretaxado pelo Governo Federal e os empréstimos são negados ou dificultados.

Em tese, segundo o governo federal, o Zoneamento Agroecológico visa proteger as áreas que apresentem as seguintes características: áreas dos Biomas Amazonas e Pantanal; áreas com cobertura vegetal ainda nativa; áreas de proteção ambiental; a Bacia do Alto Paraguai e locais que apresentem declividade superior a 12%.

Frente às áreas restritas ao plantio da cana-de-açúcar, o Zoneamento passou a apresentar um limite de expansão para o setor sucroenergético no País. Em contrapartida, o Zoneamento representado na Figura 1, passou a significar elemento decisório que coloca a região Centro-Oeste como importante área de crescimento do setor.

Fatores como risco climático, vulnerabilidade das terras, potencial de produção sustentável e o respeito à legislação ambiental fizeram parte dos pilares norteadores da elaboração do Zoneamento Agroecológico, que hoje é tido como a principal ferramenta do Governo Federal para criar diretrizes para o setor sucroenergético.

“O decreto N 6.961, de 17 de setembro de 2009 aprova o Zoneamento e determina ao Conselho Monetário Nacional a realização de normatização para a concessão de crédito agrícola e industrial para a expansão nos termos do Zoneamento.” (SILVA, 2011, p. 105). Vê-se que, por meio de medidas como a exposta, o Estado condiciona a expansão do setor sucroenergético para as áreas de seu interesse. Segundo Vieira (2007) o País possui 90 milhões de hectares que podem ser incorporadas ao processo produtivo de maneira sustentável²².

Na prática, as agências de fomento do Estado, como o BNDES, têm a função de direcionar os projetos de implantação de usinas no País. Tendo em vista que os projetos são caros e dificilmente são realizados sem os financiamentos dos bancos estatais, como ocorre em regiões do Pantanal, da Amazônia e em áreas de preservação ambiental protegidas, a região Centro-Oeste é tida como a nova fronteira de expansão da cana-de-açúcar.

²² O discurso de sustentabilidade demonstrado por Vieira (2007) tem sido um dos principais aliados do setor sucroenergético na aquisição de novas áreas. Porém, o discurso em pauta reforça a força do capital no campo.

Figura 1 – Áreas consideradas propícias às plantações de cana-de-açúcar segundo o Zoneamento Agroecológico



Fonte: EMBRAPA SOLOS, (2009).

Nessa perspectiva, as áreas de agricultura ou pecuária antropizadas permitiriam o aumento do cultivo da cana-de-açúcar em 30,28 milhões de hectares (EMBRAPA SOLOS, 2009). “A possibilidade de incremento de novas áreas decorrentes do Zoneamento Agroecológico representa o crescimento de 3,8 vezes a área ocupada no País com esta gramínea que sustenta o setor sucroenergético” (SILVA, 2011, p. 106).

A expansão da cana-de-açúcar é, em parte, direcionada pelas ações do Estado em consonância com os interesses da iniciativa privada. Os empecilhos fundamentados em questões locacionais, logísticas e profissionais que os agentes privados possam apresentar

logo são equacionados pelos subsídios fornecidos pelo Estado, que viabiliza a inserção do capital.

O Estado e os grupos econômicos materializam a eficiência econômica e o ordenamento territorial por meio de formações discursivas que materializam uma visibilidade econômica e espacial em uma escala ampliada, criando uma idéia de eficiência, eficácia e sucesso. (SOUZA, 2011, p.161).

O Zoneamento Agroecológico é decorrente desta consonância existente entre a iniciativa privada e o poder público, que tem ampliado e consolidado a cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. Implícito em toda a discussão feita, o Cerrado é o bioma mais ameaçado pelo Zoneamento por ter sido considerado a área de expansão para o setor sucroenergético. Em face disso, pertinente é a observação de que o espaço é produzido também por meio do discurso de sustentabilidade que legitima o Zoneamento Agroecológico e a consolidação do território sucroenergético nas áreas de Cerrado.

Dentre os Estados atingidos pelo Zoneamento, Goiás, Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso estão entre as prioridades para a consolidação das lavouras de cana-de-açúcar. Destes, Goiás é o Estado que mais oferece benefícios fiscais ao setor. A foto 8 exibe o estímulo do produzir concedido a usina Bom Sucesso.

Foto 8 – Portaria da usina Bom Sucesso: placas expondo os programas de incentivos fiscais concedidos à empresa – 2013.



Autor: Costa, R. L. (2013).

Uma evidência dos programas de incentivo é o Produzir²³. A empresa foi atraída para o Estado por meio deste programas de fomento. O fato ratifica a razão pela qual o Estado de Goiás é o responsável por atrair mais investimentos do setor sucroenergético após o Zoneamento Agroecológico. Esses mecanismos de controle e dominação do espaço se tornam ainda mais fortes em uma sociedade baseada no sistema capitalista, de maneira que a ação antrópica, assim como a do capital, ocorre indiscriminadamente no território. Nesse contexto, o Cerrado acaba sofrendo alterações.

Contudo, o Zoneamento Agroecológico tem sido utilizado como um importante mecanismo de apropriação e controle do território que é realizado em consonância entre as esferas públicas e privadas sob o discurso de sustentabilidade como uma importante arma para o controle territorial. Controle este sempre pautado pelas necessidades do capital em gerar lucro aos agentes capitalistas, em geral, grandes grupos empresariais que têm se utilizado da modernização da agricultura – assunto a ser tratado na próxima subseção – importante ferramenta viabilizadora do domínio do território.

4.4 A modernização da agricultura enquanto elemento viabilizador ao desenvolvimento do setor sucroenergético

Ao longo do processo histórico canavieiro no Brasil – não importando em qual período histórico – a produção de cana-de-açúcar sempre esteve baseada na posse de grandes áreas para cultivo, bem como na precarização da mão de obra produtiva. Nos últimos tempos, a grande usina veio substituir gradativamente o antigo engenho, contribuindo, assim, para modificar tanto a paisagem como as relações sociais (SCARLATO, 1996, p. 340).

Para tanto, a mecanização da agricultura iniciada com os engenhos centrais e sua posterior consolidação nas usinas de cana-de-açúcar é o que, no presente, possibilita o cultivo das grandes áreas de cana-de-açúcar e o domínio de boa parte do território nacional pelo setor sucroenergético

A colonização brasileira foi essencialmente baseada nos latifúndios decorrentes das capitanias hereditárias, assim tornaram-se inevitáveis as influências do latifúndio até o

²³ Produzir sepultou o Fomentar, antigo programa de fomento do Estado criado em 1984, os incentivos tornaram-se mais abrangentes e algumas áreas priorizadas, até com aumento das isenções. O que possibilitou uma ampliação do programa foi a consolidação da Agência de Fomento de Goiás. As micro e pequenas empresas, inclusas no Regime Simplificado de Recolhimento dos Tributos Federais (SIMPLES). Em linhas gerais, o Produzir se presta a amparar projetos de implantação de novos empreendimentos; expansão e diversificação da capacidade produtiva; modernização tecnológica; gestão ambiental; aumento de competitividade; revitalização de unidade industrial paralisada; realocização de unidades industriais, motivada por fatores de infraestrutura e ambiental.

atual momento histórico. Nesse contexto, se grandes eram as áreas para cultivo, maiores eram os desafios para gerar produção nessas localidades. É diante desta problemática que a ação estatal começa a surgir no campo brasileiro, mediante os subsídios necessários à modernização da agricultura.

“O que se pode ver no campo brasileiro é uma “modernização conservadora” que privilegia algumas culturas e regiões assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades)”. (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 40, grifo do autor).

Sob esta perspectiva, Graziano da Silva (1981, p. 73) aponta que “[...] a modernização da agricultura é dolorosa, isto é, a modernização dolorosa é um fenômeno que representa o engolimento da pequena propriedade diante dos latifúndios [...]”. Dentre outros fatores, o fim da pequena propriedade ocorre motivado pela especulação imobiliária. Não menos importante, é a constatação de que as terras também são compradas para servirem como mecanismo para o latifundiário empregar o seu dinheiro de uma forma segura e rentável.

Diante dessa perspectiva, o processo de cultivo da cana-de-açúcar vem passando por um profundo processo de alteração em sua base produtiva, visto que as atividades para plantio e cortes não mais são feitos de forma manual. Na empresa Goiatuba Açúcar e Alcool (GOIASA), por exemplo, a maioria dos processos é mecanizada, o que possibilitou a usina realizar uma moagem de 2,31 milhões de toneladas em 2012, segundo dados da própria usina. O panorama de crescimento é ainda mais promissor para 2013, para o qual a área plantada apresenta perspectivas de crescimento.

A partir disso, a modernização da agricultura surgiu como mecanismo facilitador do manejo e cultivo do latifúndio. Esse fenômeno nacional se intensificou durante o governo militar, que comandou o País entre os anos de 1964 e 1985. O principal argumento dessa política consistia nos dizeres de que a modernização da agricultura geraria maior produtividade e, conseqüentemente, maior renda. O nível de modernização da usina GOIASA, potencializa as atividades da empresa (Foto 9).

Foto 9 - Pátio de implementos agrícolas da Usina GOIASA em Goiatuba (GO) – 2013



Autor: Costa, R. L. (2013).

Desse modo, em face às perspectivas de ampliação da área plantada de cana-de-açúcar no município de Goiatuba (GO), empresas como a GOIASA estão progressivamente se mecanizando para atingir as metas de ampliação da área plantada de cana-de-açúcar. Cabe salientar que, segundo um dos funcionários da área agrícola da usina GOIASA, quando um produtor de cana fecha um contrato de fornecimento, geralmente ele se compromete a ampliar sua área de plantio no ano posterior.

O panorama de crescimento ocorre em vários níveis. No contexto regional do Sul goiano as usinas Bom Sucesso, GOIASA, Panorama e BP contribuem para o crescimento da área plantada e, conseqüentemente, as transformações são diversas nos âmbitos social, cultural, econômico, tecnológico, fundiário, trabalhista e urbano dos municípios. Em alguns casos essas metamorfoses são realizadas por grupos empresariais de capital não local, que implantam uma racionalidade gestada distante desses locais. É o que ocorre na usina GOIASA, que traz do grupo Construcap a sua filosofia de trabalho.

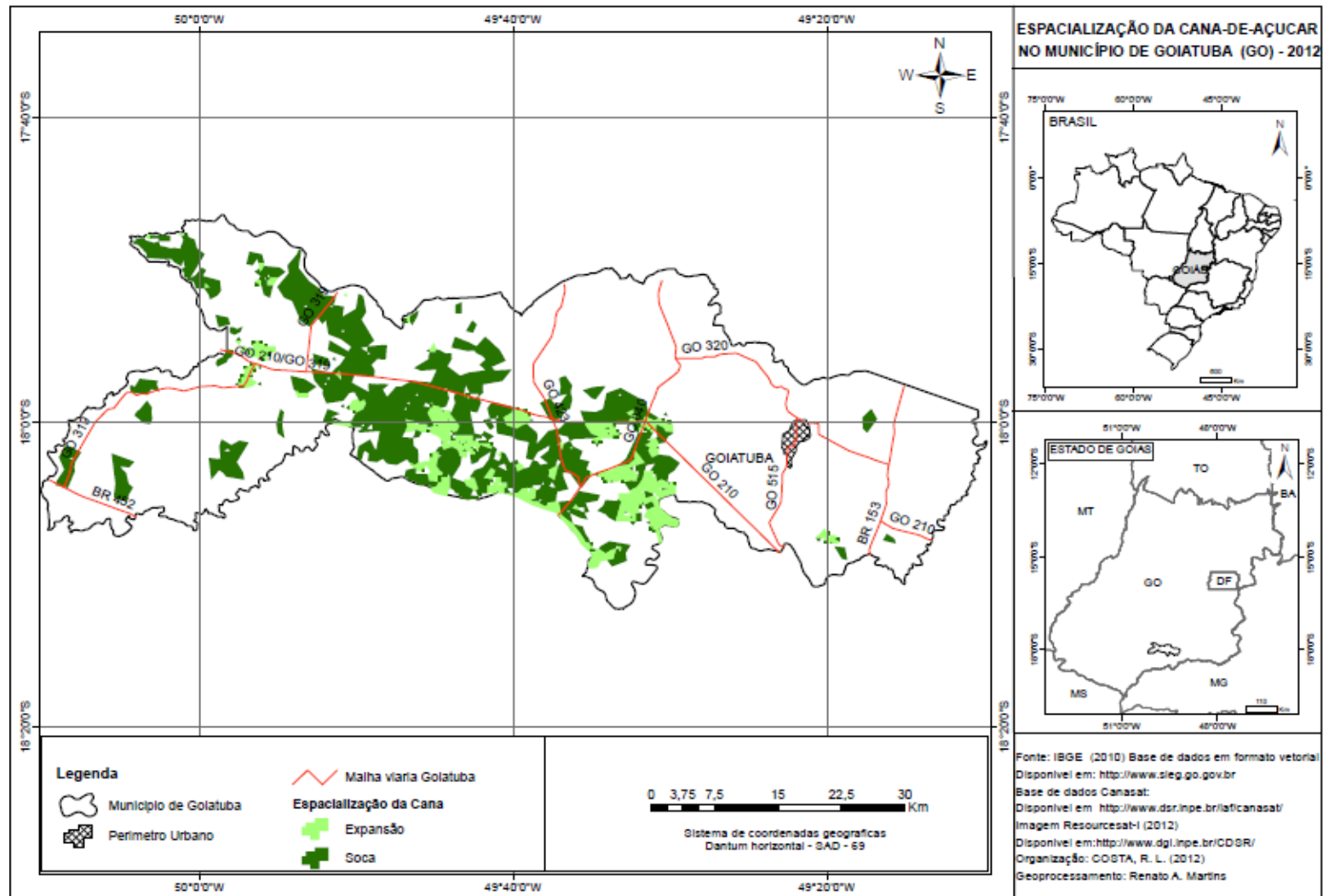
Todo esse movimento de alteração do sistema produtivo modifica a paisagem, substitui culturas tradicionais, como o arroz, e modifica a forma de trabalho no campo. Alterações norteadas pelas necessidades do setor agroindustrial de gerar excedentes de

produção cada vez maiores. Para obter o excedente produtivo, que é transformado em lucro para a empresa, o setor agroindustrial prioriza apenas a necessidade de acumular capital.

As transformações são diversas e o campo é um dos primeiros lugares em que ocorrem por causa do plantio de cana-de-açúcar. Em Goiatuba (GO) isso não é diferente, visto que as áreas com o plantio de gramínea estão progressivamente crescendo motivadas pela atuação das usinas. Veja o Mapa 2 na qual as áreas de expansão estão representadas na cor verde clara e o plantio consolidado em verde escuro.

O crescimento da área plantada está ocorrendo em prejuízo da cultura da soja, menos rentável no atual período. Um emblemático exemplo dessa substituição da soja pela cana-de-açúcar é o arrendamento da fazenda Sementes Selecta localizada no município de Goiatuba (GO). A propriedade possui uma área de 1900 hectares que, atualmente, foram arrendados pela usina Central Energética de Morrinhos (CEM) (Foto 10).

Mapa 2 – Localização e espacialização da cana-de-açúcar em Goiatuba (GO) – 2013



Org.: Costa, R. L. (2013).

Foto 10 – Fazenda Sementes Selecta no município de Goiatuba (GO): plantio de cana-de-açúcar em frente às casas desocupadas após o arrendamento em 2013



Autor: Costa, R. L. (2013).

O fato é emblemático por ser a fazenda pertencente ao proprietário da Sementes Selecta. A empresa foi uma das maiores exportadoras de soja do Estado e teve de ser vendida para cobrir os prejuízos decorrentes da crise da soja, ocorrida na safra 2004-2005. Este fato representou o avanço da cana-de-açúcar no município de Goiatuba (GO) e a conquista de mais um território antes ocupado pela soja. Cabe ressaltar que todo o plantio nessa fazenda de mais de 1900 hectares foi feito de forma mecanizada.

Com grandes lavouras de cana-de-açúcar, a mecanização continua sendo peça-chave para o aumento dos lucros, em que o crédito rural e os incentivos fiscais são algumas das medidas que sustentam a atual curva de crescimento. Em função das mudanças, o trabalhador não poderia ficar de fora dessa revolução produtiva e, conseqüentemente, o profissional do campo se depara com novas profissões na área agrícola. Tal movimentação nas divisões de áreas afins proporciona o surgimento de novos cursos no mercado e o uso de uma mão de obra qualificada e técnica. Implica ao trabalhador a necessidade de aprimorar suas técnicas com o objetivo de manter sua vaga na empresa.

Como exemplo, o Instituto Federal Goiano (IFG), localizado na cidade de Morrinhos (GO), possui cursos voltados ao aperfeiçoamento técnico em atividades ligadas ao campo, como técnico em agricultura, técnico em zootecnia e técnico em agropecuária. Na

mesma linha o Serviço Nacional da Indústria (SENAI) de Itumbiara oferece cursos voltados à capacitação do setor sucroenergético.

A modernização agrícola não faz uso somente da mão de obra tradicional, posto que às vezes necessita de técnicos especializados para manusear certos maquinários. Desse modo, os trabalhadores recorrem a cursos técnicos em busca da qualificação exigida para o desempenho destas atividades. Sobre isso, Calaça (2001), ao refletir sobre o processo de mecanização da agricultura, aponta que as alterações também ocorrem nas relações de trabalho.

[...] A modernização da agricultura é entendida como um conjunto de transformações implementadas pela agregação de capital ao espaço. Verifica-se como resultado, alteração das relações de trabalho, do uso da terra, da produção agrícola, da composição da população, incluindo uma intensa mobilidade da população, introdução de novos postos de trabalho e de exigências de qualificação técnica [...] (CALAÇA, 2001, p. 51).

É comum encontrar equipamentos de telecomunicação, rede elétrica etc. nas propriedades rurais, o que, de certo modo, é sinônimo de modernidade, visto que o uso da tecnologia e a mecanização se tornaram necessárias para a continuidade das atividades no campo, assim como uma inserção racional no sistema capitalista. A mecanização da agricultura surgiu como forma de otimizar a produção agrícola, porém se tornou sinônimo de grandes latifúndios espalhados pelo território brasileiro. “Se entende, por isto, a mudança na base técnica da produção agrícola. É um processo que ganha dimensão nacional no pós-guerra com a introdução de máquinas na agricultura.” (DELGADO; GASQUES; VILLA VERDE, 1990, p. 113).

Sabe-se que a modernização não sucede apenas da implantação de máquinas, uma vez que as indústrias de fertilizantes, defensivos, melhoramento genético e biotecnologia são marcantes e estimulantes do crescimento produtivo. Os fertilizantes e defensivos ganham destaque, pois não se tem conhecimento de grandes lavouras isentas do uso desses subsídios. Outra mecanismo facilitador é o crédito rural disponibilizado à agricultura moderna. O latifúndio caracteriza-se por: a) manter baixo nível de capital de exploração; b) possui sistemas de produção predominantemente extensivos; c) produzir para o mercado e consumir a produção provinda dos parceiros e d) manter relações de produção “especiais” e com grandes extensões de terras (ALENCAR; MOURA FILHO, 1988, p. 38).

Nesse contexto, a modernização da agricultura em Goiás foi o que propiciou aos grandes produtores do Estado cultivar suas terras com agilidade e alta produção. Para tanto,

foi visível o aumento no número de maquinários no Estado, visto que nas três últimas décadas os números de tratores em Goiás saltaram de 6 mil para quase 50 mil unidades²⁴.

A força do grande usineiro, como novo símbolo do grande capital industrial, e ao mesmo tempo a do grande latifundiário é que controlam não somente o mercado de trabalho assalariado como também os pequenos proprietários e produtores. A força do grande capital industrial da usina coloca a pequena produção de cana-de-açúcar sob o seu poder. (SCARLATO, 1996, p. 340)

Desta feita, infere-se que as heranças dos latifúndios coloniais permanecem até a contemporaneidade não apenas na extensão das áreas, mas também em forma de precarização da mão de obra que, mesmo em períodos de plantio e de colheita mecanizados, assim se apresenta se considerados os baixos salários e o fenômeno da terceirização.

4.5 Resignificação ou precarização do trabalho nos canaviais?

Historicamente, as condições de trabalho na cultura canavieira sempre foram objeto de muita discussão, uma vez que o labor foi e ainda é uma questão central no setor canavieiro. Nesse sentido, embora a modernização da agricultura tenha atingido também o setor canavieiro, não são todos os produtores que têm acesso aos mecanismos que viabilizam a produção, preponderantemente são os grandes produtores que têm acessível o pacote tecnológico que caracteriza a agricultura moderna.

Nessa perspectiva, “[...] os resultados das políticas que visam ao desenvolvimento do capitalismo no campo têm servido na maioria das vezes para a manutenção de um sistema latifundiário [...]” (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 40). Se de um lado a grande propriedade é beneficiada, por outro, a pequena propriedade é suprimida, ficando à margem do crescimento econômico. Desse modo, o trabalhador rural é expropriado de sua propriedade e passa a morar nas cidades e desenvolver funções diferentes das quais anteriormente exercia, tendo que se adequar aos setores que necessitam de mão de obra como o sucroenergético.

Diante disso, as condições de trabalho são alteradas e a situação econômica é reprimida em detrimento da expansão dos latifúndios. Em decorrência desses fatos, o agricultor deixa seu lugar na propriedade para vender sua mão de obra como nos expõe Scarlato (1996).

O latifundiário e usineiro acabam constituindo um sistema de poder assegurando para si uma oferta fácil de mão de obra. Ao controlar a

²⁴ Disponível em: <<http://www.folhaonline.com.br>>. Acesso em: 10 de mar de 2013.

distribuição da renda pelo controle da propriedade da terra e da produção na usina, acabam transformando-se em um poder refratário às grandes mudanças que possam introduzir relações de trabalho mais livres e mais bem remuneradas, condições necessárias para ampliação dos mercados e para um industrialização mais sólida e de maior continuidade. (SCARLATO, 1996, p. 341).

Com os trabalhadores das lavouras canavieiras em Goiás esta situação não é diferente, pois, para conseguirem um salário razoável ao fim do mês, estes são submetidos a jornadas de trabalho ampliadas. Ademais, nota-se que a precarização não se restringe a isso, posto que o trabalhador das lavouras canavieiras, na maioria das vezes, não possui transporte adequado. Geralmente, as empresas de transporte são de outros municípios e são contratadas para realizarem o traslado dos trabalhadores da cidade de Goiatuba até a zona rural onde estão instaladas as usinas Goiasa e Bom Sucesso.

Foto 11 – Ônibus de trabalhadores do setor sucroenergético apreendidos no pátio da polícia rodoviária estadual. Localizado entre Goiatuba (GO) e as usinas GOIASA e Bom Sucesso – 2013.



Autor: Costa, R. L. (2013).

É comum as empresas contratadas enviarem ônibus em condições precárias de uso para o transporte dos trabalhadores. São veículo com mais de 10 anos de fabricação, com a lataria cheia de avarias e com a suspensão com fechos de mola quebrados. Analisando o perfil do transporte do setor, a qualidade piora no período da safra entre os meses de maio e outubro. Entretanto, cabe salientar que existem duas formas de transporte: uma feita pelas

próprias usinas Goiasa e Bom Sucesso, e outra realizada pelos produtores que são fornecedores de cana. Comumente, esta última é realizada por vans dos próprios fornecedores.

Entre a cidade de Goiatuba (GO) e as usinas GOIASA e Bom Sucesso a distância é de, respectivamente, 55km e 70km, ficando o trabalhador em média 1 hora de permanência dentro do ônibus, em circunstâncias de raro conforto e em veículos que possuem mais de dez anos de uso. Ainda sobre as condições de transporte dos trabalhadores, estes não recebem as horas extras previstas na lei 10.243 de 19/06/2001 da Consolidação das Leis do Trabalho. Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 2013²⁵, é o que comprovou o depoimento do senhor Adilson.

Olha, eu não sei as outras usinas da região, mas a Goiasa não pagava as nossas horas de deslocamento. Entrei estes dias na Bom Sucesso, então não sei se a empresa vai pagar o que consta na lei. Quando eu trabalhava na Goiasa, sempre comentava que deveria receber o valor do deslocamento, porque nós ficávamos uma hora viajando até a usina, mas nunca tínhamos coragem de reivindicar os nossos direitos. Eles não pagam porque há dados registrados indicando que trinta por cento dos trabalhadores os levam na justiça. Então eles sabem que fica mais barato para usina não pagar para todos, e depois pagar para os menos de trinta por cento que entra na justiça. Eu só tive coragem de entrar na justiça depois que fui dispensado na usina. Um advogado me convenceu que era meu direito, e que não estava fazendo nada de errado. Todos os meus colegas que entraram com este advogado receberam as horas de deslocamento. (Entrevista verbal, Sr. Adilson, outubro de 2013).

Fica evidenciado nas contribuições do senhor Adilson que é comum as empresas terem o hábito de desrespeitarem os direitos do trabalhador. O qual na relação capital/trabalho, sempre é tido como elemento a ser expropriado em seu salários, ou burlando legislações como a 10.243 de 19/06/2001 que versa sobre as horas *in itinere*.

Segundo esta lei, quando o empregador fornece o transporte, por não tê-lo na região para que o empregado consiga chegar ao trabalho e voltar à sua residência, o tempo gasto pelo empregado do trajeto de ida e volta do trabalho será caracterizado como horas *in itinere*. O termo caracteriza a obrigatoriedade sobre o pagamento de horas extras para o trabalhador do momento da saída de casa até a sua volta.

Nesse aspecto, a empresa Goiasa descumpre a legislação vigente como forma de reduzir seu custo com o salário do trabalhador. Ao passo que reforça a ação capitalista que expropria o salário do trabalhador, os direitos trabalhistas e suas condições de trabalho. Some-se a isso o fato dos trabalhadores das usinas acordarem, em geral, as cinco horas da manhã para estarem no ponto as seis horas e viajarem em média uma hora para chegar ao local de

²⁵ Disponível em: <<http://www.trt18.jus.br.com.br>> Acesso em: 11 jun. 2013.

trabalho as sete. Tal fato exemplifica a realidade dos trabalhadores do setor sucroenergético em Goiatuba (GO). Verificou-se que nem a prática do corte manual é assumida pela empresa (Foto 12).

Foto 12 - Colheita da usina GOIASA em Goiatuba (GO) – 2013.



Autor: Costa, R. L. (2013).

Foto 13 – Corte manual da cana-de-açúcar por trabalhadores da GOIASA em 2013



Autor: Costa, R. L. (2013).

Institucionalmente, a empresa Goiasa declara que todo o processo de corte da usina ocorre de maneira mecanizada. Porém, isto não é o que foi comprovado em um trabalho de campo realizado na lavoura da usina. A qual também é denunciada pelos trabalhadores por ter criado uma regra para limitar seus salários.

O senhor Costa (2013) podia aproveitar e perguntar para o diretor que regra é essa que eles inventaram para segurar o salário da gente. Eu sou cortador de cana e me chamam de assistente operacional, já estou tentando mudar de área há 2 anos e agora que tirei minha carteira, o salário só pode subir 30%. Eu ganho R\$ 796,00 por mês. Caso eu me torne motorista, o salário só pode chegar perto de R\$ 1.000,00. Os trabalhadores que têm essa função ganham em torno de R\$ 1.600,00 mês. O salário da GOIASA todo está ruim, os tratoristas ganhavam R\$ 2.000,00 e agora estão ganhando R\$ 1.300,00. (Entrevista verbal, Sr. Rafael Sirino da Conceição, junho de 2013)²⁶.

Diante dessa situação, infere-se que existe um distanciamento expressivo entre o discurso proferido pela empresa e o que realmente ocorre com as condições laborais de seus

²⁶ No período da realização da entrevista, junho de 2013, o salário mínimo era de R\$ 678,00 e a cotação média do Dólar comercial era de R\$ 2, 12.

empregados. Primeiramente, a empresa anuncia que todos os processos agrícolas são mecanizados. Na Foto 12 essa informação é contestada.

Segundo, os cortadores de cana são registrados como assistentes operacionais, fato que busca descaracterizar a presença de cortadores de cana no quadro profissional da empresa e, para piorar a condição laboral do trabalhador, a GOIASA cria regras para dificultar o aumento dos salários. “Esse quadro se complexifica ainda mais quando se define a priori os elementos avaliativos gerais e específicos para classificar/enquadrar determinadas especificidades vividas pelas diferentes condições de trabalho”. (THOMAZ JÚNIOR, 2007, p.163).

Expropriação dos direitos trabalhistas, esta designação caracteriza a lógica pela qual os trabalhadores são tratados. Neste aspecto, a relação capital/trabalho torna-se característica fundante da mais valia auferida pelas empresas do setor sucroenergético. Diante das informações levantadas durante a pesquisa documental, não são apenas as usinas que implementam esta lógica de precarização na relação capital/trabalho. Deparamo-nos também com um dos casos que mais emblemáticos da pesquisa. Trabalhadores sendo libertos de uma das fazendas pertencentes a Associação dos Fornecedores de Cana (AFC) de Goiatuba (GO). Os trabalhadores estavam submetidos em condições análogas à escravidão.

Foto 14 – Máquina operada por resgatados na colheita mecanizada de Goiatuba (GO) em (2011)



Autor: SRTE/GO. (2011).

A operação que libertou os trabalhadores em condições análogas à escravidão ocorreu no ano de 2011. Diante do fato, uma nova condição de trabalho estranhado tornou-se evidente. Uma nova morfologia de trabalho escravo se apresentava. Não apenas na colheita manual, a colheita mecanizada era, agora, o novo locus da precarização, como nos ajuda a compreender Silva (2007).

A intensificação do processo de mecanização do corte de cana e modificações na forma de organização do trabalho nos canaviais vem produzindo um grande número de trabalhadores demitidos, particularmente desde o início da década de 1990. Para aqueles que mantiveram seus empregos no campo, as tendências do processo de reestruturação produtiva no campo vem sendo acompanhadas por grandes transformações, como a intensificação do ritmo e flexibilização das jornadas, permitindo a elevação da produtividade do trabalho e consequentemente a precarização do mesmo. (SILVA, 2007, p. 135).

Por meio da nova realidade do trabalho nos canaviais, os trabalhadores que não são demitidos por conta da mecanização, passam a ter – como nos expõe Silva (2007) – jornadas de trabalho ampliadas. Foi o que se constatou na operação comandada pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/GO) na fazenda de um dos membros da AFC, os trabalhadores cumpriam jornadas de 24 horas de trabalho ininterruptas, que, somadas às 3 horas de percurso até o local, totalizam 27 horas de trabalho. Ao todo eram 39 pessoas que operavam as máquinas para o corte da cana-de-açúcar²⁷. Neste aspecto, Thomaz Junior (2002) faz importantes considerações.

A estafante jornada de trabalho, potencializada pelo alucinante ritmo da superexploração, aguça, ainda mais, os problemas de saúde dos trabalhadores e, pelas informações disponíveis, esse quadro é acompanhado pelo aumento no número de acidentes de trabalho, incrementados pela “síndrome” da hora extra. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 164, grifo do autor).

As considerações do autor caracterizam a realidade encontrada pela inspeção feita pela STRE/GO. Os trabalhadores resgatados relataram que, após 20 horas contínuas de trabalho, dois motoristas canavieiros envolveram-se em acidentes devido o cansaço ao volante. Fato que caracteriza a máquina como mais um elemento a expropriar mais valia sobre o trabalhador.

Dessa forma, a ciência (e em seu prolongamento, a tecnologia) ao materializar-se em máquinas e outros equipamentos, em relação aos

²⁷ Disponível em: < <http://reporterbrasil.org.br/2011/12/operacao-inedita-flagra-escravidao-em-colheita-mecanizada> >. Acesso em: 13 de agosto. 2013.

trabalhadores, revela-se capital, isto é, meios de se explorar trabalho, de apropriação de trabalho excedente. (MARX e ENGELS, 1980, p. 387, apud THOMAZ JUNIOR, 2002. p. 136).

Mormente a reflexão posta, e a libertação dos trabalhadores em condições análogas à escravidão, a mecanização da colheita da cana-de-açúcar tem sido mecanismo intensificador da jornada de trabalhador. Fato que tem ocasionando como nos aponta Thomaz Junior (2002), a síndrome da hora extra. Ou seja, o trabalhador motivado pelo pagamento das horas extras, submete-se a jornadas extenuantes de trabalho em máquinas para aumentar seus rendimentos. O fato ocorrido mescla trabalho vivo e trabalho morto em uma sinergia pautada pela inserção novas técnica no campo que contribui para uma nova morfologia da precarização do trabalho. Antunes (2010) acrescenta para a reflexão afirmando que,

combinam-se processos de enorme enxugamento da força de trabalho, acrescido às mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização social do trabalho. A flexibilização, desregulamentação, terceirização, as novas formas de gestão da força de trabalho etc. (ANTUNES, 2010, p. 22).

O empírico e o teórico apresentado, demonstram novos arranjos gestados no bojo da reestruturação produtiva do setor sucroenergético em Goiatuba (GO). Conforme Antunes (2010), diversos processos são combinados em razão de diminuir o número de trabalhadores. Torna-se evidente a tendência de redução do trabalho vivo e o aumento do trabalho morto. O qual se coloca como peça central nesse processo. Nesse aspecto, Thomaz Junior (2002) nos esclarece sobre o processo de mecanização do setor sucroenergético:

o corte mecanizado e, hoje, de 35% a 40% mais barato, em média, do que o corte manual. Todavia, dependendo da performance das máquinas, pode alcançar pouco mais de 800 toneladas de cana por dia (24 horas), uma única máquina, o que substitui mais de 130 trabalhadores. Como a média gira em torno de 500 a 600 t de cana/dia, cada máquina pode substituir, aproximadamente de 80 a 100 trabalhadores. Isso sem por em questão a variedade e o tipo de cana. a) se queimada e inteira, b) se queimada e picada, c) se crua; picada. d) a qualidade da operação efetuada pela máquina. (THOMAZ JR, 2002, p. 197).

Diante das contribuições do autor, pode-se inferir por quais razões os produtores tem intensificado as horas de trabalho na colheita mecanizada de Goiatuba (GO). Os custos com a colheita mecanizada já são reduzidos em relação ao corte manual da cana-de-açúcar. A mais valia expropriada do trabalhador se intensifica a medida que a usina ou o fazendeiro deixa contratar outros operadores com novos custos empregatícios e passa pagar horas extras para os funcionários existentes.

Foi o que se constatou na operação realizada em Goiatuba (GO). Todos os funcionários libertados em condições análogas à escravidão tinham seus salários pagos em dia, inclusive com as horas extras. Notadamente, os trabalhadores tinham na busca por um salário mais vantajoso, as razões pelas quais submetiam-se as jornadas exaustivas em condições precárias. Nesse sentido, “o agronegócio canavieiro foi líder em número de trabalhadores em condições análogas ao trabalho escravo, foram 1911 trabalhadores em 16 casos denunciados” (SOUZA, 2011, p. 241).

As informações apresentadas anteriormente, caracterizam as condições que o trabalhador do setor sucroenergético é submetido. Mesmo nos casos que não são caracterizados o trabalho escravo, a legislação trabalhista é constantemente burlada, como no relato do senhor Rafael Sirino, cortador de cana da usina GOIASA.

No Estado de Goiás, o caso mais comum de precarização do trabalho é a falta de higiene, segurança e alimentação. Em muitos casos não existe áreas apropriadas para os funcionários realizarem suas necessidades fisiológicas nos locais de trabalho. Geralmente os administradores das usinas ficam sabendo quando serão realizadas as fiscalizações, e nesse período, todas as áreas de vivências são levadas para campo para camuflar a realidade (Informação verbal, 2013).

A precarização do trabalho nos canaviais ainda continua como uma das marcas do setor no século XXI. Hora na sua velha face do corte manual, embora muitas vezes velada por empresas como a GOIASA. Ou em novas morfologias de precarização, como foi evidenciado na libertação dos trabalhadores em condições análogas à escravidão na fazenda de um membro da AFC da usina Bom Sucesso de Goiatuba (GO). Os fatos contrastam com a realidade do setor sucroenergético. Um dos ramos da economia brasileira que mais cresce no século XXI. Crescimento que embora seja pautado pela constante demanda pelos agro combustíveis como o etanol, vale-se de instrumentos que subordinam o trabalhador como forma de extrair mais valia inclusive sobre sua força de trabalho. Diante dessa conjuntura, até a máquina torna-se mais um elemento que contribui para a precarização do trabalho.

Assim, o trabalhador não é tido pelas empresas como parte fundamental para o cultivo da cana-de-açúcar. O sujeito é visto como mais um elemento que as empresas têm encontrado para gerar a mais valia na relação capital/trabalho. Lucro que representa a territorialização do capitalismo agrário no campo. Destarte, a precarização laboral no setor sucroenergético é um exemplo das estratégias do capital para se reproduzir e gerar diversos desdobramentos, os quais tiveram sua lógica de territorialização em Goiatuba (GO) estudada a seguir.

5 OS DESDOBRAMENTOS DA INSERÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO EM GOIATUBA (GO)

O processo de implantação de uma atividade agroindustrial em grande escala – caso de uma ‘bacia canavieira’ – implica na aplicação de vultuosos recursos iniciais. Após a implantação, os recursos necessários para a renovação do ciclo produtivo são bastante menores, o que, aliás, significa, obviamente, que, no modo de produção capitalista, as rendas obtidas na produção têm que ser superiores às necessidades de reprodução do processo produtivo. (KAYSER, 1972, p. 33).

Diversas são as atividades econômicas realizadas no território com o objetivo de suprir as necessidades de acúmulo do capital, não importando qual atividade seja mais ou menos adequada ao desenvolvimento social e econômico de um município. O que realmente importa aos agentes capitalistas é a renda que uma determinada prática agrícola apresenta enquanto potencialidade econômica.

Nesse contexto, a agroindústria canavieira tem se consolidado como uma das mais importantes atividades da agropecuária brasileira. Importância que se consolidou em razão da crescente demanda pelos derivados da cana-de-açúcar como o etanol e o açúcar. Diante do exposto, novas áreas tornam-se espaços para a territorialização do setor sucroenergético.

A produção espacial gestada no contexto da reestruturação produtiva possibilitou a cana-de-açúcar ser uma cultura emergente no Centro-Oeste e Sul Goiano na última década do século XXI. Nesse sentido, a inserção e expansão da atividade sucroenergética no município de Goiatuba (GO) configura-se como sinônimo da ação de grupos empresariais, como as usinas Bom Sucesso e GOIASA, que adquirem relevante papel na produção do espaço goiatubense. O referido município integra-se a esses novos espaços que têm sido territorializados pela inserção das agroindústrias processadoras de cana-de-açúcar. Nesse contexto, diferencialmente são envolvidos diversos atores sociais, econômicos e políticos, dos quais, diante do portfólio apresentado, diferentes são os interesses existentes sobre um mesmo espaço.

O entendimento sobre o espaço, nesse trabalho, não foi concebido apenas como fonte material das relações sociais, uma vez que pautou-se pela relação sempre constante e interdependente entre o meio e o homem. Nas palavras de Santos (2012, p. 63) “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente”. Então, o espaço se apresenta também em seu caráter social, isto decorre, sobretudo, da necessidade humana de abstrair do seu meio as condições necessárias à vida em sociedade.

A obtenção de produtos de maneira tradicional, ou altamente tecnificada, por meio da interação homem e meio, permite a apropriação espacial nos diferentes territórios constituídos pelas forças de sujeitos com racionalidades heterogêneas. Logo, são inevitáveis os embates territoriais diante da ação desses sujeitos hegemônicos.

Tais conflitualidades podem ocorrer, dentre outros motivos, pelo interesse de posse de diversos sujeitos por um mesmo espaço. Trabalhadores rurais e urbanos, pequenos produtores ou proprietários de terra podem ser afetados direta ou indiretamente quando as forças hegemônicas do capital se inserem nesta disputa. Nesse sentido, o espaço se torna produto e produtor das disputas territoriais.

Em face às reflexões sobre os desdobramentos da inserção do setor sucroenergético em Goiatuba (GO), buscou-se conceber as disputas territoriais como parte das relações espaciais. Nessa perspectiva, a territorialização do setor sucroenergético foi estudada por meio dos conflitos e resistências territoriais exercidas pelos produtores de grãos que têm suas terras ameaçadas pelo avanço das plantações de cana-de-açúcar. Não apenas isto, outros sujeitos inseridos nesse processo, como os comerciantes locais, foram concebidos como atores territoriais que influenciam e são influenciados pelo setor sucroenergético.

As transformações atinentes à atuação da agroindústria canavieira não geram conflitos apenas entre os atores hegemônicos do capital, visto que o trabalhador – engrenagem fundamental no processo – também tem sua mão de obra como objeto de disputa em face da demanda criada pela industrialização do campo. Isto porque o setor possui grande capacidade de absorver o trabalho humano nos setores agrícolas, administrativo e industrial.

A municipalidade é outro aspecto que precisa ser abordado. As razões para isto vão ao encontro da influência exercida pelos impostos gerados pela agroindústria canavieira na arrecadação municipal. Geralmente os prefeitos e a câmara municipal pautam suas ações pelos interesses empresariais.

Desta feita, ao longo das reflexões tecidas, busca-se identificar as transformações socioespaciais decorrentes da territorialização do setor sucroenergético no município de Goiatuba (GO). Desse modo, pretende-se compreender como o setor articula o espaço e, assim, consolida seu domínio territorial tornando-o mecanismo essencial à produção de mercadorias, como etanol, açúcar e energia, que acabam viabilizando o principal objetivo das agroindústrias, o lucro.

5.1 Goiatuba: de pouso das bananeiras à territorialização do setor sucroenergético

Ao longo do processo evolutivo de um território, diversos são os fatores que influenciam direta e indiretamente para sua configuração espacial e econômica. Ao contrário de conceber o objeto de estudo como algo dado, tendo-o, então, como resultado de múltiplas relações, o município de Goiatuba (GO), que hoje se apresenta como uma das maiores áreas de expansão das lavouras de cana-de-açúcar, iniciou seu processo de povoamento como ponto de parada para os carreiros da estrada real que adentravam para o interior do País em busca de ouro.

A origem do município remonta ao período colonial em que as riquezas minerais do País eram as grandes direcionadoras do processo de ocupação territorial. Inerente ao exposto, todo e qualquer processo de ocupação territorial não está desprovido de intencionalidades que possuem abrangência pontual e periférica.

O processo se inicia quando o importante Anhanguera, Bartolomeu Bueno da Silva recebe de D. Rodrigo César de Meneses a incumbência de criar uma bandeira nos Goyazes em 1722 para extração de ouro. (TAVARES, 2009, p. 9).

Segundo consta na história, em um primeiro momento não se teve nenhum resultado expressivo. Entretanto, menos de um ano depois, outra expedição foi realizada e conseguiu atingir o ouro contido na região. A localidade em questão se torna uma sesmaria em 1726, tendo sua posse concedida aos seus descobridores, Bartolomeu Bueno da Silva e João Leite da Silva Ortiz, com a condição de depositarem o quinto²⁸ para a coroa.

Posteriormente à descoberta das minas de ouro nas terras do Goyazes, a curiosidade gerada pela notícia foi inevitável assim como foi o fluxo migratório de aventureiros interessados em se beneficiar com a riqueza descoberta. Passaram, então, a surgir as mais diversas rotas possíveis para se chegar ao arraial de Sant'Ana, próximo ao rio vermelho, local que posteriormente recebeu o nome de Vila Rica e que atualmente passou a denominar-se cidade de Goiás.

Em meio a tantas rotas surgidas em direção ao arraial de Sant'Ana, uma alternativa buscava passar pelo rio Paranaíba, nas localidades do arraial de Santa Rita (onde posteriormente surgira a cidade de Itumbiara (GO)), em direção à região norte, até chegar à estrada principal, em Itaberaí. Todavia, o ouro encontrado em Goiás era de aluvião, ou seja, era de superfície e, por isso, não demorou muito para ser exaurido.

²⁸ O quinto foi um importante mecanismo de arrecadação de imposto por parte da coroa brasileira. O imposto correspondia a 20% do metal extraído, ou seja, 1/5 do ouro era repassado para a coroa.

Assim, o declínio da extração de ouro começa a despontar por volta do ano de 1778. Gradativamente, o ouro se tornava mais raro, difícil de ser encontrado nas minas. Nessas condições, era comum o trabalho intenso e o pouco resultado com o garimpo. Pouco tempo depois, a extração do ouro tornou-se inviável e outras atividades começaram a surgir nos pequenos vilarejos formados a partir da economia aurífera.

Com o fim do período mineratório, a pecuária e a agricultura passam a ser as atividades econômicas predominantes na região Centro-Oeste do Brasil. Período em que era comum o fluxo de animais e de transporte de alimentos em direção a Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Inicia-se, então, o dinamismo civilizatório ao longo do percurso mencionado, por meio da ação de uma importante figura da época, o tropeiro.

Os tropeiros viajavam por todo o percurso da região central do país até o litoral brasileiro, levando e trazendo mercadorias. Nestas viagens tão longínquas, inúmeras eram as paradas no decorrer do caminho. Em uma delas um acidente geográfico chamou a atenção dos viajantes, tratava-se de um declive e um aclave entremeados por um córrego marginado à direita por algumas bananeiras. Este foi o lugar escolhido para o descanso dos tropeiros.

Pouso das Bananeiras é como foi denominado aquele local que passou a ser ponto de descanso para os viajantes. “[...] Assim se fez o Pouso das Bananeiras, emergindo das paragens um lugarejo que ficava na rota da Estrada Real (estrada velha de Morrinhos), por onde passava parte do ouro extraído nas minas dos Guayáses [...]” (TAVARES, 2009, p.10).

Este lugar, depois, também passou a chamar atenção pelas suas características físicas. Que dizer, a fertilidade dos solos nas imediações do Pouso das Bananeiras e o baixo preço das terras estão dentre os principais fatores que agregaram mais pessoas ao pequeno vilarejo.

O aparecimento dos primeiros proprietários e moradores das sesmarias começaram a ser notados a partir do ano de 1860. Essas sesmarias eram porções de terra concedidas pelos governadores das Províncias. Com o surgimento de proprietários de terras, Goiás seguiu este mesmo processo de ocupação territorial. Manoel Vicente Rosa é um deles.

No ano de 1892, Manoel Vicente Rosa tomou a iniciativa de facilitar o desenvolvimento do lugarejo e conseqüentemente valorizar a região. Juntamente com seus dois compadres: Cândido Luiz Castilho e Manoel Bernardo da Costa, os três doam uma gleba de terras do nativo de 59.000 (cinquenta e nove mil reis) para o Santo Padroeiro, do qual Vicente Rosa era devoto. Nas imediações de um largo, fez erguer uma cruz em devoção à São Sebastião por meio da celebração de uma missa. (TAVARES, 2009, p. 10).

Em função da doação de terras feita por Manoel Vicente Rosa e seus compadres, o povoado de Bananeiras foi evoluindo com o passar dos tempos. O seu nome também acompanhou esta evolução, inicialmente chamado de Pouso das Bananeiras, posteriormente passou a denominar-se de São Sebastião das Bananeiras. Depois, mudou seu nome para Bananeiras e, adiante no tempo, em 21 de janeiro de 1931 ocorre sua emancipação política de Morrinhos (GO), a então cidade passa a denominar-se Goiatuba.

O atual nome da cidade foi dado por um importante viajante, Manoel Gabinatti Esposito Espositel. Gabinatti, como era chamado, tinha o hábito de colocar nomes em cidades e vivia sugerindo para que ocorresse a mudança do nome de Bananeiras para Goiatuba.

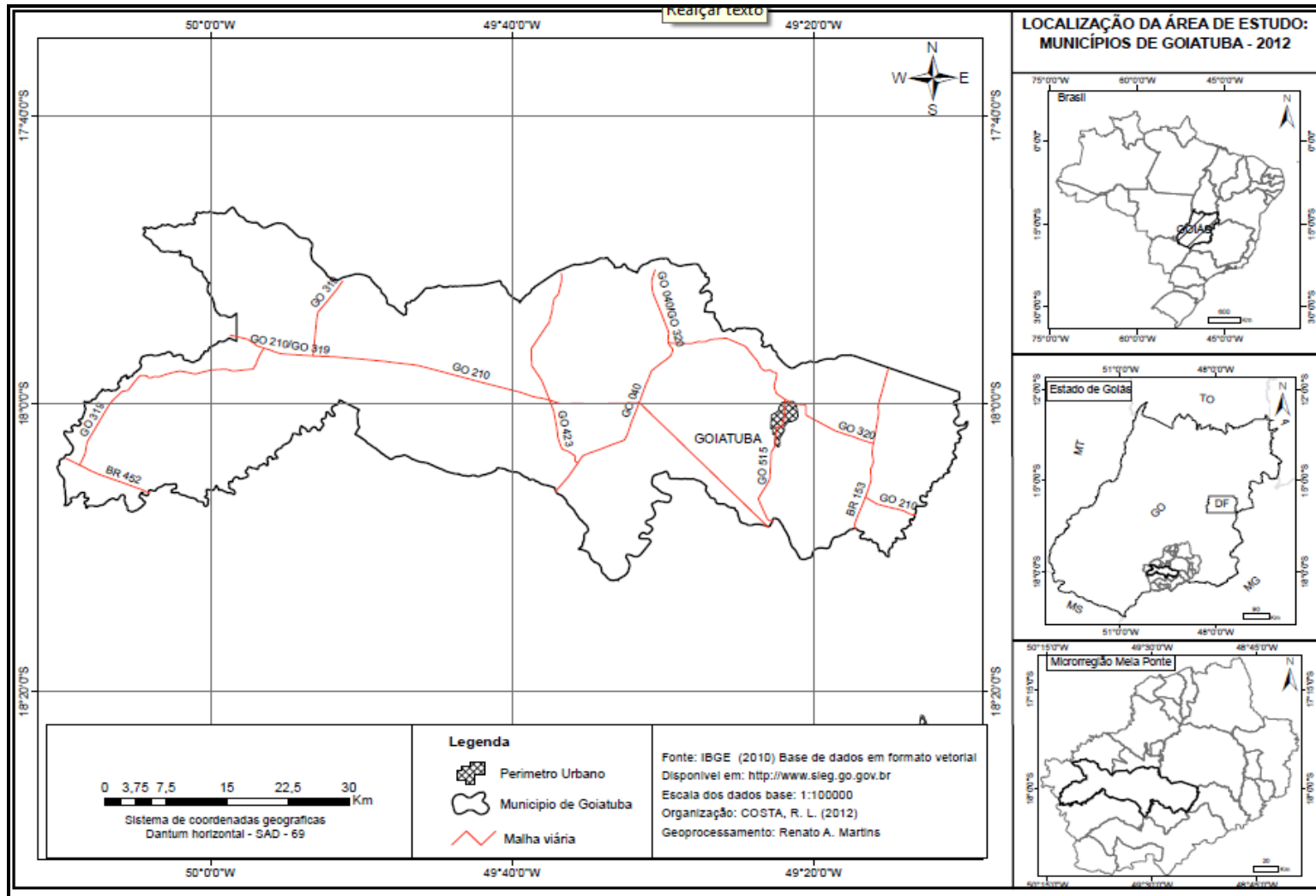
‘Aqui não pode mais chamar Bananeiras, tem que ser Goiatuba’. Nada Traduziria melhor a cidade que o próprio e curioso significado etimológico: ‘Gwa yá tuba’ – Muitos indivíduos da mesma raça, ou poeticamente como queria Gabinatti: ‘Onde Goiás é Grande’²⁹. (TAVARES, 2009, p. 12. Grifos do autor).

A então denominada cidade de Goiatuba – nascida pelo interesse de Manoel Vicente Rosa de valorizar suas terras – foi se desenvolvendo nas imediações do córrego Sta. Maria, nas proximidades da praça João Leite, a qual foi construída na saída para Morrinhos (GO). Oliveira (1986, p. 76) contribui: “Essas são, pois, as formas de renda capitalista da terra que podem ser auferidas gradativamente pelo proprietário da terra, se a terra estiver sendo utilizada.” Uso este que foi se dando ao longo dos anos na terra doada para o santo padroeiro e que, conseqüentemente, consolidou os interesses de Vicente Rosa em valorizar suas terras.

O tempo – inegável transformador – seguiu o seu curso e paulatinamente o município de Goiatuba (GO) desenvolveu-se pela ação de diversos sujeitos e em decorrência de vários interesses. Quer dizer, seu desenvolvimento se deu, hora norteado pela ação de sujeitos interessados em apenas descansar no “Pouso das Bananeiras”, hora pela ação de proprietários de terras, como Vicente Rosa, interessados em extrair renda da terra. Após passar pelos diversos processos mencionados, o município apresenta atualmente a configuração espacial demonstrada no mapa abaixo:

²⁹ Disponível em: <<http://historiadegoiatuba.blogspot.com.br>>. Acesso em: 06 de nov. de 2013.

Mapa 3 – Localização da áreas de estudo: Município de Goiatuba (GO) - 2013



Org.: Costa, R. L. (2013).

O município de Goiatuba (GO), que outrora foi ponto de pouso para viajantes e que encontrara na pecuária extensiva suporte para sua base econômica inicial, encontra-se em constante transformação. Hodiernamente, o município é um dos principais produtores de grãos e quarto maior produtor de cana-de-açúcar do Estado de Goiás.

Portanto, infere-se que o município goiano supracitado apresenta aptidão para a agroindústria há alguns anos, fato que permitiu a instalação das usinas GOIASA e Bom Sucesso. Provida de aproximadamente 32.304 habitantes, Goiatuba (GO) possui sua economia voltada para o setor agropecuário, tendo como empresas de destaque as duas usinas, GOIASA Goiatuba Álcool Ltda. e Vale Verde e Polenghi Indústrias Alimentícias. (SEPLAN, 2011a). A usina GOIASA foi uma das primeiras indústrias a motivar a produção de cana no Sul Goiano, iniciando suas atividades em 1991, e, assim, começou a produzir açúcar, álcool e, mais recentemente, biomassa. Importa acrescentar que a atividade produtiva e a relevância socioeconômica desta empresa para Goiatuba (GO) já foram alvos da pesquisa de Silva, Mota e Costa (2009).

O município de Goiatuba (GO) pertence à Microrregião do Meia Ponte e à Mesorregião do Sul Goiano, o qual é uma das regiões mais dinâmicas de Goiás. Goiatuba (GO) é cortada pela rodovia BR-153, conhecida como norte-sul, umas das mais importantes do Brasil por ser um eixo que permite fluxo intenso de circulação de bens materiais e imateriais no país.

O município é uma das regiões que mais atrai usinas no Estado, e quiçá no País, por quatro motivos principais: o primeiro refere-se à construção do alcoolduto que passará pelo município de Itumbiara e a aproximadamente 25km de Goiatuba (GO). O segundo é concernente às leis ambientais que impedem o avanço do setor canavieiro para o Pantanal e para a Amazônia, porém permitem-no para as áreas de Cerrado, sendo estas palco de investimentos recentes de usinas sucroenergéticas.

O terceiro motivo diz respeito à questão de logística e estratégias locais. O município de Goiatuba (GO) está entre a BR-153 e a BR-452, dois importantes eixos de escoamento da produção goiana. O quarto e último dos principais créditos as vantagens fiscais e a infraestrutura (rede de eletrificação, rede de água e esgoto, estação de tratamento de efluentes, redução de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) territorial, entre outros.) concedidas pelo Estado de Goiás a municípios goianos em busca de empresas para instalar em seus limites.

O município possui topografia plana com relevo suavizado e favorável à mecanização da cultura canavieira, além de estar próximo ao futuro alcoolduto Paulínia (SP)

Senador Canedo (GO) a ser construído pela Petrobrás) que ligará Goiás e municípios produtores de álcool ao Sudeste do Brasil.

Sendo assim, ao longo da discussão realizada anteriormente, pretendeu-se localizar o município de Goiatuba (GO) não apenas do ponto de vista de seu posicionamento latitudinal e longitudinal. Buscou-se principalmente compreender os sujeitos e processos inerentes à produção do espaço goiatubense.

Acrescenta Santos (2012, p. 101) que “[...] o espaço é como pretendemos, um resultado da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações [...].” Os quais possibilitaram ao município apresentar a atual configuração espacial. Ou seja, um espaço que concebe o enfileiramento de diversos territórios, com sujeitos, objetos e organizações que se articulam espacialmente no intuito de estabelecer seu domínio territorial por meio de redes e viabilizar a articulação produtiva. Desta feita, buscou-se compreender as esferas de produção que compõem o setor sucroenergético através das redes que articulam diferentes territórios e recriam diariamente novos espaços.

5.2 Redes: elemento viabilizador da produção sucroenergética e constituidor da AFC

Em uma sociedade capitalista a produção de mercadorias possui um papel fundamental como elemento viabilizador dos lucros. Entretanto, no processo produtivo existem uma série de entraves que podem impedir ou atrapalhar a produção. A distância entre a agroindústria e as plantações de cana-de-açúcar é um exemplo.

A desconexão entre vários sujeitos inerentes a um mesmo processo produtivo também se coloca como outro entrave a produção. Entretanto, a inversão da lógica exposta, ou seja, o surgimento de redes entre os vários elementos que compõem o sistema, é elemento viabilizador do sistema produtivo e, por conseguinte, da renda auferida.

Toda a discussão aqui realizada pauta-se na pesquisa de campo, nas observações realizadas com maior ênfase no ano de 2013 nas plantações de cana-de-açúcar do município de Goiatuba (GO), nas estradas que permitem a conexão entre essas plantações e a agroindústria processadora e nos pontos de ônibus onde os trabalhadores aguardavam o coletivo para os deslocarem até as usinas. A partir da empiria – as diversas conexões entre os elementos que constituem este sistema – buscou-se bases teóricas para compreender a importância dessas redes para o setor sucroenergético.

Logo, uma pergunta se coloca: o que é uma rede? O termo, em um primeiro momento, parece muito polissêmico porque muitos são os significados a ele dados. Ademais,

qual a sua importância para a constituição de um território como o sucroenergético? Considerando que este estabelece relações de poder entre os sujeitos e objetos.

As definições conceituais se multiplicam, mas se enquadram em duas grandes matrizes: a que considera seu aspecto material, e uma outra onde é levado em conta o dado social. A primeira atitude, que N. Curien (1988, p. 212) assim retrata: ‘toda infraestrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação’. Mas a rede é também social política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, a rede é, na verdade, uma mera abstração [...] (SANTOS, 2012, p. 262, grifos do autor).

As reflexões feitas sobre as redes que constituem e viabilizam o setor sucroenergético em Goiatuba (GO) não as consideram fora do território, mas como elemento fundamental para a constituição dessas territorialidades, as quais, como mencionado por Santos (2012), são materiais e sociais. Esta junção permite que toda territorialidade imposta seja carregada das intencionalidades e valores dos sujeitos que a constituem.

Nesse sentido, as redes são elementos constituidores do território e servem colaborativamente aos interesses capitalistas para os quais foram criadas. “Esses aspectos da atividade capitalista que são complementares mais do que competitivos se organizam de maneira colaborativa” (HARVEY, 2011, p. 159).

A palavra colaborativa caracteriza bem a forma que os elementos que compõem o setor sucroenergético em Goiatuba (GO) se organizam. A rede produtiva do setor foi analisada, conforme Santos (2012), em seu caráter material e social. Como a ação humana é responsável por dar significado a essas redes colaborativas, em um primeiro momento foi ela a ser compreendida e, a partir dela, pode-se compreender a dinâmica dos objetos que a constituem, também, de maneira colaborativa.

A Associação dos Fornecedores de Cana da Usina Bom Sucesso (AFC) é um exemplo da materialidade assumida pela pelo processo. Todos os produtores que compõem a associação compartilham a mesma estrutura para desenvolver o plantio, o corte e o carregamento em sua propriedade. Entretanto, aqueles produtores que não possuem o maquinário necessário pagam pelo serviço apenas os custos com o combustível. Mas como surgiu esta associação? A resposta está na entrevista com um dos funcionários da associação:

Primeiramente, 90% dos membros da associação já eram produtores de cana-de-açúcar no município. A maioria era fornecedores de cana-de-açúcar para as usinas GOIASA, Caçu, Tropical. Porém, os produtores não tinham garantia nenhuma se a usina iria comprar ou não sua produção. O problema

não era apenas este, quando a usina se deparava com duas áreas a serem processadas em sua fábrica, uma de seu próprio plantio e outra de seus fornecedores, ela frequentemente optava por processar suas áreas e depois receber a produção do fornecedor. Isso era um problema porque quando a cana passa da hora de colher ela vai perdendo o ATR e consequentemente o produtor diminui sua renda. Os produtores se organizaram e foram ao mercado ofertar suas áreas. Na ocasião, o grupo Farias de Pernambuco foi o que apresentou a melhor proposta. E a partir da negociação feita, a usina Bom Sucesso foi criada em Goiatuba (GO). Hoje a empresa tem a obrigação de priorizar o processamento da produção do fornecedor, para depois processar sua própria área. (Informação verbal, Sr. Ramon, junho de 2013).

Nas informações obtidas através de entrevistas semi-estruturadas, observa-se um nível expressivo de organização entre os produtores de cana-de-açúcar, os quais passaram por sujeições ocasionadas pelo capital agroindustrial e que, por meio da criação de uma rede de colaboração, puderam atrair um novo empreendimento que, ao contrário das empresas existentes, estabeleceu o compromisso contratual de processar a cana-de-açúcar plantada.

O fato anteriormente mencionado representou para os produtores um grande avanço, isto porque, mesmo se os produtores vendessem sua colheita para as empresas Caçu e Tropical, sua renda seria prejudicada pelo fato dessas empresas localizarem-se em outros municípios, o que tornaria mais caro o Corte, Carregamento e Transbordo (CCT).

Nas palavras de Harvey (2011, p. 159), os “capitalistas, quando estão ausente qualquer forma de organização territorial, muitas vezes produzem, como vimos, aglomerações de atividades em locais particulares.” A Associação de Fornecedores de Cana (AFC) é um exemplo dessa forma de organização territorial.

Segundo Correa (1998 apud INOCÊNCIO, 2010, p.148) “as redes podem se constituir tanto por sede de cooperativa de produtores rurais e as fazendas a ela associadas, como pelas ligações materiais e imateriais que conectam a sede a uma grande empresa.” Dessa maneira, a AFC se materializa na amplitude das reflexões feitas por Correa (1998), posto que a associação é decorrente da necessidade de proporcionar uma ligação mais estreita entre os produtores e a agroindústria. Argumento compartilhada por Harvey (2011) quando considera que estas relações ocorrem de maneira colaborativa.

Isto torna-se notório ao se observar a relação entre a agroindústria e a AFC, quando da constituição do ato colaborativo existente. Entenda-se por ato colaborativo o acordo existente entre os produtores membros da AFC e a usina *Bom Sucesso*. Neste ato os papéis são bem definidos, conforme acrescenta o senhor Ramon (2013), um dos funcionários da AFC:

Ficou acordado que a gente entraria com a parte agrícola e o grupo Farias entraria com a parte industrial. Desta maneira, toda e qualquer despesa com o cultivo da cana-de-açúcar ficaria com os membros da associação, o que significa que nós somos obrigados a entregar a nossa produção na esteira da usina. Em contrapartida, a empresa é obrigada a processar toda a produção dos membros da associação, dando a eles prioridade no processamento. (Informação verbal, Sr. Ramon, junho de 2013).

Ainda nos domínios da lógica das redes em seu caráter social, Harvey (2011, p. 157) acrescenta que “a criação de formas territoriais de organização social dos lugares tem sido fundamental para a atividade humana da história”. Destarte, antes que a AFC se constituísse, foi necessário que os produtores de cana-de-açúcar de Goiatuba (GO), liderados por Antônio Carlos Pontierre, estabelecessem uma organização social para depois poderem conceber algo material que lhes possibilitasse aumentar seu poder de negociação frente às usinas de cana-de-açúcar.

A existência das redes é inseparável da questão de poder. A divisão territorial do trabalho resultante atribuiu a alguns atores um papel privilegiado na organização do espaço. Segundo Martin Lu (1984), esse papel de integração é funcional e territorial, sendo responsável pela intensificação das especializações, por novas divisões espaciais do trabalho, maior intensidade do capital, circulação mais ativa de mercadorias, mensagens, valores e pessoas, maior assimetria nas relações entre os atores. A palavra poder deve ser aqui reconhecida no sentido que lhe dão Taylor e Thrift, isto é, a capacidade de uma organização para controlar os recursos necessários ao funcionamento de uma outra organização. (SANTOS, 2012, p. 271).

Sendo as redes importantes para elevar as condições de poder, inicialmente organizado de maneira social, suas ações se reverberam constituindo elementos materiais que formam a grande trama reticular que compõe o setor sucroenergético no município de Goiatuba (GO). Assim, sua existência torna-se fundamental para os agentes capitalistas – produtores rurais ou agroindústrias – pois são articuladoras que proporcionam maior fluidez de mercadorias e, portanto, de capital.

Logo, as redes são elementos territoriais que proporcionam a integração entre espaços, provendo-os de maior fluidez. Estas podem ser compreendidas, então, como um mecanismo potencializador do sistema capitalista, visto que a produção, a distribuição e a circulação são basilares para obtenção de capital. Por outro lado, sua inexistência ou inoperância pode representar nós que atrapalham ou inviabilizam a fluidez de mercadorias e, desse modo, prejudica a renda dos capitalistas.

O capital fixo incorporado na terra pode facilitar a circulação de capital móvel, mas perde seu valor quando este não segue os caminhos geográficos

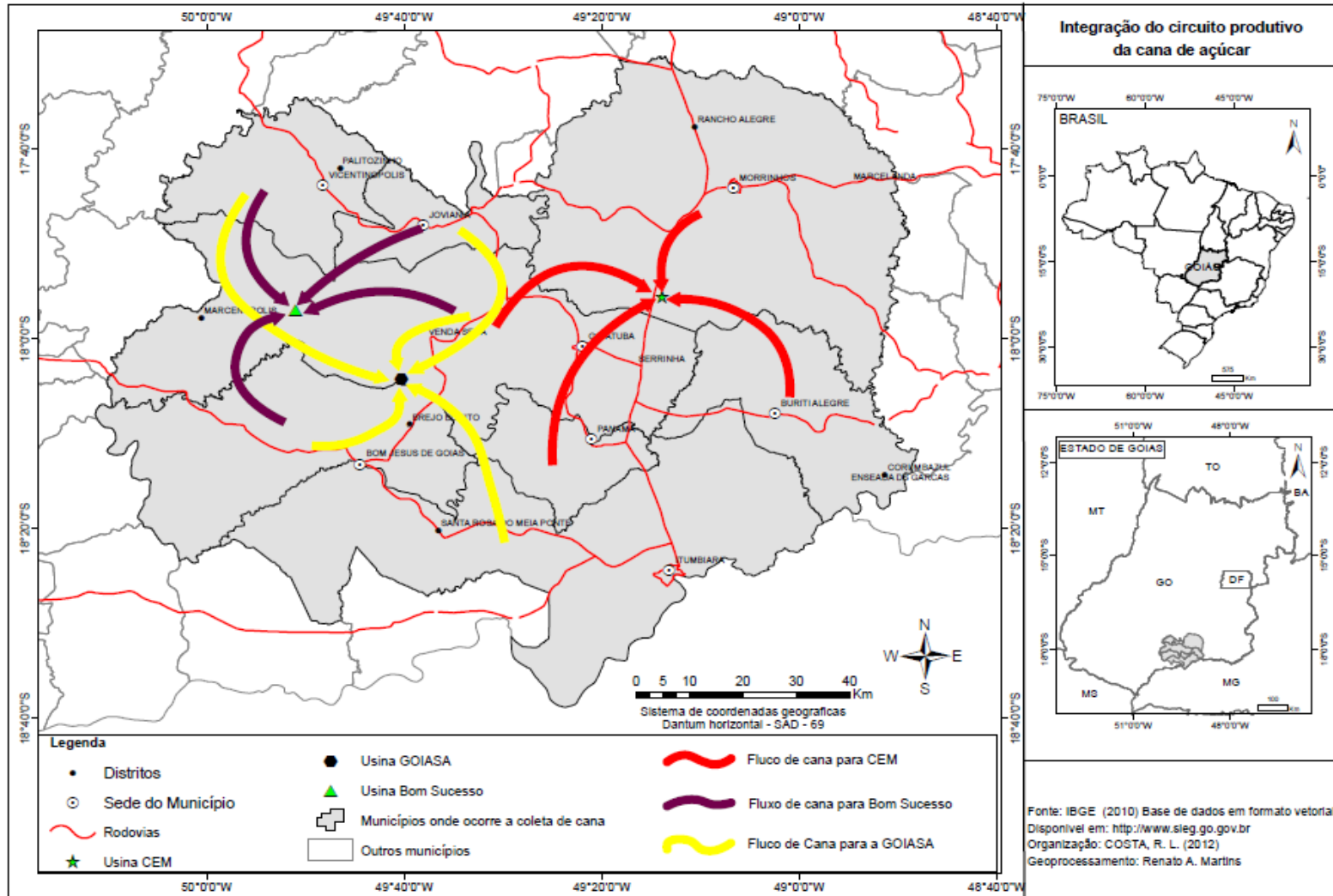
traçados pelos investimentos em capital fixo. O capital incorporado na terra geralmente tem, além disso, um longa vida (demora muitos anos para construir e amortizar a dívida construída para um aeroporto ou um complexo de escritórios). Da mesma forma que o capitalismo persegue persistentemente a velocidade e a redução das barreiras espaciais. (HARVEY, 2011, p. 157).

Ao interpor as reflexões ao contexto do objeto de estudo, isto é, ao setor sucroenergético em Goiatuba (GO), o conceito de rede permite uma melhor compreensão sobre a forma que se articula o setor no município. Considera-se que a implantação de uma agroindústria não é em si sinônimo de produção ou lucro, e sim, um fixo de investimento. Nessa perspectiva, a existência de redes que articulem a lavoura à empresa e, posteriormente, sua mercadoria ao mercado consumidor, representa o fluxo que viabiliza o retorno do investimento feito.

É o complexo industrial, assim, uma unidade de economia que integra ao tempo que se especializa em um só sistema atividades dos setores primário, secundário, terciário e quaternário, levando a divisão territorial do trabalho agroindustrial a ir estruturalmente para além da combinação primário-secundária (agricultura-indústria) da agricultura passada rumo a uma divisão de trabalho de produção estruturada em rede de dimensão e abrangência territorial cada vez mais diversificada e ampla. É esta estrutura em rede que organiza em toda sua extensão o domínio espacial do planalto central agroindustrial. (MOREIRA, 2012, p. 266).

Um complexo agroindustrial como o sucroenergético – aqui representado pelas usinas GOIASA e Bom Sucesso – não pode ser entendido apenas dentro dos limites territoriais dos municípios, uma vez que as empresas consolidam um território que sobrepõe-se aos domínios locais (Mapa 4).

Mapa 4 – Integração do circuito produtivo da cana-de-açúcar em Goiatuba (GO) - 2013



Org.: Costa, R. L. (2013).

Nesse aspecto, o circuito produtivo da cana de açúcar configura redes que inviabilizam o estudo somente a partir da atuação das usinas GOIASA e Bom Sucesso em Goiatuba (GO). Portanto, em face documentos e informações obtidas na pesquisa de campo, decidiu-se por analisar também a usina Central Energética Morrinhos (CEM).

Por inúmeras vezes, nos trabalhos de campo realizados pelas fazendas do município de Goiatuba (GO), era comum a atuação da usina CEM realizando o Corte, Carregamento e o Transbordo da cana-de-açúcar de seus fornecedores (CCT) (Foto 14) e que subsidiou a elaboração do Mapa 4.

Foto 15 – Transporte de cana-de-açúcar de Goiatuba para Morrinhos (GO) em 2013



Autor: Costa, R. L. (2013).

Foto 16 – Produção de Goiatuba (GO) para usina CEM de Morrinhos (GO) em 2013



Autor: Costa, R. L. (2013).

As fotos acima ilustram o nível de articulação existente no setor sucroenergético. O território, caracterizado por relações de poder, articula todo um sistema produtivo, anexando Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO), através de redes concebidas consoante aos interesses dos agentes capitalistas, sejam estes os produtores ou, principalmente, as agroindústrias. Isto ratifica-se nas reflexões de Moreira (2012), nas quais expõe que as redes possuem dimensões territoriais cada vez mais diversificadas e amplas. Nesse sentido, a criação destas sobrepõe limites territoriais de cidades, estados e até países. O alcoolduto exibido abaixo, na figura 2, é outro exemplo em escala nacional que reflete como as redes contribuem para uma maior fluidez de mercadorias e, por conseguinte, de capital.

Figura 2 – Trajeto previsto para construção do alcoolduto – 2013.



Fonte: SEINFRA, (2013).

Destarte, as redes são constituídas de amplitudes cada vez maiores, tanto em sua extensão, quanto em sua influência nas relações de mercado, e também nas relações sociais. É o que tem ocorrido por exemplo entre Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO). “Não basta, pois produzir. É indispensável pôr a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside a circulação, mas é esta que conforma a produção.” (SANTOS, 2012, p. 275). Ademais, esse autor diz que:

Criam-se objetos e lugares destinados a favorecer a fluidez: oleodutos, gasodutos, canais, autopistas, aeroportos, teleportos. Constroem-se edifícios telemáticos, bairros inteligentes, tecnopolos. Esses objetos transmitem valor às atividades que deles se utilizam. Nesse caso, podemos dizer que eles “circulam”. É como se também fossem Fluxos. (SANTOS, 2012, p. 274, grifos do autor).

Não desmerecendo nenhuma outra razão para a constituição de redes, mas convém dizer que o termo fluidez parece ser o mais adequado para a compreensão das múltiplas conexões que se estabelecem entre os elementos constituidores do setor sucroenergético, sejam estes produtores, associações, agroindústrias, mercadorias etc. Assim, a ideia da construção do alcoolduto foi concebida a partir da intenção de propiciar maior fluidez ao transporte do álcool produzido.

Muito semelhante ao oleoduto, o alcoolduto em construção pela Logum logística – empresa derivada do consócio da Petrobras com a Cosan, Copersucar, Odebrecht, Camargo Corrêa e Uniduto – não apresenta apenas redes de tubulação para o transporte do etanol, seu projeto também estabelece um sistema logístico multimodal que buscará reduzir os custos de transporte em mais de 50%.

Em Goiás, inicialmente o projeto prevê sua chegada à cidade de Itumbiara e, posteriormente, as cidades de Quirinópolis e Jataí também serão interligadas ao etanolduto (outra denominação para alcoolduto). “O investimento previsto como o duto para Goiás é de R\$1,5 bilhão. A estimativa foi acrescida em R\$ 300 milhões nos últimos seis meses por conta da atualização dos gastos com mão de obra, material e engenharia.”³⁰

A instalação desses equipamentos busca dotar o espaço de uma forma espacial que serve especificamente ao setor sucroenergético e que fará com que este espaço, como espaço de produção, seja conectado aos espaços de consumo através de uma rede. A territorialização se dá por meio de dotar o território das condições necessárias aos processos produtivos, pois além dos lucros, essas ações vão construindo uma conformação espacial específica, que comparece através da paisagem. Ainda dentro desse processo, a infraestrutura instalada viabiliza a renda diferencial I (OLIVEIRA, 2007), pois essas condições permitem colocar nos circuitos produtivos áreas distantes dos centros consumidores, aumentando a fluidez e reduzindo os custos. (SILVA, 2011, p. 146).

Ao conjunto de reflexões feitas, Inocêncio (2010, p. 152) acrescenta que “o conceito de território permeia a concepção de redes e poder, ou seja, envolve articular a ação de controlar fluxos, de estabelecer e comandar as redes.” As quais, diante do poder exercido pelo setor sucroenergético, contribuem para a consolidação do território, interligando fixos

³⁰ Disponível em < <http://projetos.goias.gov.br>>. Acesso em: 15 de nov. de 2013.

por meio dos fluxos das redes decorrentes. Este contexto também está presente na atuação da usina CEM em Goiatuba (GO), conforme consta na entrevista:

moro em Goiatuba (GO) e atualmente trabalho na usina Central Energética Morrinhos (CEM). Todos os dias pegamos o ônibus e viajamos 23 km até a empresa. Como eu sou motorista de bitem, quando eu chego na usina, eu recebo a ordem de serviço de qual fazenda está sendo a colheita e sigo até o local para realizar o transporte. Nós transportamos cana de diversos municípios, Morrinhos, Buriti Alegre, Panamá e Goiatuba, onde a usina tem cana nós transportamos. Em Goiatuba puxamos geralmente, na fazenda Bandeirante, a viagem é de aproximadamente 70 km da fazenda até a usina. Ao final do turno, eu volto para a usina e depois pego o ônibus de volta para Goiatuba. Se a saída ocorrer tarde da fazenda, aí a troca de turno ocorre na sua cidade com o próximo motorista do caminhão. Aqui em Goiatuba isto ocorre ou perto do parque de exposição agropecuária ou perto do Ginásio de esportes. (Informação verbal, Sr. Sivalcir, outubro de 2013).

As informações obtidas com o senhor Sivalcir (informação verbal, 2013) valida as abordagens feitas por Santos (2012); Moreira (2012); Silva (2011); Inocêncio (2010) e Harvey (2011). Nas perspectivas expostas, as redes são elementos sociais e materiais viabilizadores das territorialidades que se constituem a partir da ação de agentes capitalistas. Estes agentes ligam fixos por meio de fluxos, aumentando a fluidez e possibilitando a conexão entre a fonte geradora de matéria-prima, a unidade agroindustrial e o mercado consumidor, muitas vezes, distantes da origem do produto. A isto, Moreira (2012, p. 57) acrescenta que “[...] para montagem de tal rede a cidade organiza um sistema viário que de imediato se densifica e se ramifica, se espraiando e interligando as porções mais distantes da formação espacial.”

Em conformidade com as reflexões anteriormente feitas, Saquet (2007 apud INOCÊNCIO, 2010, p.153) diz que “[...] a circulação, especialmente, através de estradas, é determinante na organização do espaço, definindo redes que interligam diferentes centros. E essas redes são fundamentais na formação e coesão do território.”

Dessa forma, esta junção territorial, viabilizada pelas redes sociais e materiais, possibilita a ligação reticular entre os elementos viabilizadores do setor sucroenergético instalado em Goiatuba (GO). A proximidade do município ao alcoolduto é um fator que permitirá ao setor escoar sua produção com custo reduzido em mais de 50% e aumentará a fluidez da chegada do etanol ao mercado consumidor, potencializando ainda mais o setor sucroenergético.

Então, esse setor cria articulações entre municípios e estados por meio do poder estabelecido no domínio territorial para viabilizar a reprodução capitalista, a qual, no caso dos

municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO), têm nas estradas o principal elemento das redes que articulam diferentes territórios e possibilitam a produção do espaço através da consolidação do território sucroenergético no município de Goiatuba (GO).

Contudo, a inserção do setor sucroenergético está centrada no tripé terra/capital/trabalho. A terra é o que comporta a produção, o trabalho é o grande agente motivador da produção e também o trabalho é o responsável pela produção do etanol e açúcar produzido.

Nesse contexto, o surgimento das redes é o que possibilita a interlocução entre os três elementos terra/capital/trabalho. Isto é possível em função da rede ser concebida, segundo Santos (2012, p. 262), “em duas grandes matrizes: a material, e uma outra onde é levado em conta o dado social. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração.”

Assim, não sendo uma mera abstração, o social contido na gênese das redes e na centralidade do trabalho termina por ser cooptado pelo capital. Nesse sentido, o trabalhador, motivado pela necessidade de obter os ganhos necessários a manutenção de sua familiar, torna-se o sujeito das transformações espaciais decorrentes da territorialização do setor sucroenergético em Goiatuba (GO). Para tanto, analisam-se na sequência os reflexos desta territorialização, bem como as vantagens e desvantagens do setor para o município.

5.3 Reflexos da territorialização do setor sucroenergético em Goiatuba (GO)

Ao observar o processo de desenvolvimento econômico e social de um país, região ou cidade, não se deve analisá-lo apenas em seu aspecto quantitativo, pois a constituição de um território é permeada por diversas fissuras que atuam como mecanismo de contradição à lógica imposta pelas forças hegemônicas do capital. Nesse sentido, os aspectos qualitativos foram mecanismos essenciais ao processo de compreensão da lógica de atuação do setor sucroenergético em Goiatuba (GO), bem como dos reflexos espaciais decorrentes do setor.

Desta feita, os dados analisados não foram observados em si mesmos, uma vez que buscou-se identificar quais mecanismos contribuíram para que o município de Goiatuba (GO) estivesse entre os quatro maiores produtores de cana-de-açúcar do Estado e quais são os reflexos decorrentes da substituição de outras lavouras pela soja.

O surgimento e a ampliação da área plantada no município goiatubense é resultado da ligação entre o global e o local, posto que a criação dos carros *flex fuel* – carros movidos a etanol e a gasolina – aumentou a demanda por etanol. Segundo dados da

Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), a frota desses veículos só tem aumentado; em 2003 a frota de veículos *flex* era de 39.853, já no ano seguinte 282.706 carros *flex* foram produzidos. Conforme dados da mesma associação, em 2012 foram fabricados 2.303.295 carros movidos a etanol e a gasolina³¹. Como os veículos passaram a ser movidos a dois combustíveis (etanol e gasolina), tendo o etanol preços mais atrativos na maioria do território nacional, estava criada a mola mestra para a ampliação da área plantada de cana-de-açúcar no País (Gráfico 3), visto que é dessa planta que o etanol é extraído com menor custo. Logo, a demanda global por este combustível representou significativas alterações locais devidas à ampliação da área plantada de cana de açúcar. Isto é demonstrado na fala do senhor João (nome fictício, informação verbal)³².

Olha, era radicalmente contra a chegada da cana-de-açúcar no município de Goiatuba, hoje eu sou mais ainda. A cana não traz nada de bom para o município, só gera emprego temporário e vários caminhões arrebentando com nossas estradas. Quem ganha com isso é só os fazendeiros e os usineiros, a prefeitura e o povo só perde. Para que você tenha uma ideia, na época da semente Selecta o município era o terceiro maior arrecadador de ICMS do Estado. Hoje nós já passamos da 38ª posição dos arrecadadores, tudo na cana é subsidiado pelo governo, a prefeitura não recolhe praticamente nada. Vou lhe dar uma informação bem simples, um caminhão carregado com 15.000 mil quilos de soja rende para o município R\$ 1.469,70, um caminhão carregado com a mesma quantidade de cana-de-açúcar vai render para a prefeitura de Goiatuba R\$ 109,00. Agora eu te pergunto, qual vantagem isso traz para o município? (Informação verbal, Sr. João, junho de 2013).

Essas informações foram obtidas através de um funcionário da prefeitura municipal que optou pela não divulgação de seu nome. Os dados evidenciam por qual razão o município passa por um processo de empobrecimento após a implantação da cana-de-açúcar. O senhor João (informação verbal, 2013) ainda acrescenta:

A GOIASA não compra nada no município de Goiatuba. Embora esteja em nosso município, a usina fica mais próxima da cidade de Bom Jesus e por isto realiza mais compras naquela cidade. O meu menino foi trabalhar na GOIASA, a empresa exigiu que a conta para o recebimento fosse aberta em Bom Jesus, apesar dele morar em Goiatuba. Eles só buscam trabalhadores aqui porque lá não tem toda a mão de obra necessária, e tanto a GOIASA como a Bom Sucesso quando precisam fazer grandes compras, utilizam seus escritórios de São Paulo. Vou lhe dar outro exemplo, mesmo a Polenghi sendo bem menor que a GOIASA, ela arrecada para o município de Goiatuba um valor de impostos bem maior. Agora, uma cultura que propiciaria maior arrecadação municipal é o algodão. (Informação verbal, Sr. João, junho de 2013).

³¹ Disponível em <www.anfavea.com.br/anuário> Acesso em: 19 de nov. de 2013

³² O senhor João é funcionário do departamento de arrecadação da prefeitura de Goiatuba (GO).

Como visto, a adesão à chegada da cana de açúcar no município de Goiatuba (GO) está longe de ser uma unanimidade. Os fazendeiros que migraram para o setor dizem ser este uma nova opção de lavoura para o município e que a cana-de-açúcar, além de empregar mais que a soja, apresenta rendimentos bem superiores. Este posicionamento é visto na entrevista feita com o senhor Paulo³³ (informação verbal, 2013).

A cana-de-açúcar veio como a melhor opção para suprir a crise dos produtores de soja. Em 2005 ficamos com uma preocupação muito grande em colocar todos os ovos em uma cesta só, a ferrugem asiática se apresentava como uma doença muito agressiva que destruía a produção de soja. Diante do problema, começamos a fazer o cálculo financeiro do negócio e percebemos que a cana-de-açúcar apresentava uma rentabilidade muito mais alta e tínhamos naquele momento usinas na nossa região se instalando. Hoje temos a certeza que pela rentabilidade que a lavoura traz para o produtor, a cana-de-açúcar veio para ficar no nosso município. (Informação verbal, Sr. Paulo, setembro de 2013).

Observa-se implícita na fala do senhor Paulo (informação verbal, 2013) a sua visão favorável à ampliação e consolidação do plantio de cana-de-açúcar. Como principal condicionante de tal posicionamento, a argumentação respalda-se na renda auferida. Já os que são contrários, como o senhor João, esclarecem, por meio de dados da municipalidade, que a arrecadação municipal só tem perdido com a cana-de-açúcar e que os empregos são gerados não apenas em Goiatuba (GO), mas nas cidades próximas. Embora existam argumentos contrários e favoráveis, algo existe de consenso entre as duas falas: as formas espaciais estão sendo alteradas e novas relações espaciais surgindo.

A criação e recriação de relações de espaço cada vez mais novas para as interações humanas é uma das conquistas mais marcantes do capitalismo. A reorganização drástica da paisagem geográfica, da produção, da distribuição e do consumo não é apenas uma ilustração dramática da tendência do capitalismo para a aniquilação do espaço no decorrer do tempo, mas também implica ataques ferozes de destruição criativa. (HARVEY, 2011, p.157).

Diante da tendência diuturna de acumulação e reprodução do capital, diversas são as transformações espaciais decorrentes da inserção do capital sucroenergético em Goiatuba (GO). A alteração na legislação municipal, o preço dos alugueis, o aumento da inadimplência no comércio e a destruição de casas em fazendas arrendadas para o cultivo da cana-de-açúcar foram algumas das principais transformações identificadas com a territorialização da cana-de-açúcar no município, o qual tem apresentado significativo aumento em sua área plantada (Tabela 2).

³³ O senhor Paulo é produtor de cana-de-açúcar e presidente do sindicato rural de Goiatuba (GO).

Tabela 2 – Evolução do plantio de cana-de-açúcar em Goiatuba (GO), 2003 a 2013

Ano	Soca (a)	Reformada (b)	Expansão (c)	Total (a+b+c)	Em reforma (há)	Total Cultivado (há)
2003	10901	0	0	10901	0	10901
2004	19918	0	0	10918	0	10918
2005	9513	0	6083	15551	1774	17325
2006	14198	1322	2734	18254	1354	19608
2007	14771	1291	4954	21016	3253	24269
2008	16794	3091	6383	26268	2950	29218
2009	22779	2441	3258	28478	2725	31203
2010	25689	2307	2335	30331	2708	33039
2011	27375	2060	3956	33391	2876	36267
2012	27862	2355	5998	36215	5511	41726
2013	30312	5135	6429	41876	6118	47794

Fonte: Canasat. **Org.:** Costa, R. L. (2013).

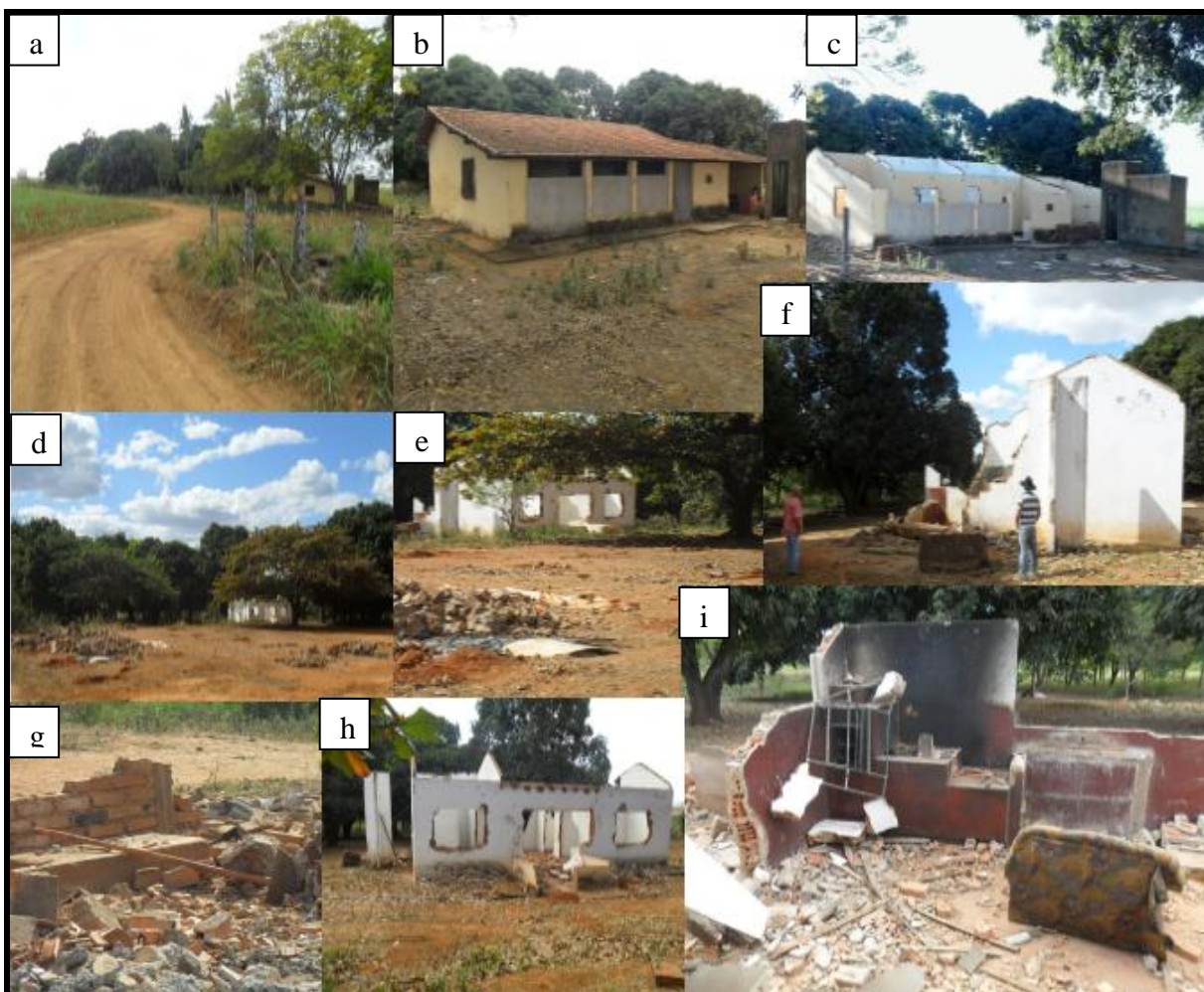
Diversos são os desdobramentos a serem suscitados da tabela acima. Os dados de expansão de área plantada entre os anos de 2003 e 2006 são elementos importantes a serem evidenciados, até mais importantes que os dados do ano de 2013, porque entre os anos de 2003 e 2004 a área plantada de cana-de-açúcar aparece estagnada. Apenas no ano de 2005 a área plantada de cana-de-açúcar obteve um incremento de 6.083 hectares.

A relevante expansão na área plantada foi decorrente da junção de dois fatores: a Ferrugem Asiática, que comprometeu a produção dos agricultores brasileiros em 2004, e a superprodução de soja no mercado internacional ocorrida no mesmo ano. A conjuntura exposta contribuiu de forma significativa para a posterior falência da empresa Semente Selecta.

Como é rotineiro no mercado de commodities, a empresa supracitada havia fechado contratos de compra de soja no mercado futuro, ou seja, firmou um preço a ser pago pela saca de soja antes da safra. No período, os valores ficaram bem abaixo do preço pago pela empresa aos produtores, não houve outra alternativa, a Selecta foi obrigada a cumprir os contratos e entrou em processo de falência.

Nesse sentido, Harvey (2003, p. 149) diz que “[...] a acumulação interminável do capital, produz crises no âmbito da lógica territorial devido a necessidade de criar uma acumulação paralela de poder político militar.” Tempos depois a empresa foi vendida por conta da crise que se instaurou naquele ano no mercado da soja. Atualmente, o que resta do patrimônio da empresa é uma fazenda de 1.900 hectares que não mais é utilizada para o plantio da soja.

Foto 17 – Mosaico da destruição de casas. A: plantação de cana-de-açúcar que ilhou casa e provocou sua destruição; b: casa desocupada para demolição; c: casa em processo de destruição; d: local onde havia o barracão que abrigava os implementos agrícolas; e: 2ª casa destruída na mesma propriedade; f: paredes destruídas para retirada do madeiramento; g: restou apenas a inchada ...; h: esqueleto da casa após destruição; i: fogão a lenha destruído pela ação do capital sucroenergético. Fazenda Selecta, Goiatuba (GO) - 2013



Fonte: Pesquisa de campo (2013). **Autor:** Costa, R. L. (2013).

Novamente faz-se necessário uma análise dos dados da Tabela 2. Após o ano de 2005 houve aumento da produção de cana-de-açúcar. No ano de 2013, mais de 6.429 hectares foram incorporados ao plantio da cana-de-açúcar em Goiatuba (GO).

Os números evidenciados não são um fim em si mesmos, ao contrário disso representam a expulsão de trabalhadores do campo para as cidades a partir dos arrendamentos para o setor sucroenergético. É o caso da fazenda de propriedade da empresa Semente Selecta (Foto 15), esta propriedade foi arrendada para a usina CEM de Morrinhos e os trabalhadores, demitidos, foram morar nas cidades.

Outro aspecto dessa alteração constante se observa na relação entre capital constante e capital variável é aquilo que Marx chama formação de um população trabalhadora adicional relativa, ou seja, de uma população excedente com vistas às necessidades médias de aproveitamento por parte do capital e conseqüentemente, supérflua. A produção dessa reserva sempre disponível de trabalhadores industriais não ocupados (aqui entendidos no seu sentido amplo – incluindo o proletário – e que se encontram sob o comando do capital comercial), produção que constitui a condição para a ampliação súbita da produção em tempos de conjuntura favorável, está suposta como condição específica da acumulação do capital. (LUXEMBURG, 1998, p. 61).

A partir da realidade do município de Goiatuba (GO) e das contribuições de Luxemburg (1998), se apresenta um dos casos mais agudos da ação predatória da inserção do capital sucroenergético: a expulsão dos trabalhadores do campo, a qual reforça esta reserva de trabalhadores urbanos e a destruição das suas antigas habitações rurais. Este fato é salientado nas reflexões de Harvey (2011) ao expor que a reorganização drástica da paisagem resulta em ataques ferozes de destruição, os quais foram cometidos pelos sujeitos inerentes ao setor sucroenergético na fazenda da extinta empresa Semente Selecta.

Embora algumas imagens falem por elas próprias, ante a representatividade de seus significados, algumas considerações não poderiam deixar de ser tecidas sobre a imagem decorrente da consolidação do território sucroenergético. “As ‘imagens’ territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda” (RAFFESTIN, 1993, p. 152, grifo do autor).

Nessa perspectiva, o mosaico de imagens demonstrado na foto 15 representa as contradições intrínsecas à atual política vigente no campo brasileiro, em que o trabalhador rural é expulso do campo e o latifúndio, permeado pela ação contraditória do capital, consolida suas estratégias de reprodução no território local através da ampliação das lavouras de cana-de-açúcar. Assim, “[...] diante da heterogeneidade socioeconômica apresentada pela agricultura local constata-se a existência de realidades distintas submetidas a um mesmo processo de desenvolvimento.” (MENDES, 2005, p. 186).

Expressas nas marcas da paisagem estão as relações de poder evidenciadas por Raffestin (1993), em que o resultado da disputa territorial entre o setor sucroenergético e as lavouras de soja tem sido a desterritorialização da soja em parcelas significativas do município de Goiatuba (GO). Nos locais onde este fenômeno tem ocorrido é conseqüente a destruição das antigas habitações onde residiam os trabalhadores e trabalhadoras do campo

Foto 13. Retoma-se assim as ideias de Mendes (2005) quando ressalta que existem realidades

distintas decorrentes de um mesmo processo de desenvolvimento. A colocação da autora coesiona com as contribuições de Raffestin (1993).

É possível construir uma matriz que justifique esse conjunto estrutural que toma, uma vez exteriorizada, uma infinidade de imagens. É essencial fazer claramente a distinção entre “imagem”, por um lado e estrutura por outro. A imagem sendo a forma assumida pela estrutura manipulada por um sistema de objetivos intencionais e de ações. (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

Logo, em face ao processo de territorialização do setor sucroenergético em Goiatuba (GO), duas realidades são suscitadas: o aumento substancial da área plantada de cana-de-açúcar, agregando áreas que antes pertenciam as lavouras de soja, e a conseqüente saída do trabalhador rural do campo, a qual configura um êxodo rural permeado de significado porque, após o arrendamento da fazenda Selecta, os trabalhadores não eram mais necessários na propriedade.

Chega-se, assim, no Estado de São Paulo e em outros, a uma situação de certo modo oposta ao que vem ocorrendo na Europa industrializada, onde cada vez mais, populações, que permaneceram habitando o campo, passaram a ter atividades urbanas, enquanto no Brasil parte da população, dita urbana, trabalha no campo, compondo um exército de reserva agrícola. (KAYSER, 1972, p. 34).

Em virtude dessa saída do trabalhador do campo, o mais contraditório é que este mesmo trabalhador, em alguns casos já morando na cidade, vai ao campo para realizar funções contrárias às suas ideologias. Isto é o que tem ocorrido com o exército de reserva agrícola decorrente da consolidação do território canavieiro em Goiatuba (GO). O trabalhador, diante da ausência de oportunidade na cidade, é obrigado a trabalhar em caráter temporário para o setor sucroenergético, o qual foi o responsável pela sua saída do campo.

Não havendo moradores nas fazendas ocupadas pela cana-de-açúcar, uma das primeiras medidas que são tomadas é o ordenamento para destruição das casas. Especificamente em relação ao arrendamento da fazenda Selecta de Goiatuba (GO), o proprietário ficou responsável pela retirada das casas, conforme relato:

Como já trabalhei aqui na época da fazenda Selecta, fiquei sabendo que eles estavam querendo vender as taperas da fazenda. Procurei o senhor Piva que era o gerente da fazenda, eu paguei pela casa R\$ 2.400,00. Vou desmontar a casa e com os tijolos, madeiramento, portas e janelas irei construir uma casa para mim na cidade. Lá mais para baixo tem outra tapera que foi vendida, o barracão onde ficavam as máquinas foi vendido para o pesque e pague do Tamiro em Morrinhos. Outra pessoa comprou os restos da casa velha, só que não fizeram o serviço direito, tiraram o que tinha valor e nos tijolos da

parede só mexeram em alguns pontos, depois vão mandar a máquina e tirar o resto. (Informação verbal, Sr. Jair agosto de 2013).

Significativo torna-se o depoimento do senhor Jair (informação verbal, 2013) para a discussão realizada. Pois, o trabalhador que já laborou na fazenda termina ele mesmo, diante da ausência de moradia na cidade, sendo o comprador e o sujeito responsável pela retirada de uma das casas da fazenda. A intencionalidade por trás da retirada das casas é bem clara: expansão do plantio de cana-de-açúcar.

Tratando-se em específico da casa que o Sr. Jair comprou, está localizado em um ponto estratégico, centralizada no meio da área plantada de cana-de-açúcar e sua permanência é vista pela usina como um empecilho que deve ser removido. Nesse sentido, a inexistência desse imóvel é fundamental, consoante aos interesses da usina que arrendou a propriedade, para dar mais agilidade ao processo de colheita, além de permitir que a área do pomar possa ser substituída pela cana-de-açúcar.

Corroboram-se, desse modo, as reflexões de Harvey (2011) sobre os ataques de destruição criativa que reorganizam a paisagem. Fato este exemplificado pela destruição das casas onde residiam alguns trabalhadores da fazenda. A estrutura tinha uma forma e função específica quando a fazenda era um campo de sementes de soja da empresa Selecta e, diante da falência e arrendamento da propriedade rural para lavouras de cana de açúcar, passaram a ter formas e funções antagônicas àquelas exercidas anteriormente.

Se a forma é primeiramente um resultado, ela é também um fato social. Uma vez criada e usada na execução da função que lhe foi designada, a forma frequentemente permanece aguardando o próximo movimento dinâmico da sociedade, quando terá toda probabilidade de ser chamada a cumprir uma nova função. A cada mudança, fruto de novas determinações de parte da sociedade, não se pode voltar atrás pela destruição imediata e completa das formas da determinação precedente. Assim sendo, resta-nos tão somente uma mistura de formas novas e velhas, de estruturas criando novas formas mais adequadas para cumprirem novas funções [...] (SANTOS, 2012, p. 75).

Nesse aspecto, a conceituação realizada por Santos (2012), coesiona teoria e empiria, bem como materializa-se o conceito das formas e funções apresentadas pelo autor. Assim, as formas e funções exercidas pelas casas em diferentes tempos, passaram a serem destruídas por não apresentarem mais as formas e funções necessárias a reprodução do capital sucroenergético. Harvey (2012) observa que:

O processo mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humanos, transforma espaços e acelera o ritmo da vida. Ele gera

problemas se superacumulação para os quais há apenas um número limitado de soluções possíveis. (HARVEY, 2012, p. 307).

Inerente ao processo de territorialização da cana-de-açúcar no município de Goiatuba (GO) estão as relações de poder expressas nos rearranjos espaciais demonstrados nas marcas da paisagem. Fato que representa a saída do trabalhador do campo à medida que avança a área plantada de cana-de-açúcar no município. Entretanto, o que é posto como exemplo de caráter desenvolvimentista nada mais é que o sinônimo de permanência das velhas práticas que recaem há mais de quatro séculos sobre o campo brasileiro.

Quer dizer, trata-se de uma política agrária nacional dependente – nas mais diversas fases do desenvolvimento agrário brasileiro – do mercado internacional, em que a monocultura é posta como eixo desenvolvimentista do campo em favor do latifúndio. Ação que, conforme Harvey (2012), fetichiza e mascara um processo de desenvolvimento desigual da agricultura, que expropria o trabalhador da terra ao passo que reforça as amarras do latifúndio.

Nesse sentido, a transformação espacial no município de Goiatuba (GO) é implementada em um caráter que fetichiza, por meio de uma visão desenvolvimentista e errônea, as reais consequências do avanço predatório, excludente e desterritorializante da monocultura da cana-de-açúcar. A qual, por meio da ação de sujeitos públicos e privados, tem suas ações potencializadas no processo de permanência da monocultura que empobrece o campo brasileiro. Ratificam-se, assim, as reflexões de Santos (2012) quando reforça que, embora novas formas e funções sejam implementadas, o que se estabelece é um misto do velho e do novo.

Todavia, o velho é personificado nas práticas seculares de manutenção da monocultura em razão do latifúndio, e o novo – especificamente no município de Goiatuba (GO) – é inserido nas fazendas do município a partir das lavouras de cana-de-açúcar cada vez mais próximas da cidade que tem alterado as relações de trabalhos. Sendo inclusive identificado novas morfologias de precarização na colheita mecanizada do município. A partir dessas discussões, a seguir, busca-se refletir sobre o posicionamento do poder público e sua interferência na ampliação do setor sucroenergético em Goiatuba (GO) e, por intermédio disso, verificar como o setor absorve a mão de obra disponível na cidade.

5.4 A ação política municipal e a geração de empregos no setor sucroenergético em Goiatuba (GO)

Não ecoa como novidade que a ação do Estado em seus diversos níveis – nacional, estadual, municipal – atua como um dos mais importantes elementos zoneadores do território. Além disso, compreendendo o território como uma instância do espaço, as políticas estatais agem como mecanismos que configuram e reconfiguram o espaço através da ação de atores territoriais permeada por interesses e significados, os quais, não raro, são responsáveis pela produção do espaço geográfico. Nesse sentido, foi o empírico que suscitou a discussão presentemente realizada.

Visto que um dos principais objetivos dessa pesquisa é estabelecer uma compreensão sobre a importância do setor sucroenergético em Goiatuba (GO). Entendeu-se de antemão que os comerciantes deveriam ser ouvidos para verificar como o comércio local é influenciado pela atuação do setor. Naquele momento, do que não se tinha ideia era a influência que a política local exerceu no zoneamento do território canavieiro local.

Diante da necessidade de constatar não apenas o desempenho do comércio local, mas a geração de empregos na cidade, uma entrevista foi marcada com o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), o Sr. Marco Antônio. É nesse momento que o empírico começa a direcionar para a compreensão de que não apenas a CDL deveria ser ouvida, mas também a classe política da cidade, a fim de viabilizar uma análise mais completa da influência do setor sucroenergético no município. Segue relato:

houve uma lei que foi votada na câmara de vereadores em 2011 que mudou as regras para o cultivo de cana-de-açúcar no município de Goiatuba (GO). Tem esta lei na câmara, mas nós somos contra. A lei permite que até 90% da área do município seja ocupada pelas lavouras de cana-de-açúcar. Estamos tentando atuar junto à Câmara para reduzir esta proporção de 90%. Tem que haver uma lei para limitar a área plantada de cana em no máximo 60%. Eu acho que a cana tem que vir porque isto é uma coisa que não tem jeito de segurar, mas tem que existir uma regra. A Câmara dos vereadores deve olhar e reformular uma lei específica sobre esta questão. (Informação verbal, Sr. Marco Antônio, agosto de 2013).

As informações prestadas pelo presidente do CDL, Sr. Marco Antônio (informação verbal, 2013), não são apenas um fato, mais do que isso, são carregadas de significados que representam a força do capital sucroenergético atuando sobre a municipalidade. Ademais, estas ações permitem reconfigurar o território de acordo com as necessidades de um setor da agroindústria, sem qualquer tipo de estudo sobre a viabilidade econômica e social da ampliação da área plantada de cana-de-açúcar em Goiatuba (GO).

Cabe ressaltar que não é segredo para ninguém, menos ainda para os legisladores municipais, que a liberação para plantio de 90% da área de um município significa ficar

completamente refém do desempenho econômico das lavouras de cana-de-açúcar. Há, ainda, o aspecto social que torna a população dependente de um setor cuja empregabilidade ocorre em maior proporção nos períodos de safra. O que se pode inferir de uma ação política como a tomada pela câmara municipal de Goiatuba (GO) é que sua ação ocorreu em caráter unilateral, representando o poder de apenas um único segmento econômico. Nesse sentido, Raffestin (1993) contribui ao dizer que

cada organização procura reforçar sua posição obtendo trunfos suplementares, de tal modo que possa pesar mais que outras na competição: ‘o poder (político) aparece, em consequência, como um produto de competição e como um meio de contê-la’. Obter trunfos suplementares não significa, de modo algum, ‘possuí-los’ ou ‘dominá-los’. Simplesmente pode se tratar de exercer um controle que permita prever, ter acesso, neutralizar. (RAFFESTIN, 1993, p. 53, grifos do autor).

Pertinente torna-se analisar o projeto de lei nº 2.674/11 de 12 de setembro de 2011. O qual representa os trunfos suplementares que dispõe os agentes capitalistas no processo de reconfiguração espacial. Quando o Sr. Marco Antônio salienta que a CDL é contra a presente legislação o faz por entender o aspecto dual implícito na ampliação exacerbada do plantio de cana-de-açúcar. Nesse ínterim, Raffestin (1993) esclarece que o poder político atua como trunfo suplementar no processo de competição. O qual, em Goiatuba (GO), por meio da ação política, tem representado a vitória do território sucroenergético sobre outros territórios como o da soja, o do arroz e das demais lavouras.

No que tange ao exposto, o projeto de lei, presente no anexo B, foi consultado para verificar sua totalidade e a possível existência de uma legislação anterior a este. Inicialmente, a primeira constatação sobre o projeto de lei de nº 2.674/11 de 12 de setembro de 2011 mostra que a lei revoga uma legislação anterior, projeto de lei nº 2.493/07 de 17 de dezembro de 2007, que dispunha sobre a limitação da área plantada para as lavouras da cana-de-açúcar e demais providências.

O projeto supracitado, traz determinações sobre as lavouras de cana-de-açúcar no município. Seguem os artigos de lei que foram posteriormente modificados:

Art. 1º - Por força da presente lei fica limitada a área destinada ao cultivo de lavouras de cana-de-açúcar em, no máximo, 10% (dez por cento) para o agricultor que comercializar seu produto em sinas de outro município e 40% (quarenta por cento) para o agricultor que comercializar seu produto em usinas do município de Goiatuba (GO).

Art. 2º - As lavouras de cana-de-açúcar deverão resguardar um distância mínima de pelo menos 10km (dez quilômetros) de raio da sede do município.

Art. 3º - No caso de infração aos artigos 1º e 2º fica estabelecida a multa de 10.000 (dez mil) Unidades Fiscais do município de Goiatuba (GO) por dia, até que se cesse a irregularidade, ao agricultor proprietário, ou agriculto arrendatário, ou associação, ou cooperativa, ou empresa, responsável pela área de cultivo da cana-de-açúcar que plantaram por último e excederem ao limite permitido. (GOIATUBA, 2007, p. 1).

Como mencionado, o projeto de lei nº 2.493/07 de 17 de dezembro de 2007 consta em sua totalidade anexo ao final do trabalho. No anexo B estão presentes outros três artigos que versam sobre fiscalização e destinação do dinheiro arrecadado com a aplicação das multas. Mas o projeto de lei mencionado foi revogado pelo projeto de lei de nº 2.674/11 de 12 de setembro de 2011, que está em vigor no município. Este dispõe a alteração de dispositivos da lei 2.493/07 de dezembro de 2007 com as seguintes alterações.

Art. 1º - Por força da presente lei fica limitada a área destinada ao cultivo de lavouras de cana-de-açúcar, no máximo de 90% (noventa por cento).

Art. 2º - As lavouras de cana-de-açúcar deverão resguardar uma distância mínima de pelo menos 3km (três quilômetros) de raio da sede do município.

PARÁGRAFO ÚNICO – As queimadas deverão respeitar um raio de 10km (dez quilômetros) do perímetro urbano.

Art. 3º - No caso de infração aos artigos 1º e 2º fica estabelecida a multa de 1.000 (mil) unidades Fiscais do Município por dia, até que se cesse a irregularidade, ao agricultor proprietário, ou agricultor arrendatário, ou associação, ou cooperativa ou empresa, responsável pelas áreas de cultivo de cana-de-açúcar plantadas por último e que excederam o limite permitido. (GOIATUBA, 2011).

Diferenças são expressas entre o conteúdo do primeiro ato legislativo e o segundo. Entretanto, a alteração na legislação não se coloca como um fim em si mesma. Essas reverberaram no processo de produção do espaço geográfico em sua multiplicidade. As reflexões de Harvey (2006) contribuem para compreensão dessas diferenças.

Mas as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográficos. Elas estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e sociológicos que ocorrem no momento presente. Tem tanta importância considerar de que modo as diferenças geográficas estão sendo produzidas no aqui e agora quanto recorrer a matérias-primas histórico-geográficas que nos vieram de outros ciclos de atividade. (HARVEY, 2006, p. 111).

Diante da prática legislativa da câmara municipal, pode-se observar uma considerável alteração na lei de nº 2.493/07 de 17 de dezembro de 2007. Principalmente em seus artigos 1º, 2º e 3º, que foram substituídos pela lei municipal nº 2.674/11 de 12 de setembro de 2011 (Anexo C). Infere-se uma diferenciação na conduta legislativa municipal,

ou seja, as razões pelas quais o primeiro ato legislativo foi elaborado já não eram as motivações que pautaram o segundo.

Nesse aspecto, Harvey (2011) pondera os processos políticos e econômicos são responsáveis pela geração das diferenças, não apenas em seu aspecto político, mas em seu caráter geográfico – como resultado das ações políticas – materializadas no espaço representando a força do território sucroenergético. Assim, este setor acaba por exercer influência nas ações políticas de um município como o de Goiatuba (GO). Nesse sentido, as corporações influenciam as ações do Estado no processo de configuração territorial, como expõe Harvey (2004).

É nesse ponto que a política territorializada do Estado e do império retorna para reivindicar um papel chave no contínuo drama da acumulação do capital e da sobreacumulação intermináveis. Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajosas para os interesses capitalistas dominantes que trabalham nesse âmbito. (HARVEY, 2004, p. 111).

Os fatos mencionados, aliados a contribuição de Harvey (2004), reforçam que analisar a problemática que envolve o setor sucroenergético em Goiatuba (GO), sem a participação incisiva de uma política de Estado, é no mínimo realizar uma análise superficial. Isto porque a própria legislação municipal foi alterada para atender às necessidades do território sucroenergético na apropriação de terras.

No que se refere à legislação vigente, em momento algum demonstra-se preocupação com outros setores produtivos da cidade. Ao que parece, pelo olhar dos integrantes da câmara municipal, o setor sucroenergético é a atividade produtiva que deve ser privilegiada.

No artigo 1º da lei 2.674/11 consta a liberação para que a cana-de-açúcar possa ocupar 90% do território municipal. A cidade de Rio Verde (GO), diante da envergadura dos malefícios causados pela cana-de-açúcar e por entender que o setor prejudicaria a agroindústria instalada no município, tomou medida oposta, legislando para impedir que o município passasse por um processo de territorialização desta cultura.

O despautério do ato legislativo não se limitou às mudanças no artigo 1º, pois no artigo 2º a legislação reduz a distância da área plantada no município de 10km (dez quilômetros) para 3km (três quilômetros) de raio de distância da sede do município. A Foto 4, na qual a cidade de Goiatuba (GO) pode ser vista ao fundo, retrata o resultado do ato legislativo. Em 2013 a usina Central Energética Morrinhos (CEM) arrendou a área e realizou

o plantio de cana-de-açúcar nas imediações da cidade. Comprova-se, então, que o Estado orquestra arranjos e por eles viabilizam a acumulação do capital, como afirma Harvey (2004). Nesse sentido, a câmara de vereadores, um dos braços de atuação do Estado, legislou favorecendo um setor da economia e desconsiderou outros setores e demais atividades produtivas.

O ato legislativo não se resumiu às alterações dos artigos 1º e 2º. No artigo 3º as alterações diminuem as multas sobre aqueles que não respeitarem a legislação vigente. Quer dizer, em vez de 10.000 módulos fiscais de multa repassada à secretaria de Meio Ambiente de Goiatuba (GO), para recuperar e gerir áreas degradadas pela cana-de-açúcar, a legislação estabeleceu 1.000 módulos fiscais. A pergunta que se faz é: o que o município ganha em diminuir as multas para aqueles que desobedecerem a legislação vigente? As razões que motivaram a mudança na legislação é no mínimo curiosa, tendo em vista que, por meio do novo projeto de lei, o município abriu mão de considerável parcela das multas que seriam aplicadas.

Assim, direta ou indiretamente, as evidências comprovam que o poder público tem influenciado para a territorialização do setor sucroenergético em Goiatuba (GO), legitimando as ações sob o discurso dominante de que o setor representa o desenvolvimento. Dessa forma, outra pergunta surge: crescimento econômico a qual preço social e para quais sujeitos? Questiona-se isto porque as classes minoritárias parecem menos favorecidas em virtude do caráter safrista do setor sucroenergético, o qual dispensa funcionários ou reduz salários sob a alegação de manutenção dos mesmos.

Benefícios existem, como demonstrado, mas geralmente a favor dos latifundiários, que querem aumentar a área plantada com cana-de-açúcar, e para as usinas que, além de contarem com vultuosas somas de capital visando subsidiar suas atividades, contam com mais cana-de-açúcar para processar e potencializar seus lucros. Como é possível observar a seguir³⁴, estes lucros não se confirmam na proporção dos capitais gerados pelos agentes capitalistas com o plantio da cana-de-açúcar.

Eu não sou muito a favor da cana-de-açúcar. É bom, mas gera muitos problemas sociais. Se for analisar, um área de 1.000 hectares de cana vai gerar pouco mais de 12 empregos, é muita terra e pouco emprego. Agora essa mesma quantidade de terras nas mãos de pequenos produtores vai gerar mais de 50 empregos, além de deixar o povo na terra. O lucro é mais para as usinas de cana, para a cidade os benefícios são mínimos. Creio que pode ser viável a cana, mas no máximo até 50 % do território, mais do que isso é um

³⁴ As informações prestadas pelo presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Goiatuba (CDL), corroboram na discussão feita

absurdo. A cidade tem que industrializar, ter uma faculdade bem forte e empresas de meio porte, agora depender só de cana é muito complicado. (Informação verbal, Sr. Marco Antônio, agosto de 2013).

As contribuições feitas por Marco (informação verbal, 2013) retratam as constatações de quem é chacareiro e também comerciante local. Assim, o presidente do CDL acrescenta:

Temos uma chácara localizada a 10km (dez quilômetros) de Goiatuba, nós tínhamos vários vizinhos próximos, veio um senhor e comprou tudo. Mais ou menos quarenta pessoas foram para cidade e a cana não absorve todo esse pessoal e parte acaba ficando desempregado para o comércio, nós da CDL não temos dados expressivos que demonstram esses benefícios que a cana traz. Identificamos muito o aumento da inadimplência no comércio. Sobre as pessoas de fora, recomendamos para os nossos lojistas venderem mais à vista ou no cartão. É comum o pessoal comprar no comércio a prazo e no final da safra ir embora sem pagar. (Informação verbal, Sr. Marco Antônio, agosto de 2013).

Assim, direta ou indiretamente, as evidências comprovam que o poder público tem influenciado para territorialização do setor sucroenergético em Goiatuba (GO). O discurso dominante para legitimar as ações tomadas é que o setor representa o desenvolvimento. Outra pergunta surge: Desenvolvimento em qual aspecto e para quais sujeitos? Isso porque, as classes minoritárias parecem ser as menos favorecidas, em virtude do caráter safrista do setor sucroenergético, que dispensa funcionários ou reduz salários sob a alegação de manutenção de salários.

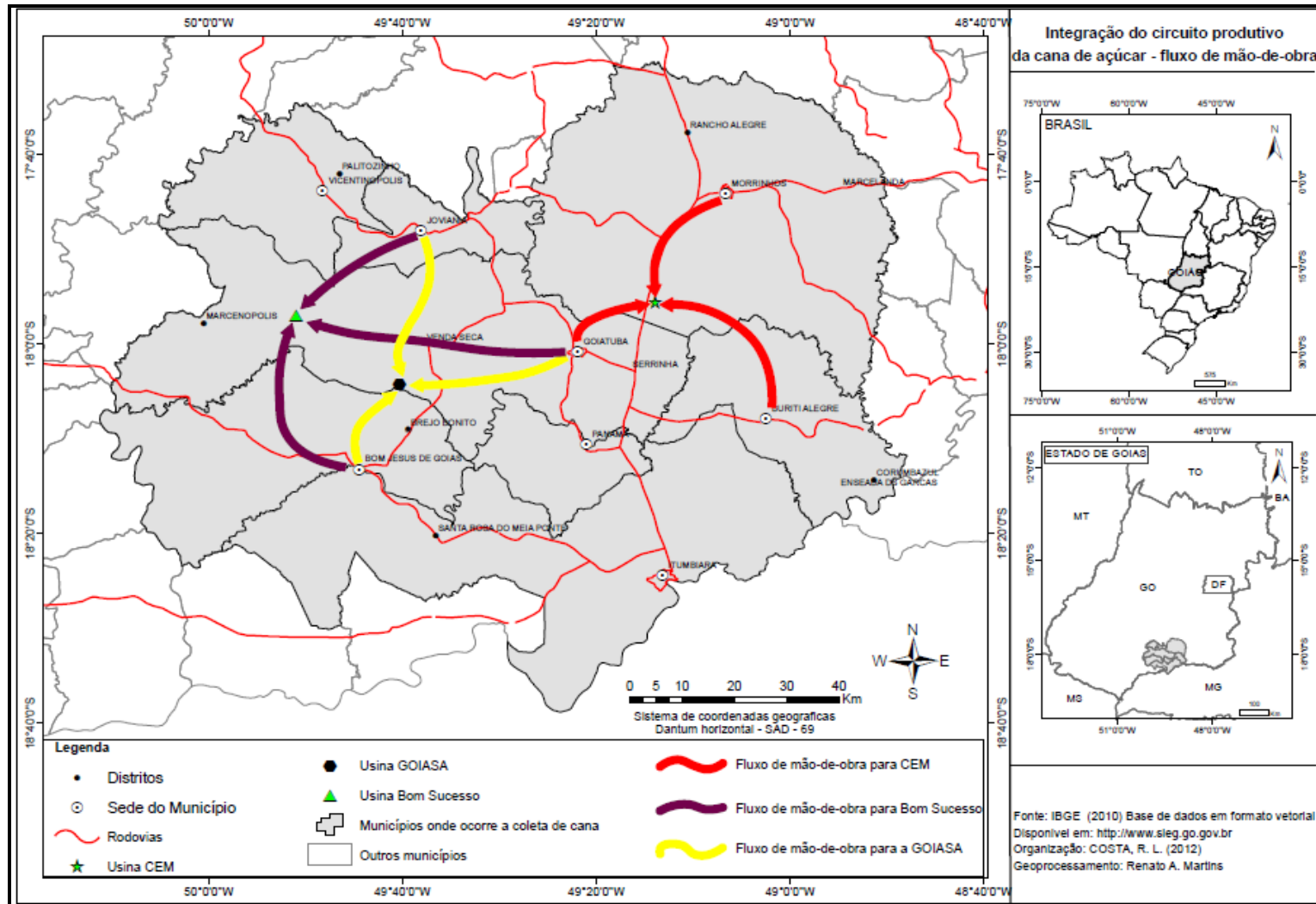
Benefícios existem, como já demonstrados, mas em geral para os latifundiários, que buscam aumentar a área plantada de cana-de-açúcar, bem como para as usinas que além de contar com vultuosas somas de capital para subsidiar suas atividades, contam com mais cana de açúcar para processar e potencializar seus lucros. Os quais, como observou-se posteriormente nas informações prestadas pelo presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Goiatuba (CDL), não se confirmam na proporção dos capitais gerados pelos agentes capitalistas com o plantio da cana de açúcar.

Logo, o processo de territorialização do setor sucroenergético tem ocorrido pela ação de diversos sujeitos, dentre ele os atores políticos, que articulam inclusive a legislação municipal para favorecer a prática da monocultura com o discurso que as usinas são importantes geradoras de emprego para o município. Uma vez inserida, os pequenos proprietários acabam sendo expulsos para maximizar o plantio de cana de açúcar no território goiatubense e se tornam mão de obra excedente na cidade.

Nesse aspecto, a ação política de beneficiar o setor sucroenergético se traduz em principal agente criador do desemprego para população local. Por outro lado, cria oferta de emprego para trabalhadores de outras localidades em condições, ainda, mais precárias. Logo, buscou-se ouvir um universo de 40 pessoas, dentre gestores, trabalhadores/e ou comerciantes envolvidos no setor sucroenergético para traçar um panorama sobre o perfil da geração de empregos do setor.

Mormente ao exposto, as primeiras pesquisas exploratórias de campo evidenciavam o equívoco em buscar compreender a geração de empregos para Goiatuba apenas com foco nas usinas Bom Sucesso e GOIASA seria um equívoco. Assim, as usinas Central Energética Morrinhos e a Britney do Petróleo também entraram na análise (Mapa 5).

Mapa 5 – Integração do circuito produtivo da cana-de-açúcar: fluxo de mão-de-obra em 2013.



Org.: Costa, R. L. (2013).

Nas abordagens feitas com os trabalhadores, era comum encontrar grupos que aguardavam os ônibus das usinas CEM, Bom Sucesso, Goiás. No auge da safra do setor, até a Britney do Petroleum (BP), localizada na cidade de Itumbiara (GO), absorve a mão de obra excedente em Goiatuba (GO), cerca de oitenta funcionários. Veja trajeto no mapa 5.

Referindo-se sobre a usina CEM, 33% (trinta e três por cento) de seus 1.300 trabalhadores são de Goiatuba (GO), a empresa emprega na cidade cerca de 400 funcionários no período da safra. Os dados são bem significativos, por meio da articulação territorial feita pela usina, a empresa alavanca funcionários vindos de outra cidade como Goiatuba (GO). A proporcionalidade de trabalhadores que a usina Bom Sucesso utiliza do município em que reside é semelhante à proporção utilizada pela usina CEM 67%. Porém, a Bom Sucesso absorve um pouco mais, cerca de 80% (oitenta por cento) de seus funcionários são de Goiatuba (GO), o que demonstrou a entrevista feita com o senhor Fernando (nome fictício, Informação verbal, 2013).

Hoje a usina Bom Sucesso tem cerca de 650 funcionários, perto de outras usinas como a Goiás, é considerada uma usina pequena. Sou do estado de Alagoas, quando eu tinha 18 anos eu saí de casa e fui para Minas Gerais trabalhar. Lá fiquei sabendo que esta região estava precisando de gente para operar a moenda, que é a minha função. Quando cheguei aqui, fiz a entrevista, passei e estou na empresa já a 2, 5 anos (dois anos e meio). (Informação verbal, Sr. Fernando, novembro de 2013).

A entrevista com Sr. Fernando (Informação verbal, 2013) não se resumiu às questões anteriormente esclarecidas.

A maioria do pessoal que trabalha na usina mora em Goiatuba, inclusive o pessoal que é safrista. Esses moram em quitinetes na cidade, quando acaba a safra, mandamos eles embora de volta para os seus estados de origem. Geralmente são pessoas do estado de Alagoas, Pernambuco e Bahia. Os que já vêm com capacitação geralmente permanecem. 60% (sessenta por cento) dos cargos de comando dentro da usina são pessoas de outros estados. O pessoal da região geralmente trabalha em áreas com menor responsabilidade, como motorista, tratorista, operador de trasbordo, e operador de colheitadeira. Para que vem de fora, parece que o pessoal daqui não gosta muito de trabalhar em usina. O serviço no Nordeste é mais pesado, trabalhar em usina é visto como um trabalho mais fácil, o difícil para vocês é o fácil para nós. Mais ou menos 70% a 80% do pessoal que trabalha na usina Bom Sucesso é gente que vem de fora e passa a morar aqui. Eu já estou em Goiatuba (GO) a 2,5anos (dois anos e meio), agora acabando a safra, vou tirar minhas férias para buscar minha mãe que ainda está no estado de Alagoas, a vida naquela região é muito difícil. Aqui, para o Nordestino é mais fácil de melhorar de vida. (Informação verbal, Sr. Fernando, novembro de 2013).

O depoimento do senhor Fernando (Informação verbal, 2013) ratifica o que é uma tradição no setor sucroenergético, o trabalhador migrante que vem dos estados mais pobres da

federação como Alagoas, estado de origem de nosso entrevistado. Ressalta-se que ele é apenas uma parcela dos trabalhadores que são os grandes responsáveis pelo crescimento desse setor. O entrevistado conclui dizendo:

nos cargos de responsabilidade, o salário mais baixo é o meu, ganho R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), líquido dá mais ou menos R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais). O salário vai subindo para os outros cargos 4, 6, 8, 12, até R\$ 16.000,00 mil existe de salário na empresa, geralmente gestor da áreas agrícola. Comigo trabalham mais ou menos 40 (quarenta pessoas) sob a minha responsabilidade. Geralmente pessoas com cargos de maior qualificação não vão embora. Na moenda, local que trabalho, vou dispensar 10% (dez por cento) das pessoas, são os nós cegos, pessoas que não querem trabalhar e só ficam enrolando. Agora na parte industrial, quem sabe trabalhar não é mandado embora não. (Informação verbal, Sr. Fernando, novembro de 2013).

A realidade tratada evidencia o poder que o capital possui de atribuir a culpa ao próprio trabalhador pela sua demissão. Segundo Wof (2010 apud SOUZA, 2012, p. 122) “o advento da mundialização do capital e a reestruturação produtiva estabeleceu um novo perfil de trabalhador e concomitantemente, outra forma de dominação do trabalho pelo capital. Em sua versão mais moderna, o capital apropria-se da dimensão cognitiva do trabalhador.”

Em momento algum é dito sobre a existência ou não de medidas tomadas pelas usinas para manter seus colaboradores. Até porque, este não é o principal objetivo da usina. Ao contrário, buscam contar com um excedente de mão de obra menos qualificada, para a partir dela, retirar a mais valia de seu trabalhador. Nesse sentido, o capital transcende o seu aspecto material, e acaba por alcançar o aspecto cognitivo do trabalhador que traz para si a responsabilidade por qualquer insucesso profissional.

Ainda com base na geração de empregos pela usina Bom Sucesso, uma funcionária da área de Recursos Humanos da empresa, que não quis se identificar (cujo nome fictício é Maristela) – fato comum, nenhuma empresa quis se pronunciar formalmente, assim optou-se pela informação informal:

hoje a empresa está em processo de expansão, a planta fabril que temos é a mais básica, o que nos permitirá ampliar consideravelmente a produção. Atualmente a empresa conta com 650 funcionários (seiscentos e cinquenta funcionários) desse total, em torno de 450 funcionários (quatrocentos e cinquenta) são de Goiatuba (GO). O restante é de cidades mais próximas como Joviânia (GO) e Bom Jesus (GO). (Informação verbal, Sra. Maristela, outubro de 2013).

A lógica inerente à absorção de mão-de-obra se repete não apenas nas usinas CEM e Bom Sucesso, em entrevista realizada com um funcionário do departamento de Recursos

Humanos da GOIASA, isso também se repetiu. Porém, no caso inverso da CEM (Informação verbal, Sr. Jorge, 2013).

A Goiasa é uma das maiores usinas da nossa região. A empresa atua na geração de energia elétrica, etanol e cana-de-açúcar. O que mais vai ser produzido depende muito do preço que cada produto está alcançando no mercado. São mais ou menos 2.600 funcionários (dois mil e seiscentos) que são empregados. Uma parte considerável desses trabalhadores vem de Bom Jesus e das fazendas da região. São locais que nos ajudam a completar a mão de obra que Goiatuba não dispõe. (Informação verbal, Sr. Jorge, dezembro de 2013).

Segundo as informações prestadas, a empresa que mais gera postos de trabalho para região é a usina Goiasa. O que o Sr. Jorge (Informação verbal, 2013) não disse e que posteriormente pode-se verificar, embora a usina não reconheça, é a prioridade dada a contratação de funcionários que morem em Bom Jesus (GO) por estar mais próxima do respectivo município. O mesmo fato ocorre com a usina CEM de Morrinhos (GO) que fica mais próxima de Goiatuba (GO), e por isto contrata trabalhadores desta cidade.

O que diferencia o perfil de contratação entre as usinas CEM e GOIASA, é o fato de a Central Energética Morrinhos ter se comprometido em absorver a maior parte da mão de obra do município de origem, Morrinhos (GO). De maneira informal, os trabalhadores que não quiseram dar entrevistas, disseram que é comum a Goiasa condicionar a contratação do trabalhador a residir em Bom Jesus.

Outra empresa que, no período da safra, absorveu mão-de-obra em Goiatuba, foi a usina BP, localizada em Itumbiara. Como a empresa possui áreas plantadas com cana-de-açúcar na cidade do Panamá (GO), e estando mais próxima de Goiatuba (GO), a usina contratou temporariamente alguns funcionários. Os quais, por meio da aviação Paranaíba de Itumbiara, são transportados de Goiatuba até a área utilizada pela usina, no município de Panamá (GO).

Ainda no contexto da geração de empregos no setor sucroenergético em Goiatuba (GO), uma das maiores surpresas estava ainda por se apresentar. Refere-se à Associação de Fornecedores de Cana (AFC) de Goiatuba. Como em Goiatuba a maior parcela dos produtores de cana de açúcar são fornecedores e não arrendatários³⁵, senhor Paulo (Informação verbal, 2013).

Como a cultura da cana-de-açúcar é uma atividade que a safra é de entorno de 210 dias, rodando 24 horas, e por meio da obediência da legislação

³⁵ Fato ratificado na entrevista do presidente do Sindicato Rural de Goiatuba e membro da AFC de Goiatuba (GO), Sr. Paulo.

trabalhista que é de 8 horas, temos percebido que o número de trabalhadores aumentou bastante, e melhorou também a capacitação desse trabalhador. Estamos realizando um trabalho no sindicato rural, junto aos produtores rurais para que pelo menos 50% da cana processada nas usinas sejam de fornecedores. Isto porque, a rentabilidade é bem superior ao arrendamento e faz com que a renda seja distribuída no município e não fique apenas concentrada no grupo proprietário da usina. Então estamos fazendo um trabalho muito forte, a nossa associação (AFC) já coloca 80% da cana processada na usina Bom Sucesso, sendo de Fornecedores. E não queremos deixar este percentual cair de 70%. Estamos trabalhando com os fornecedores de outras usinas e com as próprias usinas também, para aumentar essa quantidade de cana oriunda dos fornecedores. Porque quando o fornecedor de cana precisar comprar uma peça, ou comprar algo para a fazenda, ou contratar funcionários, ele vai fazer é na sua cidade. Ele compra no município e isso fomenta a atividade econômica local. Enriquece estas cidades onde o fornecedor é o principal participante da produção de cana de açúcar para as usinas. (Informação verbal, Sr. Paulo, setembro de 2013).

A associação realiza um importante trabalho junto aos produtores rurais do município, instruindo sobre a importância de priorizar o fornecimento de cana de açúcar e não o arrendamento. Entretanto, o trabalhador empregado na associação reside nas cidades mais próximas das fazendas onde a produção será extraída para abastecer a usina Bom Sucesso (Gráfico 8).

Gráfico 9 – Quantitativo de trabalhadores empregados na AFC de Goiatuba (GO) no ano de 2013



Fonte: AFC – Empregos gerados pela associação. **Org.:** Costa, R. L. (2013)

Diante dos dados demonstrados no Gráfico 8, algo inicialmente parece desconexo. A cidade que sedia a Associação de Fornecedores de Cana AFC, é justamente a cidade que menos tem seus trabalhadores empregados. Por meio das pesquisas de campo realizadas, pode-se compreender melhor esse fato aliado as reflexões de Moreira (2012).

O capitalismo emerge através de uma configuração espacial que integra, ao tempo que fragmenta, o espaço do planeta de modo a atender a duas necessidades: de um lado a formatação de uma divisão territorial internacional integrada do trabalho e das trocas e de outro a formatação do Estado-nação. Isto conduz a uma constituição espacial em tudo contraditória. (MOREIRA, 2012, p. 324).

Faz parte da essência do capitalismo integrar e articular o que for necessário para promover a reprodução capitalista. Sendo a Bom Sucesso uma empresa pertencente a uma companhia inglesa do grupo Vital Renewable Energy Company (VREC). O que se tem materializado em Goiatuba (GO) é decorrente da divisão territorial do trabalho que integra espaços como forma de estabelecer as trocas comerciais (Informação verbal, Sr. Adilson 2013).

Atualmente o que a empresa mais tem produzido é o etanol por conta do preço de mercado. Cerca de 40% (quarenta por cento) da produção é de açúcar para exportação, apenas uma pequena parte fica no país. Mas o etanol é que tem sido o nosso forte. Uma parte considerável é para o consumo nacional e a outra é para o consumo internacional. Trabalho na usina, mas a todo momento temos contato com os funcionários da associação, pois eles é que fazem a entrega da cana na esteira da usina. Tem pessoas de todos os lugares, Joviânia, Vicentinópolis, Bom Jesus e Goiatuba. Geralmente contratam as pessoas que moram nas cidades que ficam mais próximas das usinas, porque facilita na troca de turno dos funcionários e também no transporte. (Informação verbal, Sr. Adilson, dezembro de 2013).

Articulam-se teoria e empiria como mecanismo facilitador da compreensão do que há por trás dos números de empregos gerados pela AFC. As fazendas de propriedade dos membros da associação ficam mais próximas de Vicentinópolis (GO), Bom Jesus (GO), Joviânia (GO).

Quando se observa os números da cidade de Vicentinópolis (GO), é a cidade em que a Associação dos Fornecedores de Cana de Açúcar da usina Bom Sucesso de Goiatuba (GO) mais gera empregos. Isto porque, somente o Sr. ACC (iniciais do proprietário) em seus mais de 3.724 hectares de cana de açúcar e 4.356 hectares de soja empregou na cidade de Vicentinópolis (GO), cerca de 201 (duzentos e um) funcionários no ano de 2013. Segundo fontes consultadas funcionários da AFC, no próximo ano, o senhor ACC vai priorizar a produção de cana-de-açúcar. Em razão dos rendimentos obtidos, a cana de açúcar vai ocupar a

maior parte de seus mais de 8.000 hectares. Fato que reforça a cana de açúcar como uma das lavouras que representam o latifúndio.

Nesse sentido, embora a associação esteja situada em Goiatuba (GO) e a maior parte de seus membros resida na mesma cidade, parte considerável das fazendas ficam mais próximas às cidades mencionadas, que por sua vez, estão mais próximas territorialmente da usina Bom Sucesso. Sendo a redução de custos e o aumento da renda das fazendas um dos maiores objetivos dos produtores, este fator ajuda a compreender as localidades onde são gerados os empregos da AFC. Veja os valores aproximados de geração de empregos do setor sucroenergético no município de Goiatuba (GO) (Gráfico 9).

Gráfico 10 – Empregos gerados pelo setor sucroenergético de Goiatuba (GO) no ano de 2013



Fonte: Informação verbal. **Org.:** Costa, R. L. (2013).

* Ressalta-se que os valores são aproximados e obtidos por meio de fontes orais, porque as empresas não disponibilizaram informações.

Analisando a geração de empregos do setor sucroenergético na cidade de Goiatuba (GO), as empresas Goiasa, CEM, Bom Sucesso e AFC são as grandes geradoras de empregos do setor. Nesse sentido, estabelecendo um comparativo com a ausência de um parque industrial na cidade – haja vista o distrito agroindustrial de Goiatuba que não possui nenhuma empresa – o setor tem sua parcela de importância na geração de empregos na cidade. Mas segundo a Câmara de Dirigentes Lojistas de Goiatuba (GO), o setor não tem trazido grandes incrementos financeiros para o comércio local.

Olha, o comércio de Goiatuba sempre sobreviveu sem as usinas, os salários que elas pagam quando comparado com os das empresas de Itumbiara é muito baixo. Lutamos aqui para melhorar o comércio da cidade, sou comerciante a 25 (vinte e cinco) anos. O nosso comércio sempre foi abrangente, um comércio forte em que a população encontra na própria cidade tudo que ela necessita. A melhoria foi muito pequena. Quando você olha o desempenho comercial antes da chegada das usinas e observa agora, continua quase da mesma forma. Até porque, boa parte do pessoal é mandado embora após a safra, os que não são, nesse período têm seus salários reduzidos. (Informação verbal, Sr. Marco Antônio, agosto de 2013).

Por meio das constatações (Gráfico 08; informação verbal, Sr. Marco Antônio, 2013), a territorialização do setor sucroenergético em Goiatuba (GO) não tem representado grandes incrementos para o comércio local. Um exemplo é a usina GOIASA, embora a empresa esteja situada no município de Goiatuba (GO) e gere cerca de 2.800 empregos diretos, na cidade a empresa possui apenas 550 funcionários. Os demais funcionários da empresa são trazidos de mais 4 quatro cidades próximas à sede da empresa na zona rural de Goiatuba. Dentre elas estão: Itumbiara, Bom Jesus, Vicentinópolis e Joviânia. São exemplos de cidades que compõe a rede que viabiliza a produção da GOIASA.

[...] Para a montagem de tal rede organiza-se um sistema viário que de imediato se densifica e se ramifica, se espraiando e interligando às porções mais distantes da formação espacial capitalista. Bombeando o intercâmbio entre campo e cidade e inter-regional, esta rede combinada de cidade e circulação compõe a conversão final da velha na nova ordem espacial plenificada na acumulação capitalista de capital. Disso resulta a integração de todas as partes na divisão territorial de trabalho e de trocas onde indústria, serviços e agricultura se arrumaram numa estrutura de especialização produtiva fortemente diferenciada, a produção agrária se abrindo em leque em cujo desenho se faz-refaz segundo o andamento dos humores do mercado. Combinando-se a essa mudança a permanência do propósito da produção-expropriação do sobretrabalho rural como lógica dos arranjos, a acentuação do monopólio da terra, significando ainda maior grau de latifundização, a elevação contínua da taxa orgânica do capital da empresa agrária [...] (MOREIRA, 2012, p. 57).

As reflexões apontadas por Moreira (2012) expressam como o setor acaba se articulando em redes que sobrepõe os territórios municipais. As quais viabilizam que a mão de obra necessária à produção de uma empresa localizada na cidade de Goiatuba (GO), possa vir de outras cidades. Assim, por meio do exemplo da usina GOIASA, buscou-se demonstrar que a implantação de uma usina não representa necessariamente que os benefícios empregatícios serão preponderantemente no município em que se situa. A GOIASA representa esse fenômeno, a empresa emprega mais trabalhadores em Bom Jesus (GO) que em Goiatuba (GO).

Logo, o setor sucroenergético localizado na cidade se torna importante para a geração de empregos não pelo seu fictício potencial empregador. Ao contrário, porque geralmente se insere em cidades que possuem um grande exército de reserva de trabalhadores que estão ávidos por estabelecer um vínculo empregatício, dada a inexistência de outras grandes indústrias que queiram se estabelecer em municípios como Goiatuba (GO).

Nesse sentido, a inserção e ampliação do setor sucroenergético em Goiatuba (GO), facilitada pela intervenção do poder público local na elaboração de projetos de lei que permitem a ocupação de 90% (noventa por cento) do território municipal pela cana de açúcar, sob a falácia do discurso que o setor é a mola propulsora do desenvolvimento local. Mormente ao exposto, o despautério da ação pública municipal sob a alegação que estaria promovendo a geração de empregos para a cidade foi além, reduziu em dez vezes a multa para os infratores que desobedecerem à legislação vigente.

Os respectivos fatos, demonstram que não é a geração de empregos que direciona a ação pública na cidade. O capital, este sim parece ser o grande direcionador das ações para controle do território. Interessante verificar a inexistência, na câmara municipal, de um projeto de lei que forçaria a GOIASA a absorver ao menos 2.000 funcionários em Goiatuba (GO), já que a empresa gera em torno de 2.800 postos de trabalho. Mas isto não é feito, tendo em vista que a medida aumentaria os custos de transportes da empresa e conseqüentemente atrapalharia sua lucratividade.

Conforme esclarece Moreira (2012), os humores do mercado é que ditam as configurações que devem ser feitas no setor produtivo, as quais, estabelecem conexões entre diversos setores como indústria, serviços, agricultura e – como demonstrado – ações políticas que contribuem na divisão territorial do trabalho como forma de potencializar a reprodução capitalista.

Contudo, diversos foram os desdobramentos decorrentes da inserção do setor sucroenergético em Goiatuba (GO). Um misto de novas formas no território goiatubense com velhas funções, ou seja, novas lavouras para o município com a secular função de manutenção do latifúndio e aumento da renda da terra. A qual, por meio de diversos instrumentos com a ação política, se territorializa nos municípios causando transformações sociais e territoriais.

Alterações que transcendem o aspecto econômico apenas. Atingem o setor público de forma a impactar nos atos legislativos municipais, que por sua vez reverberam na arrecadação pública municipal em decorrência dos impostos arrecadados que comprovadamente são menores com a cana de açúcar – lavoura amplamente subsidiada pelo

Estado – em comparação com a soja ou o algodão com rentabilidades de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) bem superiores.

Nesse sentido, os desdobramentos da inserção do setor sucroenergético atingem também o trabalhador. Elemento fundamental de todo esse processo. O qual é expropriado da terra e conseqüentemente todo o seu perfil laboral é alterado na cidade. Isto porque, a monocultura da cana de açúcar que conta preponderantemente com trabalhadores que residem nas cidades, exige desse trabalhador uma forma de especialização diferente de sua prática exercida no campo. Notadamente, a substituição de lavouras como arroz, feijão, soja, milho pela cana de açúcar não altera apenas o uso da terra, mas toda estrutura espacial em sua multiplicidade por meio da consolidação do território sucroenergético.

A partir da reflexão sobre os benefícios e/ou malefícios da atuação do setor sucroenergético na cidade, buscou-se elucidar o aumento desregrado das áreas de cana de açúcar secularmente presentes em grandes propriedades. Latifúndio que é sinônimo de monocultura que empobrece os locais em que se insere, ao passo que reforça as tramas que expropriam o homem da terra, transformando-o em reserva de mão de obra vital para reprodução capitalista que consolida os monopólios agroindustriais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora na contemporaneidade o setor sucroenergético seja reflexo da busca por novas fontes de energia, observou-se que a cana-de-açúcar inserida no território nacional, ainda no período colonial, é uma das lavouras mais longevas em terras brasileiras. Nesse sentido, o setor sucroenergético teve sua origem no setor açucareiro, responsável por vultuosas somas de capital gerados em benefício de Portugal.

É justamente a ação capitalista, permeada por novas demandas como a geração de agrocombustíveis e velhas motivações alicerçadas nos interesses capitalistas de reprodução que tem viabilizado o processo de territorialização da cana-de-açúcar em novos municípios como Goiatuba (GO). Logo, buscou-se identificar os desdobramentos decorrentes da territorialização do setor sucroenergético no presente município. O qual tem passado por transformações espaciais que tem reconfigurado o perfil produtivo do município e expropriado o trabalhador. Assim, as considerações finais tornam-se necessárias.

Talvez seja este o momento mais esperado por um pesquisador que, estimulado pela riqueza do empírico, enveredou-se pelos caminhos instigantes e desafiadores da pesquisa. Depois do constante exercício entre teoria e empiria, buscando em importantes pensadores a luz para questões que se apresentaram complexas, é chegada a hora de tecer algumas considerações sobre o tema em abordagem.

É fato que os tempos são outros e o precursor engenho de açúcar, uma importante especiaria no período colonial, não pode ser comparado aos processos atualmente utilizados para produção de produtos como açúcar, etanol e de energia elétrica, os quais possuem uma mesma matéria-prima, a cana-de-açúcar. Apesar de terem ocorrido muitas alterações ao longo dos cinco séculos que a cana-de-açúcar se faz presente em território brasileiro, ainda continua sendo inserida em grandes áreas.

Nesse sentido, o latifúndio é uma das características que se mantiveram. Ainda no período colonial era comum que o engenho tivesse à sua volta as plantações de cana-de-açúcar para facilitar o processamento. Contemporaneamente, esta característica ainda pode ser constatada. Nos mapas apresentados sobre a localização das usinas e sobre a espacialização da cana-de-açúcar é possível observar que a maioria das lavouras fica próxima às usinas.

Esta particularidade do setor é devida à maneira como o produtor é remunerado. Ao contrário de outras lavouras, como a de milho e a de soja, o produtor de cana-de-açúcar não recebe por tonelada colhida, diferente disso, o pagamento é feito por quantidade de Açúcar Total Recuperado (ATR) extraído da cana-de-açúcar. O valor determina a quantidade

de sacarose que foi obtida da produção. Porém, depois de realizado o corte, caso a produção tenha que percorrer grandes distâncias, o teor de açúcar vai diminuindo e, conseqüentemente, o produtor passa a levar prejuízo.

Apesar da nova roupagem, o processo de territorialização das lavouras canavieiras no município de Goiatuba (GO) segue a uma lógica secular: a utilização da cana-de-açúcar como elemento viabilizador da reprodução capitalista. Eis outra importante permanência, pois mesmo que o discurso dominante verse sobre a importância dos agrocombustíveis para a redução dos gases intensificadores do efeito estufa, sob a qual o governo assenta sua política de fomento ao setor, a realidade demonstra que o discurso vigente serve para legitimar os incentivos concedidos aos grandes agentes capitalistas.

Esta ação estatal sempre foi uma das marcas do setor açucareiro secularmente vinculado, também, ao mercado externo por meio da venda do açúcar. O setor, ao longo dos séculos, passou por diversas etapas de crescimento, mesmo sendo subsidiado. A ação estatal ficou evidente principalmente por meio de políticas públicas específicas para o setor, com o objetivo de gerar demanda e aumentar a lucratividade. A instituição do IAA e a criação do PROÁLCOOL são algumas das ações mais incisivas do século XX. No século XXI, o zoneamento agroecológico surge como a principal ferramenta de gestão do Estado para o crescimento do setor, incluindo o financiamento público.

Uma vez subsidiados via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), estes investimentos são inseridos em municípios como Goiatuba (GO), que apresentam as condições edafoclimáticas propícias para lavouras de cana-de-açúcar. Nesse aspecto, foi identificado que as duas usinas presentes no município não são de origem local. A Usina *Bom Sucesso* pertenceu ao grupo *Farias*, de Pernambuco, e atualmente é uma das empresas do grupo *Vital Renewable Energy Company* (VREC), que faz parte de um fundo de investimentos que reúne investidores de diversas partes do mundo. A usina GOIASA pertence ao grupo *Construcap*, de origem paulista. O grupo investe em setores da economia, com ênfase na construção civil.

Ambas as empresas subsidiadas migraram para o município em busca da redução de seus custos de produção e, desse modo, aumentar a produtividade. Nesse aspecto, pode-se perceber a razão que justifica o porquê de grupos como o VREC, localizado em Goiatuba (GO), e a *British Petroleum* (BP), com uma usina em Itumbiara (GO), terem investido no Brasil. Além do BNDES fomentar parte desses investimentos, o Brasil apresenta o menor custo de produção por litro de Etanol Anidro do mundo.

O final do século XX e início do século XXI foi época marcada por uma espécie de euforia sobre a produção dos agrocombustíveis. Motivo pelo qual a expansão de novos territórios seguiu o eixo norteador do zoneamento agroecológico para a cana-de-açúcar, o qual apresenta-se alinhado com políticas de fomento do Estado. Com este cenário posto, pôde-se assistir a um fluxo migratório de grupos empresariais de origem nordestina, paulista e internacional, ou, ainda, nacional e internacional quase simultaneamente, como é o caso da usina *Bom Sucesso* que, iniciada por um grupo nordestino, logo foi vendida para um grupo internacional de investidores.

Infere-se que o processo de territorialização passa a ser gestado por grupos alheios às realidades locais, bem como às suas necessidades. Estes grupos passam a implementar um processo de produção agrícola dita moderna, mas que mantém um caráter conservador. Tendo em vista que a reforma agrária nem de longe passa pelos interesses desses grupos empresariais, o mesmo não se pode dizer da evolução tecnológica do setor, uma vez que esta foi amplamente alterada e aperfeiçoada como forma de potencializar a produção e maximizar o lucro. No processo, nem os resíduos são desperdiçados; a vinhaça é utilizada no processo de fertirrigação e o bagaço da cana passou a ser fonte geradora de energia elétrica.

Todavia, apenas as formas e técnicas interessantes às forças hegemônicas do capital são alteradas, desde que possam potencializar o aumento do fluxo de capital gerado. Na verdade, o agronegócio tido como sinônimo de desenvolvimento para o Brasil, bem como os projetos de desenvolvimento para o setor sucroenergético, são explicados sobre um mesmo prisma: a constituição de territórios por meio da incorporação de espaços arquitetados para atender às necessidades de acumulação capitalista.

Em ataques de destruição, o capital expropria trabalhadores rurais do campo, tornando-os parte de um exército de reserva que, posteriormente, vem a ser empregado pelo setor sucroenergético. Este fato foi percebido em Goiatuba (GO), onde muitos trabalhadores do setor sucroenergético já foram trabalhadores rurais. Foi justamente um destes trabalhadores que trouxe o conhecimento sobre o arrendamento da fazenda que é de propriedade da extinta *Semente Selecta*, empresa esmagadora e exportadora de soja.

Por não conseguir cumprir os contratos firmados com os produtores, esta empresa entrou em falência após a crise da soja ocorrida entre os anos de 2004 e 2005. O período marca também o início da ampliação das áreas de cana-de-açúcar como forma de suprir os prejuízos ocasionados pela ferrugem asiática e os baixos preços obtidos com a soja naqueles anos.

Este foi um dos casos relacionados aos reflexos da territorialização do setor sucroenergético em Goiatuba (GO). Após o arrendamento de mais de 1.900 hectares de terras da fazenda Semente Selecta, iniciou-se a dispensa dos funcionários que lá moravam. As casas que serviam de moradia foram destruídas, pois, cercadas pela cana-de-açúcar, tornavam-se empecilhos no período de colheita. Árvores de pomares foram arrancadas, barracões que anteriormente serviam para abrigar os maquinários da fazenda foram desmontados e vendidos. Enfim, na disputa territorial vigente, a cana-de-açúcar tem apresentado maior poder de ampliação que a soja.

Assim, surgem duas tendências de homogeneidade: a ampliação das lavouras de cana-de-açúcar; e o predomínio de trabalhadores do setor sucroenergético morando na cidade com desempenho de atividades no campo. Por meio desse cenário, um fato causou surpresa já na pesquisa exploratória, a existência de uma associação de fornecedores de cana.

Embora tenha surgido como elemento de resistência ao capital de origem não local, a criação da Associação dos Fornecedores de Cana (AFC) da usina *Bom Sucesso* tem contribuído para o aumento da área plantada de cana-de-açúcar no município. A associação foi criada inicialmente por uma rede colaborativa de produtores que ficavam à mercê da política de preço das usinas GOIASA.

Inicialmente, os produtores que sentiam-se atingidos pela política da empresa supracitada, a qual não tinha obrigação de processar a colheita de um fornecedor, resolveram criar um condomínio para melhor se organizarem. Frente ao êxito desta ação, os produtores decidiram criar a associação de fornecedores, reunindo uma área de 10.600 hectares e ofertaram-na no mercado das usinas. Na ocasião, o grupo *Farias* ofertou o melhor preço pelo ATR. Então, os produtores ficaram responsáveis por expandir a área plantada, realizar todas as etapas do plantio até a entrega da produção na esteira da usina. Em contrapartida, a usina contratualmente ficou responsável por receber toda a produção e priorizar o processamento da cana do fornecedor.

Segundo os funcionários da AFC, os pequenos produtores que queiram migrar para as lavouras de cana-de-açúcar podem se incorporar à associação e gozar de benefícios, como assistência de um agrônomo especializado, e contar com o serviço de Corte Carregamento e Transbordo (CCT) da associação, porém arcando com as respectivas despesas.

Não obstante a possibilidade de incorporação de pequenos produtores à associação, identifica-se que os membros são, em sua maioria, grandes proprietários de terra do município goiatubense que iniciaram o plantio da cana-de-açúcar como uma atividade

acessória. O que aos poucos foi se tornando atividade principal nas fazendas dos membros da AFC. Cabe salientar que recentemente foi aprovada a liberação do Estado para a AFC tornar-se uma cooperativa e poder gozar dos incentivos estatais à esta modalidade.

A partir das reflexões realizadas sobre a AFC, compreende-se que ela personifica dois papéis distintos. Primeiramente, a associação representa o enfrentamento dos produtores à ação dos agentes agroindustriais que os tornava reféns de suas respectivas ações, o que, inegavelmente, lhes concedeu maior força nas negociações com a usina *Bom Sucesso*. Por outro lado, sua atuação tem reforçado as amarras do latifúndio, tendo em vista que a cana-de-açúcar no município é cultivada por grandes produtores que a cada ano ampliam sua área plantada. Ressalta-se, ainda, que em Goiatuba (GO) o processo de territorialização da cana-de-açúcar se dá prioritariamente pelo fornecimento e não pelo arrendamento, por ser este menos rentável para o produtor.

Mas o que dizer do responsável de todo esse processo de inserção da cana-de-açúcar, sem a qual nenhum dos processos mensurados nesta pesquisa seria possível? Ou seja, o trabalhador, o elemento fundante para a territorialização da cana-de-açúcar no município de Goiatuba (GO). Para os produtores, usineiros, e demais pessoas envolvidas, este sujeito parece não ter a citada importância, ao menos é o que identificou-se pela forma que os trabalhadores são tratados pelo setor.

O trabalhador, que deveria ser visto como viabilizador do setor sucroenergético, é tido como mais um elemento da cadeia produtiva à ser expropriado. Infelizmente, diversas foram as formas de precarização do trabalho identificadas como: falta de pagamento das horas *in tinere* (horas de deslocamento da cidade até a zona rural); trabalhadores em condições precárias de transporte; criação de planos de cargos e salários que lesam o trabalhador; e liberação de trabalhadores em condições análogas à escravidão.

No que tange ao pagamento das horas *in tinere*, as usinas possuem uma estratégia para expropriá-lo do salário do trabalhador. Quer dizer, as empresas levam em conta a quantidade de trabalhadores que requerem judicialmente o pagamento dessas horas *in tinere*, que não chega a 30 % (trinta por cento) dos colaboradores. Em razão dessa percentagem, a empresa opta pelo não pagamento do direito aos trabalhadores requerentes porque, mesmo que alguns recorram à justiça, é mais lucrativo o não pagamento dessas horas, por ser o valor inferior aos custos referentes às horas *in tinere* a todos os trabalhadores da usina.

Ainda nesse contexto, o transporte dos trabalhadores é de péssima qualidade. São ônibus usados que possuem mais de dez anos de fabricação, os quais, como demonstrado, ficaram detidos no posto da Polícia Rodoviária Estadual de Goiatuba (GO). Além disso, uma

considerável porção das empresas que exploram o setor é terceirizada, com sede em outras cidades, implicando na demissão dos funcionários após a safra.

Não desmerecendo nenhuma das constatações aqui tratadas, as duas últimas soaram, ao nosso ver, mais graves. Uma cena chamou bastante atenção: trabalhadores realizando o corte manual da cana-de-açúcar. O fato pareceu contraditório, pois as usinas GOIASA e *Bom Sucesso* dizem que toda a colheita é mecanizada.

A conversa com os cortadores de cana trouxe à tona um dos mais graves casos de expropriação dos direitos do trabalhador, visto que, além da usina GOIASA não assumir os trabalhadores como cortadores de cana, assinando suas carteiras de trabalho como se fossem assistentes operacionais, a empresa criou um plano de cargos e salários que lesa o trabalhador.

O trabalhador relatou que seu sonho era tornar-se motorista de caminhão na usina e, para isto, tirou sua carteira e solicitou a vaga de motorista na empresa. Quando a vaga surgiu, ele foi informado que seu salário não poderia passar de R\$1.000,00 tendo em vista que seu salário de cortador era de R\$ 670,00 (seiscentos e setenta). A justificativa da empresa foi o plano de cargos e salários criado. Segundo o qual, quando um funcionário muda de função, seu rendimento não pode ser reajustado em valores superiores a 30% (trinta por cento) do seu salário anterior. Ou seja, caso o trabalhador quisesse ocupar a vaga, o seu salário não seria de aproximadamente R\$ 2.800,00 reais, mas de, no máximo, R\$1.000,00. Razão pela qual o trabalhador não quis ocupar a função de motorista.

Trabalhadores em condições análogas à escravidão, talvez seja este o caso mais grave de precarização do trabalho constatado no decorrer da pesquisa. Cerca de 39 trabalhadores foram libertados em uma operação coordenada pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Goiás (SRTE/GO). Os trabalhadores pertenciam a um dos membros da Associação dos Fornecedores de Cana da usina *Bom Sucesso*. A precarização foi tamanha que os funcionários da colheita mecanizada trabalhavam até 27 horas seguidas. Cabe salientar que o caso ocorrido foi o primeiro resgate de trabalhadores em condições análogas à escravidão em colheita mecanizada do País. Embora a fiscalização tenha apurado que todos os direitos trabalhistas estavam sendo pagos, a jornada de trabalho a qual os trabalhadores eram submetidos superava em mais de 300% (trezentos por cento) a permitida pela legislação brasileira para a jornada de trabalho.

Notadamente, foi identificado que ambas as usinas, GOIASA e *Bom Sucesso*, utilizam da precarização do trabalho para expropriar o trabalhador como forma de potencializar a reprodução de capital. Contudo, uma questão ainda deve ser mensurada: estas

empresas são importantes geradoras de emprego para a cidade e sua atuação influencia o poder público local.

Pode-se constatar que a consolidação territorial da cana-de-açúcar em Goiatuba (GO) representou, também, a configuração de um sistema reticular que alimenta as usinas no que se refere à matéria-prima, bem como no fluxo de trabalhadores. Estes, como foi identificado na pesquisa, não têm origem apenas na cidade de Goiatuba (GO). Mesmo que as usinas GOIASA e *Bom Sucesso* estejam nesse município, há trabalhadores de outras cidades vizinhas, como Joviânia (GO), Bom Jesus (GO) e Vicentinópolis (GO), que diariamente migram para trabalhar nas ditas usinas.

Do mesmo modo, os trabalhos de campo demonstram que há trabalhadores de Goiatuba (GO) que migram diariamente para trabalhar em outras usinas como a *Central Energética Morrinhos* (CEM) e a *British Petroleum* (BP), localizada em Itumbiara (GO). Estas constatações permitiram compreender a importância do setor sucroenergético para a geração de empregos em Goiatuba (GO) e o seu reflexo no comércio da cidade. Este, por sua vez, não pareceu significativamente influenciado pelo setor, considerados os valores dos salários pagos aos trabalhadores e a forma de geração de empregos.

Em decorrência dos exposto, o que justifica o poder do setor sucroenergético exercido na cidade? Poder que, inclusive, influenciou atos legislativos que foram norteados segundo as necessidades do setor por mais terras para produção e, conseqüentemente, aproximou ainda mais as plantações de cana-de-açúcar à sede do município.

Contudo, pode-se identificar que a cana-de-açúcar ao territorializa sobre Goiatuba (GO) altera outras territorialidades estabelecidas, inclusive pela intervenção do Estado para viabilizar o plantio desta atividade. Inserida inicialmente como atividade acessória dos produtores locais, em virtude da renda auferida, logo torna-se atividade principal dos agricultores locais que resolvem investir no plantio da cana-de-açúcar. Outra condicionante identificada é a resistência desta atividade as oscilações climáticas como a falta de chuva – principal causa de prejuízos dos produtores de soja – o fato diminui os riscos de prejuízos do produtor e corroboram para o crescimento do setor sucroenergético.

Desta feita, o território sucroenergético em Goiatuba (GO) tem se consolidado por meio da junção de muitos fatores, a partir do envolvimento de atores sociais que têm interferido diretamente na dinâmica espacial do município e nos diferentes níveis abordados nessa pesquisa.

Reafirma-se, assim, a inquietude do pesquisador em face do processo de territorialização da cana-de-açúcar, tendo em vista que este não é um processo acabado e, sim,

em constante transformação. Tal “metamorfose” realiza-se com a inserção de novas formas territoriais em Goiatuba (GO), mas mantendo velhas práticas que reforçam as amarras ao latifúndio e empobrecem as cidades que, na dependência da monocultura, têm a cana-de-açúcar como sua base econômica

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007. p. 43.

ALCOODUTO começa a operar em janeiro de 2015 em Goiás. Goiás: **PROJETOS GOIÁS online**, 2013. Disponível em: <www.projetos.goias.gov.br>. Acesso em: 15 de nov.2013.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: _____. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 131-176.

ANTUNES. R. **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000. 199 p.

AZEVEDO, J. R. N. A atividade canavieira no Brasil: reflexões. **Revista Pegada**, Presidente Prudente (SP), vol. 2, n. 1, p. 160-180, 2001. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/785/807>>. Acesso em: 10 ago. 2013

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégico. **Bioetanol de cana-de-açúcar: energia para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: BNDES, 2008. 32 p.

CAPEL, H. **Filosofia y ciências en la Geografía contemporánea: una introducción a la Geografía**. 3. ed. Barcelona: Barcanova, 1988. 510 p.

CASTRO, I. E; CORREIA, R. L; GOMES, P. C. C. **Geografia: conceitos e temas**. 15. ed. Rio de Janeiro. Bertrand, 2012. 352 p.

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 318 p.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Goiás. **Avaliação safra cana-de-açúcar**. Goiânia, 2012. Disponível em <<http://www.conab.gov.br/conab-superintendenciasRegionais-interna.php?uf=GO>>. Acesso em 12 abr. 2013.

COMTE, A. **Discurso preliminar sobre o espírito positivo**. Tradução de Renato Barboza Rodrigues Pereira. Ed. Ebooks Brasil: Edição Eletrônica, 2002. 74 p.

DELGADO; GASQUES; VILLA VERDE, (Org.). **Agricultura e política pública**. Brasília: IPEA, 1990.

FERRANTE, V. L. S. B; WHITAKER, D. C. A. **Reforma Agrária e Desenvolvimento**. Desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA, 2008.

FIGUEIREDO, P. Breve história da cana-de-açúcar e do papel do Instituto Agronômico no seu estabelecimento no Brasil. In: DINARDO-MIRANDA, L. L.; VASCONCELOS, A. C. M. de; LANDELL, M. G. D. A. (Org.). **Cana-de-açúcar**. Campinas: Instituto Agronômico, 2008. p. 31-44.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. Companhia Editora Nacional, 2003. 238 p.

GOIÁS (Estado). Lei nº 13.591, 18 de janeiro de 2000. Institui o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR e o Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais - FUNPRODUZIR e dá outras providências. **Diário Oficial do estado de Goiás**, 20 de janeiro de 2000. Disponível em: <<http://www.sefaz.go.gov.br/>>. Acesso em 24 jun. 2013.

GOIATUBA. Projeto de Lei nº 2.493/07, de 17 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a limitação da área destinada ao cultivo da cana-de-açúcar no município de Goiatuba e da outras providências. Câmara Municipal de Goiatuba. Goiatuba, 2013a.

GOIATUBA. Projeto de Lei nº 2.674/11, de 12 de setembro de 2011. Dispõem sobre a alteração de dispositivos da lei 2.493/07, de 17 de dezembro de 2007, e dá outras providências. Câmara Municipal de Goiatuba. Goiatuba, 2013b.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, B (Org.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 400 p.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998. 349 p.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004. 201 p.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006. 382 p.

IHU ON-LINE. Trabalho escravo no Brasil: uma herança maldita do capitalismo. Entrevista especial com Frei Xavier Plassat. **Instituto Humanitas Unisinos**, 18 de março de 2011. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=41377. Acesso em out. de 2013.

INOCÊNCIO, M. E. **As tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado**: o Prodecer. 2010. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudo Sócio-

Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio Ambientais, Curso de Geografia, Goiás. 2010.

KAYSER, B. El espacio rural y el nuevo sistema de relaciones ciudad-campo, tradução de Carlos Carreras. **Revista de Geografia**, vol. VI, n 2. Barcelona, 1972.

LENCIONE, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2009. 214 p.

MANZATTO C. V. et al (Org.). **Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar**: expandir a produção, preservar a vida, garantir o futuro. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2009. 55 p. (Documentos / Embrapa Solos; 110).

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Tradução Reginaldo Sant Anna. 25. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás**: as comunidades rurais no município de Catalão. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MENDES, E. de P. P.; PESSÔA, V. L. S. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevista. In: RAMIRES, C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 509-537.

MENDONZA, J. G; JIMENES, J. M; CANTERO, N. O. **El pensamiento geográfico**. Madrid: Alianza, 1982. p. 59-287.

MESZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo; Campinas: Unicamp, 2002. 1102 p.

MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira**: uma contribuição crítica à geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.334 p.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986. 88 p.

CUNHA, R. Obama na cúpula Empresarial Brasil x EUA – CNI. **Cana Mix**. Ribeirão Preto, n. 35, abril 2011. 17 p.

NEVES, M. O setor sucroenergético e suas perspectivas. **Cana Mix**. Ribeirão Preto, n. 35, abril 2011. p. 17.

PETROBRAS busca parceria com investidores. **Revista Canal**. Santa Cruz do Sul, v.1 p. 11, 2008.

PRODUÇÃO de carros fléx é uma das maiores da história. **Anuário Anfavea**, 2013 Disponível em: <www.anfavea.com.br/anuario>. Acesso em: 19 de nov de 2013.

- PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998. 364 p.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.
- SANTOS, A. P. **A usinagem do capital e o desmonte do trabalho**: reestruturação produtiva nos anos de 1990, o caso da Zanini S/A de Sertãozinho. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SANTOS, B. de. S. **Um discurso sobre as ciências**. 13. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002. 59 p.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 384 p.
- _____. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. 190 p.
- _____. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 1985. 88 p.
- SCARLATO, F. C. O espaço industrial brasileiro. In: ROSS, J. L. S (Org.). **Geografia do Brasil**. v. 3. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 329-380.
- SILVA, W. F. **O avanço do setor sucroenergético no Cerrado**: os impactos da expansão canavieira na dinâmica socioespacial de Jataí. 2011. 218 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Campus Jataí, Jataí, 2011.
- SOUZA, A. G. **A territorialização do agronegócio canavieiro em Frutal – MG**. 2012. 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.
- SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Unesp, 2004. 218 p.
- TAVARES, V. **Blog**: história de Goiatuba. Disponível em: <<http://historiadegoiatuba.blogspot.com.br>> Acesso em: 06 de nov. 2013
- THEODORO, A. D. **Expansão da cana-de-açúcar no Brasil**: ocupação da cobertura vegetal do Cerrado. Araçatuba, SP: Fatec, 2011. 17 p.
- THOMAZ JUNIOR, A; PONTE, K. F; ALVES, J. **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2011. 180 p.
- TRIVIÑOS, A. N. S. Pesquisa qualitativa. In: _____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. p. 116-133. (Capítulo completo: 116-173).
- TURATO, E. R. Decidindo quais indivíduos estudar. In: _____. **Tratando da metodologia da pesquisa clínico qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 356.
- (TRT), 2013. Disponível em: <<http://www.trt18.jus.br.com.br>> Acesso em: 11 jun. 2013.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de entrevista com o presidente do sindicato rural de Goiatuba (GO).

Universidade Federal de Goiás/Câmpus Catalão.

Departamento de Geografia

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Título da pesquisa: **“O setor sucroenergético e as relações entre capital e trabalho: reflexos da dinâmica espacial no município de Goiatuba (GO) entre 2004 e 2013”**

Mestrando: Robson Lopes Costa.

Orientadora: Prof.^a Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes.

Nº _____ Data ___/___/___.

Local _____.

1. O crescimento na produção de cana-de-açúcar pode impactar a produção de alimentos na região?
2. Diante de um cenário de crescimento do setor sucroenergético, qual o panorama para a pecuária e para outras culturas desenvolvidas no município?
3. O sindicato está tomando alguma(as) medida(s) para este novo cenário? Quais?
4. Quais são as principais reclamações que chegam ao sindicato?
5. Sob o ponto de vista do sindicato rural, este aumento das usinas é visto de forma positiva ou negativa? Comente a respeito.

Apêndice B – Roteiro de entrevista com o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) de Goiatuba (GO).

Universidade Federal de Goiás/Câmpus Catalão.

Departamento de Geografia

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Título da pesquisa: “**O setor sucroenergético e as relações entre capital e trabalho: reflexos da dinâmica espacial no município de Goiatuba (GO) entre 2004 e 2013**”

Mestrando: Robson Lopes Costa.

Orientadora: Prof.^a Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes.

Nº _____ Data ___/___/___.

Local _____.

1. Qual é o impacto resultante do crescente aumento das usinas sucroenergéticas no comércio da cidade?
2. Quais diferenças podem ser ditas sobre o comércio de Goiatuba antes e depois da chegada das usinas?
3. O comércio é algo vital para o dinamismo econômico de qualquer cidade. Diante deste contexto, como é o perfil do trabalhador enquanto cliente?
4. Enquanto dirigente lojista, sua percepção é diferente dos demais membros da população da cidade. Sendo assim, qual sua opinião sobre o aumento da plantação de cana-de-açúcar na região de Goiatuba (GO)?
5. Muitas vezes é notório que o trabalhador da usina é um migrante. Qual o posicionamento do CDL ante ao inflacionamento do mercado local em face de um mercado consumidor flutuante?

Muito obrigado, sua participação é muito importante para o sucesso desta pesquisa!

Apêndice C – Roteiro de entrevista com gestores ou coordenadores de usina e/ou do SENAI Goiatuba (GO).

Universidade Federal de Goiás/Câmpus Catalão.

Departamento de Geografia

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Título da pesquisa: “**O setor sucroenergético e as relações entre capital e trabalho: reflexos da dinâmica espacial no município de Goiatuba (GO) entre 2004 e 2013**”

Mestrando: Robson Lopes Costa.

Orientadora: Prof.^a Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes.

Nº _____ Data ___/___/___.

Local _____.

1. Diversas são as áreas do Estado que apresentam condições para o plantio da cana-de-açúcar! Por que a escolha pelo Sul Goiano?
2. Sobre vagas que exigem maior qualificação, de modo geral, estas são ocupadas por trabalhadores da região, por migrantes, ou a usina tem dificuldade para encontrar esta mão de obra?
3. Sendo o SENAI uma instituição que busca promover a capacitação dos trabalhadores para a indústria, como é o relacionamento entre estas duas instituições?
4. O SENAI possui o curso de Açúcar e Álcool, que tem por objetivo qualificar mão de obra para o setor sucroenergético. Como este curso é visto pela empresa e pelos demais membros da comunidade?
5. O cultivo da cana-de-açúcar é dividido por períodos: alguns com maior necessidade de mão de obra, outros com menor. Qual a política que é geralmente adotada para o trabalhador no período da entressafra?

Muito obrigado, sua participação é muito importante para o sucesso desta pesquisa!

Apêndice D – Roteiro de entrevista com proprietários de terra e/ou associação de fornecedores de cana-de-açúcar em Goiatuba (GO).

Universidade Federal de Goiás/Câmpus Catalão.

Departamento de Geografia

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Título da pesquisa: “**O setor sucroenergético e as relações entre capital e trabalho: reflexos da dinâmica espacial no município de Goiatuba (GO) entre 2004 e 2013**”

Mestrando: Robson Lopes Costa.

Orientadora: Prof.^a Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes.

Nº _____ Data ___/___/___.

Local _____.

1. Antes do plantio de cana-de-açúcar, qual era a cultura predominante na sua propriedade?
2. Por que a escolha pela cultura canavieira em vez da soja, do milho ou do algodão?
3. Para o produtor, hoje, é mais vantajoso o plantio por conta própria ou o arrendamento das terras para as usinas?
4. Como é vista pelos produtores a chegada dos usineiros ao município?
5. O pagamento pela produção é feito por tonelada ou pelo nível de sacarose obtido da cana? Como esta forma de pagamento é vista pelos produtores?
6. Geralmente, as usinas que compram a produção estão no município? Quais exigências são feitas em caso de arrendamento?
7. Como é enfrentado pelos produtores o dilema que muitas vezes se coloca: plantar na sua área ou arrendá-la para a usina?

Muito obrigado, sua participação é muito importante para o sucesso desta pesquisa!

Apêndice E – Roteiro de entrevista com a Associação de fornecedores de cana-de-açúcar em Goiatuba (GO).

Universidade Federal de Goiás/Câmpus Catalão.

Departamento de Geografia

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Título da pesquisa: “**O setor sucroenergético e as relações entre capital e trabalho: reflexos da dinâmica espacial no município de Goiatuba (GO) entre 2004 e 2013**”

Mestrando: Robson Lopes Costa.

Orientadora: Prof.^a Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes.

Nº _____ Data ___/___/___.

Local _____.

1. Como e quando surgiu a associação?
2. Antes do plantio de cana-de-açúcar, qual era a cultura predominante nas propriedades dos membros da associação?
3. Qual a área plantada pelos associados? Estes possuem suas terras apenas no município de Goiatuba?
4. Quais vantagens a associação dos produtores de cana-de-açúcar oferece individualmente para o produtor?
5. Caso algum produtor de cana esteja disposto a entrar na associação, seria possível? Como e por quê?
6. Quais os principais custos da associação e como eles são divididos?
7. Qual a rotina diária de trabalho na associação?
8. Quem acaba sendo responsável pelo trabalhador agrícola, a usina ou a associação?
9. No corte da cana-de-açúcar ocorreu a substituição do homem pela máquina? Caso tenha ocorrido, qual foi o ganho financeiro proveniente dessa troca?
10. A terceirização existe ou todas as atividades são de responsabilidade da associação?
11. Como é o relacionamento da associação com a usina *Bom Sucesso*?
12. Quais responsabilidades existem entre o fornecedor e a Usina?
13. Porque o produtor da associação prefere ser fornecedor de cana e não arrendatário?
Em termos financeiros, qual é mais vantajoso?

ANEXOS

**ANEXO A – Questionário com trabalhadores agrícolas do setor canavieiro em Goiatuba
(GO)**

1 IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DO QUESTIONÁRIO	
1.1 Data da entrevista: ____ / ____ / 2013 N° de tentativa:	1.2 Número do roteiro:
1.3 Nome do entrevistador:	
1.4 Horário de início:	2.4.1 Término:
1.5 Resultado da entrevista:	
<input type="checkbox"/> Entrevista realizada <input type="checkbox"/> Recusa <input type="checkbox"/> Domicílio fechado <input type="checkbox"/> Entrevista não realizada por outra razão	
1.5.1 Especificar:	
2 CARACTERIZAÇÃO PROFISSIONAL DO ENTREVISTADO	
2.1 Qual sua profissão anterior?	
2.2 Sua função na usina?	Há
2.3 Você gosta de trabalhar na usina?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
2.4 Gostaria de trabalhar em outra área do comércio na cidade?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
2.5 O que você poderia falar sobre o trabalho nas usinas?	
2.6 Você acha positiva a chegada das usinas de processamento de cana-de-açúcar no município?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Por quê?: _____ _____ _____
4 IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO	
3.1 Nome do entrevistado:	3.2 Data de nasc.:
3.3 Telefone para contato: Fixo () Celular: () E-mail:	
3.3.1 Terceiros [recado]: () 3.3.2 Nome:	
3.4 Apelido do entrevistado:	
3.5 Estado civil atual: <input type="checkbox"/> solteiro <input type="checkbox"/> casado <input type="checkbox"/> concubinato/união estável <input type="checkbox"/> viúvo <input type="checkbox"/> separado judicialmente	
3.6 Nome do cônjuge:	3.7 Data de nasc.:
3.8 Data da união: 3.9 Data da separação ou viuvez:	
3.10 Relação do entrevistado com o chefe da família: <input type="checkbox"/> Chefe <input type="checkbox"/> Esposa <input type="checkbox"/> Filho <input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Outros:	
3.11 Tempo de trabalho na usina:	
3.12 Tempo de residência na região:	
3.13 Município de origem:	
3.14 Situação ocupacional anterior do chefe da família:	
3.15.1 Por quanto tempo:	
4 CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA	
4.1 Grau de parentesco do casal: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Qual?	
4.2 Número de irmãos: <input type="checkbox"/> Chefe da família <input type="checkbox"/> Cônjuge	
4.3 Número de filhos: <input type="checkbox"/> H/idade	<input type="checkbox"/> M/idade
4.4 Onde os filhos moram? <input type="checkbox"/> Com os pais <input type="checkbox"/> Meio rural <input type="checkbox"/> Meio urbano	
4.5 Observação:	
4.6 Profissão dos filhos:	
4.7 Famílias Tradicionais	

4.8 Origem das Primeiras Famílias (descendentes / tradicionais)

4.9 Principais eventos culturais/Período

5 BENS DE CONSUMO, COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE

5.1 Bens de consumo

- | | | |
|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> Máquina de lavar roupa/tanquinho | <input type="checkbox"/> Freezer | <input type="checkbox"/> Computador |
| <input type="checkbox"/> Televisão com antena comum | <input type="checkbox"/> Telefone | <input type="checkbox"/> Impressora |
| <input type="checkbox"/> Televisão com antena parabólica | <input type="checkbox"/> Forno elétrico | <input type="checkbox"/> Internet |
| <input type="checkbox"/> Antena por satélite/TV a cabo | <input type="checkbox"/> Forno a gás | <input type="checkbox"/> Ar condicionado |
| <input type="checkbox"/> DVD | <input type="checkbox"/> Forno a lenha | <input type="checkbox"/> Outros: |
| <input type="checkbox"/> Rádio | <input type="checkbox"/> Batedeira | |
| <input type="checkbox"/> Geladeira | <input type="checkbox"/> Liquidificador | |

5.2 Meios de comunicação

- Rádio Televisão Internet Jornais Revista especializadas Outros:

27.2.1 Quais são os mais utilizados?

5.3 Meios de transporte

- | | | | | |
|---|--|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> Carro próprio | <input type="checkbox"/> Motocicleta | <input type="checkbox"/> Transporte escolar | <input type="checkbox"/> Carro alugado (táxi) | <input type="checkbox"/> A pé |
| <input type="checkbox"/> Carro da fazenda | <input type="checkbox"/> Linha de ônibus | <input type="checkbox"/> Carroça | <input type="checkbox"/> Carona | <input type="checkbox"/> Outros: |

5.4 Manutenção do acesso/vias de circulação ao imóvel:

- O proprietário A prefeitura Não realiza Não sabe Outros:

5.5 Adquiriram-se bens no último ano? Sim Não Quais?

6 ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR

6.1 Possui plano de saúde: Não Sim Qual:

6.2 Número de pessoas da família cobertas pelo plano:

6.3 Qualidade do atendimento: Ótimo Bom Regular Ruim NSA

6.4 Com que frequência vai ao médico?

- Quando necessita Mensal Semestral Anual

6.5 Que especialidade procura:

- Ginecologista Otorrinolaringologista (garganta) Cardiologista Outros:

- Pediatra Oftalmologista (olhos) Clínico geral

6.6 Com que frequência vai ao dentista?

- Quando necessita Mensal Semestral Anual Não utiliza mais

6.7 Nos casos de doença, como são feitos os primeiros atendimentos? Ordem de preferência:

- Hospital Benzedeira Medicação caseira Outros:

- Unidade de saúde Farmácia Busca auxílio e/ou orientação de vizinhos

6.8 Existe alguém na família declarado judicialmente incapaz (doença mental, doença grave)?

- Não Sim → Especificar:

6.9 Nome: Nome do curador:

6.9.1 Endereço:

6.9.2 As crianças com menos de 5 anos de idade estão com as vacinas em dia?

- Não Sim NSA → Especificar:

6.9.3 Doenças mais comuns em sua família?

6.9.4 Conhece ou ouviu falar de alguém que tenha tido ou tem uma das seguintes doenças?

- | | | | |
|---------------------|------------------------------|------------------------------|-------------|
| 1 Malaria | <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Sim | Quem? |
| 2 Leishmaniose | <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Sim | Quem? |
| 3 Doença de Chagas | <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Sim | Quem? |
| 4 AIDS | <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Sim | Quem? |
| 5 Infectocontagiosa | <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Sim | Quem? |

6 Diabetes	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim	Quem?
7 Epilepsia	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim	Quem?
8 Hipertensão arterial	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim	Quem?
9 Hanseníase	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim	Quem?
10 Câncer	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim	Quem?
11 Outras	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim	Quais?
			Quem?

6.9.5 Alguém da família apresenta caso de alcoolismo? Não Sim Quem?

7 A USINA E SEUS DESDOBRAMENTOS				
A usina permite/oferece	Possui		Frequenta	
	Não	Sim	Não	Sim
Banheiros na área agrícola				
Palestras e encontros educacionais				
Crescimento profissional				
Atendimento hospitalar				
Escola				
Empregos terceirizados				
Contrato temporário				
Local para refeitório				

.....

Assinatura do entrevistado

.....

Assinatura do entrevistador

Data:...../...../2013

ANEXO B – LEI N° 2.493/07 – de 17 de dezembro de 2007



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATUBA
Gabinete do Prefeito



Estado de Goiás

LEI N° 2.493/07 – de 17 de dezembro de 2007

“Dispõe sobre a limitação da área destinada ao cultivo de cana-de-açúcar no Município de Goiátuba e dá outras providências”

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIATUBA, Estado de Goiás, APROVOU e eu, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO a seguinte lei.

Art. 1º - Por força da presente Lei fica limitada a área destinada ao cultivo de lavouras de cana-de-açúcar em, no máximo, 10% (dez por cento) para o agricultor que comercializar seu produto em usinas de outro Município e 40% (quarenta por cento) para o agricultor que comercializar seu produto em usinas do Município de Goiátuba.

Art. 2º - As lavouras de cana-de-açúcar deverão resguardar uma distância mínima de pelo menos 10 Km (dez quilômetros) de raio da sede do Município.

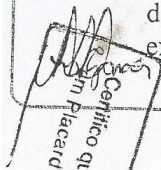
Art. 3º - No caso de infração aos Artigos 1º e 2º fica estabelecida a multa de 10.000 (dez mil) Unidades Fiscais do Município de Goiátuba por dia, até que se cesse a irregularidade, ao agricultor proprietário, ou agricultor arrendatário, ou associação, ou cooperativa, ou empresa, responsável pelas áreas de cultivo de cana-de-açúcar que plantaram por último e excederam ao limite permitido.

Art. 4º - Ficam as Secretarias Municipais da Agricultura e do Meio Ambiente, em trabalho conjunto, responsáveis pelo levantamento das áreas agricultáveis e não agricultáveis para fins de fixação da área permitida para a cultura da cana-de-açúcar prevista no Art. 1º desta Lei.

Art. 5º - A fiscalização do cumprimento desta Lei e a aplicação das multas ficará a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo Único – Toda a arrecadação auferida com as multas descritas anteriormente nesta Lei será depositada em conta específica do Fundo Municipal do Meio Ambiente, devendo os recursos arrecadados serem utilizados exclusivamente pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para trabalhos de

CEP: 75600-000 - Goiátuba/GO • Tel.: (64) 3495-0000 - Fax: (64) 3495-0025



Handwritten signature/initials



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATUBA
Gabinete do Prefeito



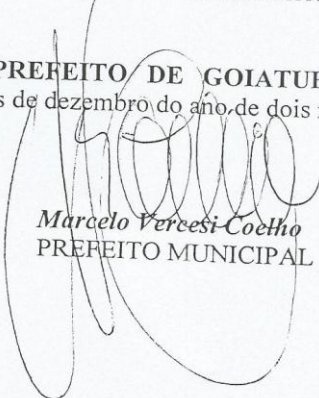
Estado de Goiás

prevenção e conscientização ambiental, bem como em recuperação de áreas públicas degradadas, ou de áreas particulares degradadas em sistema de parceria com o proprietário, após aprovação do projeto de recuperação das áreas pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIATUBA, Estado de Goiás, aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete (17/12/2007).


Marcelo Perceci-Coelho
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIDÃO	
Certifico que o (a) <u>Despacho nº 2493/07</u>	foi publicado (a)
em Placard no dia <u>17</u> de <u>dezembro</u>	de <u>2007</u>
Palácio Dr. Joaquim Rozendo Ruy de <u>17</u> de <u>dezembro</u> de <u>2007</u>	
CEP: 75600-000 - Goiânia - GO	

ANEXO C – LEI Nº 2.674/11 – de 12 de setembro de 2011



LEI MUNICIPAL Nº 2.674/11 – de 12 de setembro de 2011

“Dispõe sobre a alteração de dispositivos da Lei 2.493/07, de 17 de dezembro de 2007, e dá outras providências”

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIATUBA, Estado de Goiás, **APROVOU** e eu, **Prefeito Municipal, SANCIONO** a seguinte lei.

Art. 1º - Os artigos 1º, 2º e 3º, da Lei 2.493/07, de 17 de dezembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Por força da presente lei fica limitada a área destinada ao cultivo de lavouras de cana-de-açúcar, no máximo de 90% (noventa por cento)”.

“Art. 2º - As lavouras de cana-de-açúcar deverão resguardar uma distância mínima de pelo menos 03 Km (três quilômetros) de raio da sede do Município”.

PARÁGRAFO ÚNICO – As queimadas deverão respeitar um raio de 10 Km (dez quilômetros) do perímetro urbano.

“Art. 3º - No caso de infração aos artigos 1º e 2º fica estabelecida a multa de 1.000 (mil) Unidades Fiscais do Município por dia, até que se cesse a irregularidade, ao agricultor proprietário, ou agricultor arrendatário, ou associação, ou cooperativa, ou empresa, responsável pelas áreas de cultivo de cana-de-açúcar que plantaram por último e excederam ao limite permitido”.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO DE GOIATUBA, Estado de Goiás, aos doze dias do mês e setembro do ano dois mil e onze (12/09/2011).

MARCELO VERCESI COELHO
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que a Lei Municipal nº 2.674/11 foi publicado em placard da Prefeitura M. de Goiatuba-Go no dia 12/09/2011

Servidor matrícula nº 2.664

Palácio Dr. Joaquim Rozendo Finto Filho - Rua São Francisco, 570 - Centro
CEP: 75600-000 - Goiatuba/GO - Tel: (64) 3495-0000 - Fax: (64) 3495-0025

ANEXO D – PROJETO DE LEI Nº 010/2013 – de 10 de outubro de 2013



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE GOIATUBA
 LEGISLANDO PARA O POVO

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 010/2013 - de 10 OUTUBRO DE 2013

“dispõe sobre a alteração de dispositivos da Lei 2.493/07, de 17 de dezembro de 2007, e dá outras providências”

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIATUBA, Estado de Goiás, APROVOU e eu, Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte lei.

Art. 1º - Os artigos 1º, 2º e 3º, da Lei 2.493/07, de 17 de dezembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Por força da presente lei fica, a partir da entrada em vigor da presente lei, **PROIBIDA A QUEIMADA DE LAVOURAS DE CANA-DE-AÇUCAR**, dentro do município de Goiatuba;

Art. 2º - Por força da presente lei fica proibido o **PLANTIO DE LAVOURAS DE CANA-DE-AÇUCAR**, destinadas à produção de açúcar e álcool e/ou mudas para formação de lavouras para tal fim, **EM DISTÂNCIA INFERIOR À 10 KM de zona urbana no Município, que serão medidos a partir de seus limites;**

Parágrafo único – Acaso já esteja implantada qualquer lavoura em distância inferior à estabelecida no CAPUT do artigo 2º, e desde que a implantação tenha obedecido a lei anterior, deverá o canavial ser erradicado dentro do prazo do ciclo de cinco safras, contados da data da entrada em vigor da presente lei, ficando vedado o replantio;

Art. 3º - No caso de infração aos artigos 1º e 2º e ao parágrafo único retro, fica estabelecida multa de 1.000 (mil) Unidades Fiscais do Município por dia, até que se cesse a irregularidade, ao agricultor proprietário, ou agricultor arrendatário, ou associação, ou cooperativa, ou empresa, responsável pelas áreas de cultivo de cana de açúcar que plantaram por último e excederam ao limite permitido;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Acaso ocorra infração ao artigo 1º desta Lei, o infrator estará sujeito à mesma multa prevista para o caso de queimadas na Lei Ambiental Nacional;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Compete ao MEIO AMBIENTE municipal fiscalizar o cumprimento da presente lei;

Art. 2º - Esta lei entre em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

RUA MAMORÉ, Nº 466 - CENTRO - CEP 75.600-000 - GOIATUBA-GO
 FONE: (64) 3495-1505 / 3495-3350

ANEXO D – PROJETO DE LEI Nº 010/2013 – de 10 de outubro de 2013

ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE GOIATUBA
LEGISLANDO PARA O POVO

Sala das sessões da Câmara Municipal de Goiatuba, Estado de Goiás, aos dez (10) dias do mês de Outubro de dois mil e treze (2013).

Flaviano Alves Divino

-Vereador-

ANEXO E – Área plantada AFC

Produção Agrícola dos Associados AFC								
Associado	Produção Agrícola (Hectares)				Distribuição da Mão de Obra			
	Cana	Soja	Milho	Outras Culturas	Joviania	Picentinópolis	Goiatuba	Bom Jesus
ACC	3.724,06	4.356,00		48,4 seringa		207	4	
DR	194,27	96,80		58,8 laranja	2			
DP	215,95	1.713,36		154 viveiro	11			
FGN	1.448,82	1.180,00					4	71
FMB	935,91	1.998,82			11			
FGCJ	170,69	510,00				21		
GM	27,02							
IR	100,99							
JCP	1.392,59	1.403,60	96,80	58,8 seringa		80		
LPG	85,22	165,00				1		
LAD								
PCD								
PHGC	734,75	235,00		130 sorgo	4		30	
PM	529,17	997,04			3			
VR	525,08	774,40			32			
Totais	10.084,52	13.430,02	96,80	-	63	309	38	71